

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE  
AbERTA  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

Movimento de População em Situação de Rua no Brasil: um processo de  
ruptura da invisibilidade social e de resistência contra hegemônica

Ana Lúcia Soares Tojal

Doutoramento em Estudos Globais

2023

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE  
AbERTA  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

Movimento de População em Situação de Rua no Brasil: um processo de  
ruptura da invisibilidade social e de resistência contra hegemônica

Ana Lúcia Soares Tojal

Doutoramento em Estudos Globais

Tese de Doutoramento em Estudos Globais orientada pelos Professores  
Doutores Pedro António da Silva Abrantes e Elsa Lechner

2023

## **Agradecimentos**

À todos meus companheiros e companheiras, cúmplices na luta por justiça social, que partilham comigo a utopia de uma sociedade inclusiva e solidária.

À minha filha, meu amor incondicional, meu mais lindo projeto, ao meu marido, companheiro de caminhada e porto seguro, à minha mãe, fortaleza e inspiração, colo que acolhe as minhas dores, às minhas irmãs, carinho e apoio, amigas e confidentes de todas as horas, incentivadoras dos meus sonhos, ao meu irmão (in memoriam), extensão de minha alma, parceiro de travessuras e “joelhos esfolados”, ao meu pai (in memoriam) pela herança de paixão pela vida e pelo trabalho.

Aos meus orientadores, professor Pedro Abrantes e professora Elsa Lechner, pelo zelo, competência, dedicação e parceria, fundamentais para a realização desta pesquisa.

Ao professor José Eduardo Franco, coordenador do Programa de Doutorado em Estudos Globais, pelo apoio à este trabalho e entusiasmo pela construção de uma comunhão universal.

À professora Cristiana Lucas Silva, assessora da Coordenação do Programa de Doutorado em Estudos Globais, pela dedicação e cordialidade que nos atendeu em todos os momentos do curso.

Ao Centro Universitário de Maceió – CESMAC, que apoiou a realização deste estudo, permitindo conciliar com minhas atividades docentes.

Aos apoiadores Cristina Bove, Alderon Costa e Fátima Marques, que carregam uma trajetória de vida em defesa dos direitos humanos, partilhando, de forma tão generosa, a história da construção do MNPR.

Por fim, às lideranças do Movimento Nacional de População de Rua, em especial, Rafael Machado, Vanilson Torres, Samuel Rodrigues, Anderson Lopes, Maralice Santos e Darcy Costa, exemplos de resiliência e coragem, que me desafiam a ser melhor todos os dias, me inspiram e me motivam a resistir.

Gratidão!

## Dedicatória

*Este trabalho é dedicado ao Movimento Nacional de População de Rua do Brasil e à insurgência de todos “esfarrapados do mundo”.*

## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

### STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados. Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration. I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.ª série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta,

Nome completo/Full name: Ana Lúcia Soares Tojal

Assinatura/Signature:



## **Título**

Movimento de População em Situação de Rua no Brasil: um processo de ruptura da invisibilidade social e de resistência contra hegemônica

## **Resumo**

O estudo situa-se entre os fenômenos da globalização que estão diretamente relacionados ao processo de mundialização do capital e seus rebatimentos no aprofundamento das desigualdades sociais, tendo como recorte epistemológico o Movimento Nacional de População de Rua no Brasil e sua potencialidade para romper com a invisibilidade social e estabelecer articulações translocais. Tem a intencionalidade de trazer para os estudos globais, as estratégias de resistência que estão se desenhando por esse grupo populacional, a reivindicação da emancipação social, a complexidade que envolve o fenômeno e os desafios face à exclusão social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando entrevistas e observação participante no trabalho de campo. A análise dos resultados da pesquisa aponta para um processo organizativo que se caracteriza como um movimento da “globalização contra hegemônica”, com seus reflexos e influências que superam as fronteiras nacionais.

**Palavras chaves:** População em situação de rua. Invisibilidade Social. Globalização.

## **Title**

Movement of the Homeless Population in Brazil: a process of breaking social invisibility and counter-hegemonic resistance

## **Summary**

The study is located between the phenomena of globalization which are directly related to the process of globalization of capital and its repercussions in the deepening of social inequalities, having as an epistemological cut the Movement of the Homeless Population in Brazil and its potential to break with social invisibility and establish translocal articulations. It has the intention of bringing to global studies, the resistance strategies that are being designed by this population group, the claim of social emancipation, the complexity that involves the phenomenon and the challenges faced with social exclusion. This is a qualitative research, using interviews and participant observation in the field work. The analysis of the research results points to an organizational process that is characterized as a movement of “counter-hegemonic globalization”, with its reflections and influences that go beyond national borders.

**Keywords:** Homeless population. Social Invisibility. Globalization.

## Título

Movimiento de la Población en Situación de Calle en Brasil: un proceso de ruptura de la invisibilidad social y de resistencia contra las hegemonías

## Resumen

El estudio se ubica entre los fenómenos de la globalización que están directamente relacionados con el proceso de globalización del capital y sus repercusiones en la profundización de las desigualdades sociales, teniendo como corte epistemológico el Movimiento de la Población de Calle en Brasil y su potencial de ruptura con invisibilidad social y establecer articulaciones translocales. Tiene la intención de acercar a los estudios globales, las estrategias de resistencia que está diseñando este grupo poblacional, el reclamo de emancipación social, la complejidad que envuelve el fenómeno y los desafíos que enfrenta la exclusión social. Se trata de una investigación cualitativa, utilizando entrevistas y observación participante en el trabajo de campo. El análisis de los resultados de la investigación apunta a un proceso organizativo que se caracteriza como un movimiento de “globalización contrahegemónica”, con sus reflejos e influencias que van más allá de las fronteras nacionales.

**Palabras clave:** Población en situación de calle. Invisibilidad social. globalización.

## Índice

<b>Introdução</b>	01
<b>O caminho metodológico</b>	06
<b>1. Primeiro capítulo – Invisibilidade e resistência</b>	14
1.1. Invisibilidade e exclusão social	16
1.2. Globalização hegemônica e desigualdades sociais	26
1.3. Movimentos antiglobalização: mundialização do capital e organização popular	34
<b>2. Segundo capítulo – As dinâmicas globais e a organização         insurgente</b>	47
2.1. A situação de rua enquanto fenômeno global da contemporaneidade	49
2.2. Panorama da situação de rua em diferentes regiões do mundo	60
2.3. Proteção e desproteção social no Brasil	67
<b>3. Terceiro capítulo – Movimento de População de Rua no Brasil:         convergências entre o local e o global</b>	76
3.1. A utopia que nasce da barbárie: a história do Movimento Nacional de População de Rua	78
3.2. Lutas urgentes e insurgentes: o enfrentamento da pandemia de Covid 19 e o direito à moradia	85
3.3. Dialogando com o Movimento	90
3.4. As redes e as ruas	115
3.5. Rompendo a invisibilidade: o V Congresso Nacional do MNPR	131
<b>Considerações Finais</b>	146
<b>Referências</b>	155
<b>Anexos</b>	166
Figura 1 - Criação do Fórum Estadual de Usuários do SUAS do Estado de Alagoas	167
Figura 2 - Fórum Social Mundial 2018. Salvador. Bahia	167
Figura 3 - Conferência Municipal de Assistência Social de Maceió	168

Figura 4 - Encontro do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social/São Paulo	168
Figura 5 - Reunião para elaboração do relatório sobre os homicídios de pessoas em situação de rua em Maceió	169
Figura 6 - Mobilização para o Dia Nacional de Luta	169
Figura 7- Vacinação contra a Covid19 da População em Situação de Rua	170
Figura 8 - Encontro do MNPR. Rio de Janeiro	170
Figura 9 - Ato Público do Dia Nacional de Luta da PSR	171
Figura 10 - Dia Nacional de Luta: atividades culturais e socioassistenciais	171
Figura 11 – Ato Cultural do V Congresso Nacional do MNPR	172
Figura 12 - Mesa de Abertura do V Congresso Nacional do MNPR	172
Figura 13 - Palestra de Abertura do V Congresso Nacional do MNPR	173
Figura 14 - Mesa redonda: Análise de conjuntura no V Congresso Nacional do MNPR	173
Figura 15 - Oficina “A luta do MNPR por Moradia” no V Congresso Nacional do MNPR	174
Figura 16 - Reunião dos apoiadores e militantes no V Congresso Nacional do MNPR	174
Figura 17 - Votação de propostas e encaminhamentos do V Congresso Nacional do MNPR	175
Figura 18 - Audiência do MNPR no Supremo Tribunal Federal	175
Figura 19 - Artigo para o Jornal O Trecheiro	176
Figura 20 - Notícia veiculada no Portal do Ministério Público de Goiás	177
Figura 21 - Notícia veiculada no site do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis	178
Figura 22 - Notícia veiculada no site do STF	179
Figura 23 - Notícia veiculada na Rede SUAS	180
Figura 24 - Notícia veiculada no site Ponto Jornalismo	181
Figura 25 - Notícia veiculada no portal da UNISANTOS	182
Figura 26 - Notícia veiculada no portal Terra de Direitos	183
Figura 27 - Notícia veiculada no portal G1 São Paulo	184
Figura 28 - Notícia veiculada no portal da Defensoria Pública de Salvador	185
Figura 29 - Notícia veiculada no Portal Uol	186

Figura 30 - Notícia veiculada no portal G1 Rio de Janeiro	187
Figura 31 - Notícia veiculada no site da Defensoria Pública do Paraná	188
Figura 32 - Notícia veiculada no site da Arquidiocese de Curitiba	189
Figura 33 - Notícia veiculada no site Diálogos UE-Brasil	190
Roteiro Guia das Entrevistas com Lideranças do MNPR	191
Roteiro Guia das Entrevistas com Apoiadores do MNPR	192

## **Lista de abreviaturas e siglas e acrônimos**

CAPs AD - Centro de Apoio Psicossocial para dependentes de álcool e outras drogas

CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social

CIAMP Rua - Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População de Rua

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos

CNS – Conselho Nacional de Saúde

ENIPSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem Abrigo

FEANTSA - Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri

FSM – Fórum Social Mundial

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MJG - Movimento de Justiça Global

MNCMR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MNPR – Movimento Nacional da População de Rua

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PSR - População em Situação de Rua

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## INTRODUÇÃO

Utopia esta en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. Para que sirve la utopia? Para eso sirve: para caminar.

Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano em 'Las palabras andantes'

O estudo que aqui se apresenta situa-se entre os fenômenos da globalização, destacadamente sobre a relação entre a globalização hegemônica e exclusão social com recorte epistemológico sobre o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) que emerge no Brasil e sua potencialidade para romper com a invisibilidade social e estabelecer articulações locais e translocais.

A existência de população em situação de rua é um fenômeno global que não se reduz simplesmente à condição de mendicância. Os estudos globais têm tratado pouco desta temática, mesmo a sociologia ainda não explorou suficientemente esse fenômeno e a complexidade das questões que o cerca. A escassez de estudos que tratem sobre a potencialidade destes sujeitos para além de suas carências materiais contribui, assim, para a invisibilidade social e estigmatização desta parcela da população.

No sentido de colmatar esta lacuna, a presente investigação pretende trazer à tona a realidade destes sujeitos que se encontram à margem do sistema produtivo e revelar sua potência social e política. Estes ocupam o estatuto de sobrantes para a lógica do capital: desempregados, doentes, dependentes químicos ou pessoas que não se “ajustam” ao padrão de comportamento exigido pela “civilização”.

Com o avanço da globalização, intensificam-se as migrações, o desmonte da proteção social e a precarização do trabalho. Observam-se os efeitos do êxodo rural, a apropriação e concentração das terras, a atração dos trabalhadores para oportunidades laborais nas cidades que são fugazes ou ilusórias, a especulação imobiliária e a gentrificação. Todos estes fatores contribuíram para aumentar o número de pessoas vivendo nas ruas, criando-se um contingente populacional

desterritorializado e sem conseguir se incluir numa realidade diversa à sua. Essas pessoas passam a ocupar as ruas como moradia ou forma de sobrevivência.

Sobre os movimentos sociais, vem crescendo a possibilidade de construção da emancipação social de parte da população dos países periféricos e dos indivíduos que foram destituídos de sua integridade humana pelo processo de dominação colonial e de relações opressoras e desiguais que os colocou à margem da sociedade, criando um excedente de populações vulneráveis. Neste contexto, o recorte que escolhemos é o Movimento Nacional de População de Rua do Brasil.

Onde o improvável desafia, se situa a emergência de um movimento articulado pelo povo de rua que se soma a outros movimentos sociais que vivem a experiência de diferentes formas de opressão. Buscando percorrer o caminho entre o local e o global, a presente investigação assenta na “utopia que está no horizonte”, na intencionalidade de visibilizar este fenômeno, ampliando-o simbolicamente, perseguindo a emancipação planetária destes excluídos, no sentido que eles possam ressignificar sua luta.

Com esta investigação, assume-se o compromisso de enfrentar a cegueira social frente a segmentos populacionais que são tratados como subgente, subcidadãos, aos quais não lhes é dada a condição de igual em termos de direitos e usufruto de bens e serviços. É um estudo que se compromete com a perspectiva de transformação social e se utiliza da teoria crítica para fazê-lo.

No sentido de alcançar essa intencionalidade faz-se necessário expor as opções metodológicas de um estudo que só é possível se desenvolver numa abordagem qualitativa, emancipadora, buscando a unidade entre o conhecimento produzido, a conscientização e a mobilização para a mudança social (Freire, 1987). Para apreensão da complexidade que envolve o fenômeno estudado buscou-se o diálogo entre os referenciais teóricos e a pesquisa de campo. A realidade estudada é concebida como uma construção social e subjetiva, reconhecendo que a ação do pesquisador deve buscar o tratamento científico, mas não é neutra, estando contida sua posição ideológica e social.

Em relação à pertinência da escolha do objeto de investigação, cabe assinalar que a pesquisadora atua nessa realidade há quase uma década com participação no fortalecimento do protagonismo e autonomia da população de rua no Brasil. Foi a vivência no campo da seguridade social brasileira, atuando como assistente social e professora, em particular no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do país, que motivou a pesquisadora a apoiar a organização do Movimento Nacional de População de Rua, especialmente no estado de Alagoas, bem como a orientar projetos de pesquisa sobre serviços de proteção social prestados às pessoas em situação de rua, tanto na área da saúde - Consultório na Rua - como na área da assistência social - Centro de Referência para a População de Rua (Centro POP) – e a coordenar projetos de extensão universitária tendo como público alvo a população em situação de rua.

A partir dessa vivência foi possível superar uma lógica cognitiva distanciada, saindo da condição de mera espectadora desse fenômeno para intervir diretamente nessa realidade e buscar apreendê-la na sua essência. Essa investigação ativista permite alcançar um olhar mais alargado em relação à complexidade e historicidade deste movimento contra hegemônico, sua importância para os estudos sobre os fenômenos da globalização, construindo um conhecimento sobre a emergência do Movimento Nacional de População de Rua no Brasil com potencial transformador de sua realidade.

O estudo foi desenvolvido a partir de três questões norteadoras: Como a invisibilidade social dialoga com a realidade da população em situação de rua? Que aspectos configuram a situação de rua enquanto fenômeno global da contemporaneidade? Quais as potencialidades do Movimento Nacional de População de Rua que emerge no Brasil em se constituir um movimento contra-hegemônico local e translocal? Estas questões foram explicitadas nos três capítulos a seguir, fazendo um diálogo epistemológico entre eles.

Para melhor responder as questões, o enquadramento teórico ancora-se na abordagem crítico-dialética, fazendo uma incursão nas obras de autores que

concebem a exclusão social como resultante de processos de globalização assimétricos. Assim, os conceitos de globalização, invisibilidade social, marginalização, desigualdade social, exclusão, emancipação social e resistência estão presentes em todo o processo investigativo.

O estudo empírico partiu da observação de que o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) vem construindo uma resistência contra hegemônica que resulta em importantes conquistas para este segmento populacional. Contudo, observam-se fraturas deste processo que dificultam os avanços necessários que se referem tanto à conjuntura socio econômica como às dificuldades de articulações e mobilização das pessoas que se encontram na situação de rua.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro refere-se às questões centrais do quadro teórico sobre a invisibilidade, exclusão social e resistências, discutindo a globalização hegemônica e seus impactos no aprofundamento das desigualdades sociais, os movimentos antiglobalização que emergiram no contexto da mundialização do capital, a potência e os desafios da organização popular. O segundo capítulo trata sobre a situação de rua enquanto fenômeno global da contemporaneidade, apresentando um panorama mundial da situação de rua para, em seguida, adentrar-se na realidade brasileira e a desagregação das suas estruturas de segurança social, com o agravamento das questões sociais no país. No terceiro capítulo são trazidos elementos fundantes deste estudo, com os resultados da pesquisa de campo e as especificidades do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) que emerge no Brasil. Faz-se o debate sobre as relações que se estabelecem local e globalmente, conta-se a história da constituição deste fenômeno, das lutas que estão sendo travadas no interior do movimento e seus rebatimentos na instituição de políticas públicas.

O material construído nas entrevistas apresenta a visão das lideranças e dos “apoiadores” (conjunto de agentes que, desde diferentes posições sociais e em diferentes modos, têm apoiado o movimento) quanto às potencialidades e desafios, a vocalização das suas demandas, as articulações tecidas com governo e

sociedade civil. A observação participante registrou a utilização das redes sociais na organização e formação política, a interlocução do movimento com diferentes atores sociais e as conquistas que desenham um processo gradativo de ruptura da invisibilidade social da população em situação de rua.

Estes três capítulos centrais são precedidos de uma secção em que se clarificam os métodos e técnicas em que se baseou a investigação, sendo rematados por um tópico final, no qual se refletem sobre os principais resultados da pesquisa e se lançam pistas e interrogações para futuros estudos nesta área.

## **O Caminho Metodológico**

A presente investigação situa-se no campo dos estudos globais, buscando-se a superação de um conhecimento fragmentado em disciplinas, sob uma perspectiva interdisciplinar, necessária para compreensão de fenômenos complexos. Este campo de estudos rompe as fronteiras nacionais e regionais, recusa a análise binária entre o local e o global e a hierarquização dessa relação, permitindo uma leitura capaz de libertar a investigação dos limites geográficos e científicos, revelando os desafios do processo de globalização. “O olhar panorâmico dos estudos globais assim entendidos articula-se, pois, com as tendências e experiências do mundo atual, que são, elas mesmas, potencialmente globalizantes, mas simultaneamente reveladoras das desigualdades estruturais existentes entre zonas do globo e populações” (Abrantes & Lechner, 2022, p.10).

Para compreender as mudanças globais que se operam e suas implicações no mundo, o campo dos estudos globais e sua essência interdisciplinar se apresentam como o caminho para reconhecer realidades diversas e ampliar possibilidades de construção de sociedades mais inclusivas e sustentáveis. Nessa direção, a investigação de um fenômeno complexo encontra, nesse campo de estudo, a oportunidade de estabelecer interconexões entre os múltiplos aspectos que o circunda, por intermédio do diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento.

Dentro da perspectiva qualitativa de corte crítico, sustentada nos autores que assumem a contestação do estado neoliberal como promotor de desigualdades sociais e apontam para transformações socioeconômicas, o presente estudo buscou transcender a explicação ou verificação de hipóteses, por meio da compreensão dos processos sociais que envolvem a população em situação de rua, na intencionalidade de produzir um conhecimento que estimule a emancipação destes sujeitos, através da ampliação do debate acadêmico e da apropriação deste conhecimento pelos apoiadores e lideranças, assumido o compromisso de dar retorno ao Movimento Nacional de População de Rua do Brasil quanto aos

resultados da pesquisa. Um projeto de pesquisa qualitativa crítica contém um projeto de conscientização, contribui para mudanças sociais, se compromete, se implica com os sujeitos e não pretende meramente descrever uma realidade social (Freire, 1987).

Identifica-se em parte com uma pesquisa-ação em função dos objetivos de construir um conhecimento que busca a transformação da realidade pesquisada, com um papel ativo nos próprios processos em análise. Um trabalho de pesquisa-ação pode conter diferentes objetivos que vão desde a resolução de problemas concretos à produção de um conhecimento que extrapola sua utilidade não apenas para o fenômeno pesquisado, através de um estudo que acompanha (desta forma, apoiando reflexivamente) a ação transformadora e dialoga com outros problemas sociais, sendo este viés onde se situa a presente investigação. A pesquisa-ação permite que se tenha uma visão dinâmica da situação, sendo possível perceber ações, processos decisórios, negociações e conflitos que acontecem entre os sujeitos pesquisados, sem esvaziá-los como objetos, numa investigação que tem uma função político-social de transformação da realidade (Thiollent, 1997).

A pesquisa-ação agrega vários métodos ou técnicas de pesquisa social, desenvolvendo e reinventando metodologias, pela adoção de estratégias que envolvem a participação ativa do pesquisador na construção dos dados. Considera os sujeitos como participantes do processo pela interação que é produzida, o que obriga o pesquisador a implicar-se com a realidade pesquisada, opondo-se à separação do 'pensamento' e da 'ação' (Barbier, 2002). Pelo envolvimento com o problema da pesquisa, a realização deste estudo é permeado pela interação direta da pesquisadora com sujeitos pesquisados e a ação destes sobre o objeto da pesquisa, o que impõe uma dinâmica dialógica e dialética que busca produzir um conhecimento científico que escape de ideologismo, mas que não é neutro e tem intencionalidade de mudanças no campo social.

É um estudo que considera os etnométodos no processo de investigação, usado nas ciências sociais para compreender a racionalidade que orienta os atores

sociais em suas ações diárias. Os etnométodos privilegiam a intersubjetividade para observar, detalhar, descrever e analisar o estilo de vida, crenças, valores, cultura e comportamento de um grupo social. A etnometodologia tem como principal referência o sociólogo Harold Garfinkel, cuja linha de pensamento valoriza a postura interpretativa da vida cotidiana, com a ideia de que a realidade social é constantemente criada e modificada pelos atores que dela fazem parte (Garfinkel, 2018). Este mergulho no cotidiano do grupo pesquisado torna-se condição para compreender a construção das práticas sociais, suas particularidades e seus significados, na busca por entender como os indivíduos pertencentes a um grupo social se comportam e interagem com os outros indivíduos do grupo, criam ou modificam o entendimento da realidade (Coulon, 2005).

Estabelecendo uma relação dialógica entre sujeito-objeto, a interpretação de dados pré-existentes e dos construídos com a pesquisa de campo foram continuamente referenciados pela revisão de literatura sobre os temas propostos (com ênfase nos aspectos sociopolíticos), no sentido de alcançar as respostas às questões de partida da pesquisa. Dessa forma, buscou-se trazer contribuições tanto para o campo científico, quanto para a realidade pesquisada. Tais informações se somam às demais já existentes, colaborando com a compreensão do fenômeno estudado.

Na abordagem qualitativa, o trabalho de campo é essencial porque possibilita um processo de interação social, onde se estabelece uma relação intersubjetiva, em que os sujeitos partilham sentidos, experiências e conhecimentos. Isto permite a articulação entre a realidade empírica e os pressupostos teóricos da pesquisa, que se traduz em perguntas que fazemos à realidade.

Essa investigação só é possível numa perspectiva crítica a partir de uma análise reflexiva com o que Norman Denzin (2009) denomina “um projeto ativista”, não sendo possível neutralizar a intencionalidade política do objeto a ser estudado. Para o autor a escrita nas ciências sociais e nas humanidades não é inocente,

estando contida uma intencionalidade, um projeto de interpretação e mudança do mundo (Denzin, 2009, p. 116). O autor nos convida a promover os direitos humanos e a justiça social por meio da pesquisa qualitativa, enfatizando a ética na investigação. Nessa direção, toda a pesquisa considerou os princípios da liberdade, da autonomia e do respeito à dignidade humana e ao pensamento divergente, com a preservação das questões sensíveis, como o desconforto de relatar situações traumáticas, com resguardo e proteção das informações. Foi garantida total liberdade de participação, que foi expressa de forma voluntária, com todo cuidado para não agravar a condição de vulnerabilidade e risco dos participantes. Devido à aproximação social e profissional da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa, estabeleceu-se uma relação de confiança que facilitou a fruição do diálogo ético e livre de pré-julgamentos. Foi assegurada a preservação do anonimato, exceto quando o interlocutor permitiu a divulgação da sua identidade com autorização prévia por Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme preconiza a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisas (CONEP) no Brasil.

O primeiro passo da investigação, após a definição do problema e dos objetivos, foi a revisão da literatura. Essa revisão se iniciou com os estudos sobre globalização, invisibilidade e exclusão social, buscando situar esse fenômeno local e globalmente. Além do acervo bibliográfico dos autores que tratam sobre o tema, foram incluídos os documentos relativos à legislação existente na área, relatórios e levantamentos por órgãos governamentais e não governamentais sobre o objeto da pesquisa. O estudo bibliográfico e documental busca mais que saber quantas vezes se disse algo sobre o tema, observando quem disse, como e com que interesses (Mendes, 2003). Estabilizado esse quadro teórico, o próximo passo foi a preparação para a pesquisa de campo com a seleção das técnicas a serem utilizadas e a definição dos sujeitos participantes.

Os sujeitos da pesquisa foram as lideranças do MNPR de diversos estados do Brasil, que também vivenciam a situação de rua e os “apoiadores” do movimento, sendo estes trabalhadores, membros de organizações governamentais

e coletivos da sociedade civil, militantes de direitos humanos e de entidades religiosas que atuam diretamente com a população em situação de rua. A seleção dos sujeitos participantes se deu em função do protagonismo destes na organização do MNPR e da interlocução direta ou indireta com a pesquisadora nos diferentes espaços de intervenção profissional e militância social que exerce, o que facilita uma interação entre pesquisador e pesquisados. Essas lideranças e apoiadores foram identificados como “informantes-chave”, ao longo da trajetória profissional da pesquisadora,

Os testemunhos pessoais, as perguntas e as indagações do estudo fizeram parte do diálogo alargado sobre a vida na rua como tema de análise (e não só como experiência). Os limites e potencialidades do encontro narrativo, as posições dos sujeitos envolvidos, as desigualdades e reciprocidades foram articulados às várias escalas de análise, sem desconsiderar a vivência dos sujeitos sociais.

Considerando que toda pesquisa de campo é participante, a relação intersubjetiva entre pesquisador-pesquisado produz sempre alguma interferência no processo investigativo, não havendo controle total da subjetividade do investigador, dada suas pretensões. “De fato as ciências humanas são mais vulneráveis à ação subterrânea da subjetividade na elaboração e desenvolvimento de uma pesquisa” (Barbier, 1985, p. 106). Barbier defende a utilização da metodologia da pesquisa-ação como um modelo aberto e dialético de investigação. No sentido de garantir o caráter científico da investigação, cabe ao pesquisador, munido de um quadro teórico-metodológico consolidado, buscar compreender as relações sociais que estabelece, ao longo do tempo, com os sujeitos da investigação, incluindo atravessamentos que sua subjetividade pode produzir no objeto investigado sem, contudo, se deixar enredar pela ilusão da neutralidade científica.

Para fazer a ruptura com o senso comum, Pierre Bourdieu, Passeron e Chamboredon (1999) apontam a vigilância epistemológica como necessária para as ciências sociais. Para manter o controle epistemológico são necessários três

atos que passam pela conquista, construção e constatação do fato científico. Os esquemas de investigação devem evitar que a ideologia encubra o real, permitindo superar a superficialidade aparente dos fatos, procedendo à desnaturalização da realidade e a apreensão da sua essência e dos elementos latentes. Esse foi um grande desafio do presente estudo pela imbricação da pesquisadora com o fenômeno em questão, o qual procurou ser respondido através da fundamentação teórica, dos métodos de observação e de uma reflexão permanente sobre a sua própria ação e seus efeitos.

As técnicas de recolha de dados para a pesquisa de campo foram as entrevistas individuais e a observação participante. Os instrumentos foram definidos considerando a pertinência e viabilidade de cada situação e o perfil dos sujeitos envolvidos. Devido ao período pandêmico, as entrevistas foram realizadas de forma on-line em 2021, utilizando a Plataforma Google Meet, por garantir videoconferências seguras, com capacidade de fazer videochamadas instantâneas, sendo realizada apenas uma entrevista presencial em 2022. Foi priorizada a realização de entrevistas pela potencialidade desta técnica em permitir uma interação mais profunda enquanto construção social e contextualização das respostas, procurando a voz do entrevistado. Destacam-se vantagens do uso da entrevista à aplicação de questionários pela possibilidade de estabelecer conexões com os entrevistados e a riqueza da troca face a face, quando se permite que os sujeitos se expressem nos seus próprios termos (Mendes, 2003). Adotamos um roteiro guia (anexo), como norteador das entrevistas, sem engessar o diálogo, sendo entrevistados seis lideranças e três apoiadores.

A observação de grupos presenciais, prevista no planejamento inicial da investigação, foi substituída pela participação em grupos formados nas redes sociais, sendo dois grupos criados via aplicativo de mensagens instantâneas, o *Whatsapp*. Todas as questões relevantes postadas no aplicativo de mensagens foram registradas em diários de campo, preservando a privacidade e a autoria das postagens, bem como o sigilo quanto à assuntos sensíveis. Embora essa não tenha sido a opção inicial da pesquisadora, o uso do espaço virtual oportunizou um

acompanhamento diário dos diálogos entre as lideranças, além do acesso a interlocutores de diferentes regiões do país, num intervalo de tempo que o modo presencial não possibilitaria. A expansão do uso das ferramentas etnográficas nas esferas digitais, da etnografia virtual, digital ou em redes têm possibilitado um entrosamento dinâmico com a realidade pesquisada, seja por meio da observação on line aberta ou oculta, seja por entrevistas on line, sincronizadas ou não, com uso de plataformas de videoconferências robutas (Ferraz, 2019).

Após o período mais agudo da pandemia de Covid19, foi possível realizar a observação presencial do V Congresso Nacional do MNPR, em setembro de 2022, a qual possibilitou a apreensão de aspectos da realidade com maior proximidade do objeto de estudo. Em virtude da pesquisadora está diretamente envolvida com a organização desse evento, o acompanhamento alcançou todo o processo de construção e execução do congresso. A técnica de observação participante permite apreender aspectos relevantes que não conseguem ser expressos na fala. “A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas [...] transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real” (Minayo, 2004, pp. 59-60).

Além das entrevistas, materiais de domínio público, como vídeos, webnários e material jornalístico sobre a população em situação de rua foram considerados para maior compreensão do objeto da pesquisa. Para tal, recorreu-se à pesquisa narrativa e a pesquisa por história de vida como uma forma de compreender a experiência dos sujeitos que estão na situação de rua e a percepção dos que estão em contato permanente com eles, considerando que “uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos pesquisadores” (Clandinin & Connelly, 201, p. 18).

A pesquisa absorveu o material catalogado pela pesquisadora referente às atividades realizadas pelo Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) e os registros das ações que contaram com a participação direta da mesma, como

relatórios, entrevistas, debates online, entre outros. Para o tratamento do material de campo a hermenêutica dialética apresenta-se como um caminho de análise das ciências humanas e sociais mais adequado para o estudo do fenômeno desta investigação. Maria Cecília Minayo (2012) propõe a articulação da hermenêutica com a dialética como uma importante alternativa metodológica para fundamentar pesquisas qualitativas, na medida em que é possível valorizar as complementaridades e divergências entre elas. A opção pela hermenêutica justifica-se pela necessidade de busca de compreensão do sentido da comunicação entre seres humanos, tendo na linguagem seu núcleo central, sendo preciso compreender o contexto das falas e se colocando também como parte desse processo, cuidando para não incorrer num viés de leitura, mas escapando da armadilha da neutralidade, porque há uma intencionalidade na escolha do objeto e nas opções metodológicas do pesquisador, com o “pressuposto de que não há observador imparcial nem ponto de vista fora do homem e fora da história” (Minayo, 2012, p. 216). A dialética enquanto arte do diálogo, da pergunta e da controvérsia, busca nos fatos, na linguagem, nos símbolos e na cultura, os núcleos obscuros e contraditórios, a essência que se esconde na aparência.

A articulação entre a hermenêutica e a dialética é um potente caminho para as pesquisas qualitativas, na medida em que ambas valorizam o condicionamento histórico e questionam o tecnicismo em favor da intersubjetividade, ao tempo em que a hermenêutica enfatiza o consenso e a mediação, a dialética busca a contradição, o dissenso e a crítica (Minayo, 2012). A partir dos dados organizados em unidades de sentido parte-se para uma leitura transversal do material construído, precedida de uma leitura exaustiva e repetida, cuja interpretação é balizada pelas categorias de análise e categorias empíricas.

Ao final do estudo, as questões de partida e enquadramento teórico são revisitados, procurando sistematizar as contribuições da pesquisa para a ampliação do debate sobre o fenômeno e os novos conhecimentos produzidos que venham a corroborar para a relevância social e teórica dos estudos globais no campo das ciências sociais e humanas.

**PRIMEIRO CAPÍTULO**  
**Invisibilidade e resistência**

Este capítulo se concentra na dimensão social e política da invisibilidade social e como isso afeta as pessoas que estão em situação de rua, discutindo a interface entre invisibilidade e exclusão social, globalização hegemônica e movimentos antiglobalização, em constante diálogo entre as referências teóricas e os elementos empíricos que motivaram este estudo.

Como a vulnerabilidade e exclusão social de um número considerável de cidadãos e cidadãs é remetida à invisibilidade social e política? É possível ver não vendo? A visibilidade física nem sempre vem acompanhada pelo reconhecimento do outro, da sua condição humana e sua capacidade de ser sujeito de sua história. A invisibilidade humana se expressa enquanto recusa de ver o outro. Nessa recusa cria-se a impossibilidade de se estabelecer a inter-relação, então acontece a ruptura, a segregação, um desejando ser visto, outro não querendo ver. Tratar da dimensão da invisibilidade social das pessoas de rua é refletir sobre a desfiliação destes sujeitos da sua cidadania. Essa invisibilidade ou, melhor dizendo, invisibilização, reforça a exclusão social a que foram submetidos.

A mundialização do capital aprofunda a exclusão social e/ou provoca uma inclusão perversa. A partir da desigual distribuição da riqueza, agravou-se, nas últimas décadas, as desigualdades sociais e acentuaram-se os processos de desfiliação social, fruto do modelo de internacionalização da economia e suas consequências como o desemprego estrutural e desmonte do Estado Providência.

Para o enfrentamento da invisibilização e desigualdades sociais surgem os movimentos antiglobalização, movimentos translocais alternativos produzidos a partir de baixo, na perspectiva da emancipação social, que desafiam as mazelas produzidas pela globalização mercantil, com a construção de criativas e insurrectas formas de organização popular, que o estudo identificou, a partir dos autores que foram referência na presente investigação, como *movimentos da globalização contra hegemônica*.

## 1.1. Invisibilidade e exclusão social

O termo invisibilidade social tem sido usado para designar a exclusão ou segregação de minorias ou grupos socialmente marginalizados devido ao preconceito ou à indiferença. Com a “história de anônimos, sem drama, sem identificação empática da parte de ninguém...” (Souza, 2006, p. 67), onde está presente o desinteresse e banalização da morte e do sofrimento de pessoas que se encontram no status de sub-gente.

Na sua construção teórica sobre a invisibilidade, Júlia Tomás (2012) discute as relações intersubjetivas, onde o indivíduo sabe-se “não-visto”, mas sem compreender o significado do comportamento social do “não ver outrem”. A distinção entre os vários tipos de reconhecimento conduz à observação das formas negativas correspondentes. A autora faz também o debate sobre outro viés da invisibilidade, com a ultrapassagem de uma situação dolorosa imposta pelos outros para considerar como uma vontade legítima do indivíduo face à sociedade da “hiper-vigilância”. Contudo, o foco deste estudo são as reflexões de Tomás sobre a obra de Axel Honneth, *Invisibilité: sur l'épistémologie de la reconnaissance*, o debate acerca da epistemologia do reconhecimento, relacionando a história dos invisíveis à história dos desprezados, sendo o desprezo social e o não-reconhecimento que dão origem ao sentimento de invisibilidade. Tomás (2012) associa a invisibilidade a uma forma de desprezo e cita os três tipos de desprezo baseado na teoria de Honneth: a violência física, a qual provoca um sofrimento físico e psíquico; a exclusão jurídica, que resulta na negação de direitos; e o desprezo cultural, que aniquila os valores sociais e as identidades.

O filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth (2003) discute a destruição da autoimagem pela ausência de reconhecimento por parte dos outros, trazendo o conceito de “morte social” relacionado à privação de direitos e à exclusão social. O autor faz a comparação do sofrimento físico ao sofrimento do desrespeito social, que provocam “reações emocionais negativas que se expressam nos sentimentos de vergonha social” (Honneth, 2003, p. 219). Essa experiência de desrespeito social pode motivar o indivíduo a entrar numa luta por reconhecimento, como

sugere Honneth, mas também pode levar a um nível de degradação física e emocional que concorre para o seu apagamento social.

Diversos grupos sociais partilham a experiência da invisibilidade social, como negros, indígenas, mulheres. Neste sentido, esses sujeitos sofrem desprezo, humilhação e rebaixamento do seu valor enquanto ser humano. O sociólogo brasileiro Jessé Souza (2006) analisa a desigualdade social a partir de uma sociologia crítica e denuncia a invisibilidade social dos segmentos sociais mais vulneráveis, associada à naturalização e banalização do sofrimento dos mais pobres no Brasil. Para Souza (2006) a desigualdade, a humilhação e a invisibilidade pública são próprias de um sistema que alimenta o privilégio de determinadas classes, cuja origem histórica remonta ao período da escravidão.

Invisibilidade social é aqui apresentada como uma face da exclusão social. Além do afastamento de todas as instâncias da vida social, a pessoa sofre um apagamento. Há segmentos sociais que também sofrem exclusão, mas suas demandas são parcialmente reconhecidas, são contabilizados nos censos demográficos, são alvos de políticas públicas, ainda que de forma precária e gozam de certa empatia social. Alguns excluídos têm a perspectiva de reinserção na vida laboral, embora em condições de subalternidade, sendo os excedentes que o capital cria para dispor de seu uso (Martins, 2002). Para outros essa reinserção demora tanto ou nunca acontece, como no caso da população de rua, que experimenta uma forma de exclusão social na qual nem se reconhece sua humanidade, que gera um alto grau de degradação humana. Estigmatizados como vagabundos, drogados, pedintes, são classificados como a escória do sistema que não merece a atenção de parte da sociedade, a não ser quando se tratam de ações higienistas, políticas hostis e intervenções residuais. Uma população que não ocupa sequer um espaço social significativo, fora da lógica de organização societária, que não se encaixa em uma determinada categoria e não se integra aos códigos de conduta estabelecidos pela sociedade, chegando ao estágio de subhumanidade. Esse estágio de exclusão que leva a invisibilidade social é fruto de uma perversa combinação entre pobreza, marginalização e rompimento ou

fragilização de vínculos familiares, havendo uma conexão entre os aspectos socioeconômicos e as subjetividades individuais. As pessoas em situação de rua figuram na última zona da vulnerabilidade. “É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação” (Castel, 1997, p.26).

A invisibilidade social não se resume a ação social de “não ver outrem”, não se trata de uma invisibilidade física, mas a atitude de ver e não reconhecer, a recusa de reconhecimento de outrem como ato intencional por rejeição e/ou desprezo, que termina por negar sua condição humana. Essa invisibilidade se caracteriza pela negação de direitos, indiferença, ausência de solidariedade e a ocultação de grupos populacionais ignorados socialmente. Na obra *Parcours de la Reconnaissance*, Paul Ricoeur (2004) discute que reconhecer é antes de tudo distinguir, distinguir como sinônimo de identificar, perceber em detalhe, então não reconhecer é não perceber o outro, ou seja, torná-lo invisível, indistinguível, não perceptível. Fundamentado em Hegel, Ricoeur traz três formas de reconhecimento: o amor, o direito e a estima social. O desamor, o abandono, a negação dos direitos e a ausência de estima são vivenciados cotidianamente pelos indivíduos que vivem da e na rua.

Cabe assinalar a diferença entre a invisibilidade sofrida e a invisibilidade desejada, essa última relativa aos que não querem ser reconhecidos por opção ao anonimato, por desejo de privacidade e/ou intimidade. Os que sofrem a invisibilidade social, enquanto resultado de um processo histórico da constituição social das sociedades capitalistas, de reificação e humilhação, são rebaixados, espoliados de sua condição humana, oprimidos e ofendidos, sob a forma de uma violência material e simbólica do Estado e da sociedade (Costa, 2004). O impacto de vivenciar esse apagamento tem consequências danosas para a saúde emocional e mental do indivíduo, debilitando seu potencial humano e corroendo sua capacidade de estabelecer relações sociais e afetivas.

Sob a perspectiva sociológica, a obra de Zygmund Bauman situa o fenômeno da invisibilidade social ao tratar da liquidez dos tempos modernos que transforma

o ser humano em um produto. Para Bauman (2007a) a sociedade contemporânea caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma, visto que as relações, instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar. Nesse contexto, as vidas humanas são transformadas em itens de consumo e o ser humano deixa de ser sujeito e passa a ser objeto na relação de mercado. Em seus estudos, o autor identifica o indivíduo como parte integrante de uma sociedade, respondendo à medida que se adapta ao que ela lhe impõe, na relação de compra e venda. O indivíduo que está fora da relação de mercado está fora da sociedade, sem identidade e rosto. “A vida na sociedade líquido-moderna é uma versão perniciososa da dança das cadeiras, jogada para valer. O verdadeiro prêmio nessa competição é a garantia (temporária) de ser excluído das fileiras dos destruídos e evitar ser jogado no lixo” (Bauman, 2007b, p. 10).

Em *Vidas Desperdiçadas*, Bauman (2005) sustenta a existência de seres humanos que teriam o status de lixo, descartáveis humanos. Como o valor máximo da sociedade moderna é o consumo e o descarte imediato, os miseráveis que vivem do lixo são levados ao limbo, ao esquecimento, seja por rejeição ou medo que o indivíduo “incluído” tem de se tornar supérfluo, de não fazer parte da sociedade do consumo. Sobre o banimento da maioria dos indivíduos do progresso da modernidade, Bauman classifica os seres humanos que não conseguiram se inserir no processo de globalização de “refugo humano”. Aponta a globalização como excludente, causadora de desigualdades continentais, da fome e do desemprego para milhões de seres humanos. A dura crítica do autor às medidas de “limpeza étnica” dos refugiados adotada nos países desenvolvidos, em que há a separação entre a população útil e a considerada inútil, imprestável, que deve ser retirada de circulação, alcançam também os miseráveis nativos que ficam na condição de descartáveis.

Ao tratar sobre a desregulamentação universal, o sociólogo e filósofo polonês acentua que a liberdade irrestrita concedida ao capital à custa de todas as outras liberdades, como “o despedaçamento das redes de segurança socialmente

tecidas e societariamente sustentadas” (Bauman, 1998, p. 34), levou a exacerbação das iniquidades sociais com o desvio do projeto de construção de uma solidariedade global, deixando um contingente de excluídos em todo mundo, inclusive nos países centrais. Segundo o autor até mesmo “[...] a rica Europa conta entre seus cidadãos cerca de três milhões de desabrigados, vinte milhões de expulsos do mercado de trabalho, trinta milhões que vivem abaixo da linha da pobreza” (Bauman, 1998, p. 34).

Na modernidade tardia, com a fluidez desses tempos escancarada por Bauman, o reconhecimento e a autoestima, assim como o status social, podem ruir da noite para o dia. O relacionamento eu-outro é mercantilizado, apagando-se os sujeitos que não tem valor social, invisibilizando-os. A concepção de invisibilidade social não se resume a ação social de “não ver outrem”, não se trata de uma invisibilidade física, mas a atitude de ver e não reconhecer, a recusa de reconhecimento de outrem como ato intencional por rejeição e/ou desprezo, que termina por negar sua condição humana. Essa invisibilidade se caracteriza pela negação de direitos, indiferença, ausência de solidariedade e a ocultação de grupos populacionais ignorados socialmente.

Invisíveis ou indesejáveis, afinal quem são os sujeitos que se encontram na marginalidade do sistema? Forçado a ocupar as beiras e sem status social, a marginalidade social afeta fortemente a população em situação de rua porque esta não faz a diferença no jogo das relações mercantis, sendo o excedente descartado até como exército de reserva. As leituras de Castel e Bauman contribuem para respaldar o debate sobre a invisibilidade e marginalização da população em situação de rua, resultante da brutal exclusão social, inerente ao modo de produção capitalista. A exclusão e a invisibilidade social são como faces de uma mesma moeda, cujas nuances podem adquirir formas variadas a depender da realidade de cada país.

Com o aumento considerável de pessoas morando nas ruas, já não é possível ignorar a presença destas e torná-las invisíveis fisicamente. Contudo,

trata-se de um outro viés da invisibilidade. A ausência de reconhecimento do outro enquanto sujeito de direito, da sua condição humana. A incômoda presença de algo que não se quer ver, seja por repulsa, medo ou ignorância.

A presença cada vez maior de pessoas sem teto, vagando itinerantes nas cidades, tem sido atribuída de forma enviesada à pandemia da Covid 19, mas, antes mesmo do avanço da crise sanitária, observou-se uma tendência de crescimento da população em situação de rua no Brasil e em muitos países, inclusive países ricos, como reflexo do desmantelamento da proteção social, do desemprego, do empobrecimento, do êxodo rural e do crescimento descontrolado de "cidades predatórias", dominadas pelo capital, tal como referido anteriormente. O Relatório de 2020 da Fundação Abbé Pierre e a FEANTSA, *Fifth Overview Of Housing Exclusion In Europe 2020*, que trata sobre o panorama da exclusão habitacional na Europa e as condições de acolhimento dos sem-abrigo no continente, incluindo exilados e refugiados, aponta um aumento de 70% de pessoas nos últimos 10 anos, sem acesso a direitos fundamentais, sem condições dignas de acolhimento e alojamento (FEANTSA, 2020).

São múltiplas as situações subjetivas e objetivas que provocam a situação de rua e causam o apartamento social. Indivíduos que foram invalidados pela conjuntura econômica e social têm sido foco dos estudos de Robert Castel (1997, 1998), que discute a existência dos desfiliaados da sociedade, os supérfluos e desterritorializados, as pessoas "sobrantes" para a lógica do capital, que não encontram lugar na sociedade. O autor denuncia o esgotamento da sociedade salarial e a formação de uma legião de descartáveis composta pelas pessoas que não se encaixam no mundo mercantil, indivíduos que vivenciam a ruptura dos laços familiares e comunitários, que não pertencem a "coletivos protetores", que perderam sua identidade no modelo de sociedade capitalista. A marginalidade social de determinados segmentos resulta da desagregação progressiva das proteções ligadas ao mundo do trabalho, denominada de "desfiliação", sendo uma primeira ruptura com o sentido de pertencimento comunitário.

Os sujeitos que se encontram na situação de rua estão entre os desfilados apontados por Castel (1997), são ignorados e considerados inúteis para o mundo. Não os vemos, não os ouvimos, não nos importamos realmente com suas vidas. Quando muito esses indivíduos são alvo da caridade, condenados a viver das sobras, do que foi descartado. Esse olhar caritativo, mais relacionado à dimensão religiosa, concentra as ações no nível das necessidades imediatas, salvo algumas exceções como o trabalho de algumas comunidades eclesiais de base que assumem a luta política por justiça social. Ainda assim, a igreja termina por assumir um papel que é do Estado como responsável pela condução de políticas de proteção social.

Por outro lado, as políticas que foram implementadas para esse segmento populacional terminam por focar em manter esses indivíduos sob o controle do Estado para proteger a sociedade do “perigo” que elas representam, com ações tuteladoras da vida e necessidades dos sujeitos, sem compreender e atender suas reais demandas e sem considerar esses indivíduos como sujeitos políticos capazes de participar do processo de construção de respostas a suas demandas.

Em relação ao tratamento dado a essa “subgente”, Jesse Souza alerta que tanto mais se aprofunda a desigualdade, mais se desumaniza a miséria, ficando a “ralé” mais exposta à indiferença da sociedade. A desestruturação dos aportes da proteção social, que nunca chegou a ser universal nos países periféricos e semi-periféricos, aliada à criminalização da pobreza urbana, desenraizada de seus laços familiares e comunitários, agrava a condição miserável dessas pessoas. Nos países centrais o nível de exclusão e deslegitimação dos direitos humanos, ainda que existam, não se compara ao dos países periféricos. “As polícias francesa ou alemã também não podem chegar atirando e matando impunemente, mesmo nos bairros pobres dos imigrantes em Paris ou Berlim, como acontece todos os dias em todas as grandes cidades brasileiras” (Souza, 2009, p. 402). Ainda que sociedades modernas centrais apresentem desigualdade e exclusão, os índices das sociedades periféricas são infinitamente superiores e as possibilidades de

mobilidade social praticamente inexitem, promovendo um ciclo contínuo de pobreza, que se reproduz entre as gerações.

Na América Latina, a colonização, a escravidão e o capitalismo neoliberal impactaram na agudização do fenômeno da população em situação de rua. Ao analisar o legado da escravidão no Brasil, o sociólogo brasileiro Jesse Souza sublinha a formação de “uma ‘ralé’ que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade” (Souza, 2003 p. 122). Sobre o processo de modernização capitalista do Brasil, a exemplo de outros países periféricos observa-se “a construção social da subcidadania”, na qual os processos de exclusão foram naturalizados, havendo uma convivência pacífica com a desigualdade social. Essa crítica contundente ao pensamento excludente predominante no país se justifica pela aceitação e legitimação da brutal desigualdade social. A indiferença em face da perversa realidade dos “sobrantes” e o desinteresse em compreender historicamente essa classe destituída de direitos e privilégios, “percebida apenas como ‘conjuntos de indivíduos’, carentes ou perigosos” (Souza, 2009, p. 25), revela a perversidade do comportamento médio da nossa sociedade.

Essa “gente que não importa” é diariamente varrida dos centros urbanos de todos os países, banida dos espaços públicos seja de forma violenta ou sutil. Além disso, os indivíduos são culpabilizados pela sua marginalidade e pobreza, considerados preguiçosos e indolentes. Destituída da sua condição humana, essa “ralé” não conta com a empatia da sociedade que não a considera como igual. Então a morte violenta de um morador de rua não gera a mesma comoção que o assassinato de uma criança ou jovem de classe média, nem ocupa espaço nos noticiários dos programas de televisão. Quando muito aparece relacionada à criminalidade. Nem há investigação sobre as mortes da população de rua, porque sequer se reconhece a existência de um crime. Como o policial que mata covardemente um negro pobre ou playboy que atropela um menino de rua. “Ele é inocentado porque ele não matou, na verdade, um ‘ser humano’, mas sim alguma

coisa abaixo do humano, como um cão ou uma galinha, e ninguém vai preso por matar uma galinha” (Souza, 2009, p. 409).

Do espaço marginal para o centro das cidades, essa população humilhada não é de fato invisível, mas parece ser, não são contabilizadas regularmente nos censos demográficos, nem consideradas como alvo das políticas públicas, sendo alcançadas apenas por ações assistencialistas descontinuadas e sem reconhecimento enquanto sujeitos sociais, daí a sua invisibilidade. Nas grandes capitais do mundo é difícil não se deparar com pessoas vivendo nas ruas, misturadas ao lixo urbano, compondo uma feia paisagem destas cidades que ninguém quer enxergar. Em meio à crise civilizatória, ambiental, sanitária e econômica, a presença “incômoda e ameaçadora” destes indivíduos se torna o prenúncio de uma globalização marcada pela desigualdade.

O sociólogo José de Souza Martins afirma que “a sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica” (Martins, 2012 p. 32). Essa inclusão marginal se acentuou quando a seguridade social foi solapada e o desemprego deixou de ser transitório para se tornar estrutural, resultante da reestruturação produtiva neoliberal. No campo da sociologia do trabalho, essa reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de trabalho gerou um processo de *desqualificação social*, conforme conceituou o francês Serge Paugam (2003), a partir do desemprego de longa duração e da inacessibilidade a um emprego estável para numerosas camadas de indivíduos, formando-se um exército de trabalhadores pobres, que caracteriza-se como sub empregados, assistidos ou marginalizados.

No processo de desqualificação social, trabalhadores vão sendo excluídos gradativamente do mercado formal de trabalho, onde muitos dos saberes e experiências que formaram uma grande parte dos indivíduos tem sido "desqualificada", num mercado de trabalho que apenas reconhece certas qualificações e dissolve todos os outros em mão-de-obra indiferenciada e descartável. Ou seja, a desqualificação dos indivíduos, das comunidades e até de

certas classes sociais ocorre pela negação dos seus saberes, valores e identidades.

Pode-se caracterizar a inclusão marginal das pessoas em situação de rua, a maioria exercendo trabalhos na catação de recicláveis, “flanelinhas”, prestadores de serviço domésticos, vendedores ambulantes e ajudantes da construção civil, ocupações mais corriqueiras, exercidas cotidianamente no campo da informalidade, por vezes de forma extenuante, sem vínculos nem direitos trabalhistas. Essas atividades são desvalorizadas e a remuneração é minguada, não condizente com o esforço laboral empreendido, levando os indivíduos a uma sobrecarga de trabalho, exposição a riscos de saúde e acidentes para conseguir o mínimo de sustento diário.

Para Martins (2012) coexistem duas humanidades, uma que está integrada no circuito de produção e consumo, embora sob condições diferentes em termos sociais e econômicos, formada por ricos e pobres, e outra humanidade, caracterizada como sub-humanidade, que está fora desse circuito, tratada como cidadãos de segunda categoria. A transmutação da exclusão social pela dialética inclusão/exclusão, explorada por Martins (2012), ao tratar a inclusão precária ou marginal como um processo inerente à forma de produção e acumulação capitalista, tem correspondência em outros autores como Bader Sawaia (1999). Na análise que a autora faz sobre as desigualdades sociais em sua obra *As Artimanhas da Exclusão*, todas as pessoas estão incluídas de alguma forma no circuito reprodutivo das atividades econômicas, mas nem sempre de forma digna e decente, ampliando-se o fosso entre os que têm direitos e os que são cada vez mais alijados da sua cidadania.

Além da humanidade formada de integrados (ricos e pobres), inseridos de algum modo no circuito de atividades econômicas e com direitos reconhecidos, há uma outra humanidade no Brasil, crescendo rápida e tristemente através do trabalho precário, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos, tratados como cidadãos de segunda classe. Entre esses dois mundos, há uma fratura cada vez maior e difícil de ultrapassar.

(Sawaia, 1999, p. 40)

No Brasil, a relação entre trabalho e proteção social estão profundamente arraigadas, com os direitos sociais vinculados à condição de trabalhador (desde que o trabalho seja reconhecido legalmente). Quanto mais haja o distanciamento do trabalho, mais perde-se em termos de proteção, aprofundando-se a desfiliação social da pessoa que experimenta a desvalorização, um sentimento de inutilidade, sob sofrimento psíquico, sem conseguir se inserir na vida social (Sawaia,1999).

Diferente dos novos pobres que emergiram da falência do Estado Providência que vigorou por décadas nos países desenvolvidos, boa parte das pessoas em situação de rua no Brasil nunca experimentou de fato uma inclusão, acumulando desfiliações (saúde, habitação, trabalho, família) desde a sua origem. Histórias de uma vida inteira à margem do ciclo de consumo e produção, vivendo das sobras e sem conseguir suprir suas necessidades básicas cotidianas.

Ainda que a exclusão social não seja superada na sua totalidade, dada a essência do sistema capitalista, ela passa a ser entendida como a soma da exclusão econômica, exclusão política e exclusão cultural, assumindo diferentes formas e gradação. São denominados excluídos sociais os menos favorecidos, os pobres, mendigos, carentes, ou seja, as pessoas que se encontram em situação de “inutilidade” social, que não acessam o consumo e os direitos de cidadania.

Parte significativa desse grupo de excluídos é invisibilizada, ignorada pelo sistema social, se inserindo aí a população que mora e vive na e das ruas. Outra parte é necessária ao modo de produção e reprodução do capital, que se alimenta da expropriação da força de trabalho e do excedente de mão de obra. Esses sub cidadãos experimentam um profundo processo de exclusão em diferentes aspectos da vida, sem acesso ao trabalho, a moradia, a saúde, a educação, sem vínculos familiares e comunitários, sem reconhecimento social.

## **1.2. Globalização hegemônica e desigualdades sociais**

É preciso falar em globalizações, no plural, como fenômenos multifacetados compostos por intervenções hegemônicas e contra hegemônicas. Uma

globalização que promove trocas mercantis desiguais e outra que se constrói a partir de relações solidárias.

Para a pesquisadora Odete Maria de Oliveira (2005), a gênese desse fenômeno tão complexo tem raízes longínquas, desde a era medieval, a partir do desejo do homem de se expandir, de explorar o desconhecido, transportando-se do seu clã para o ideário de uma aldeia global. Assim, os processos globais passaram por diferentes momentos, permeados pela dialética de globalizações e desglobalizações, não havendo uma evolução histórica linear. Contudo, a autora assinala que a época mais propícia para a expansão da globalização aconteceu com o avanço do neoliberalismo no mundo, com seus efeitos paradoxais, com extraordinário crescimento econômico, formando os “impérios de poder” de um lado e “deploráveis exclusões políticas e sociais de outro” (p. 15).

As contradições da sociedade global dialogam com as dimensões mundiais do modo de produção capitalista, que precisa se expandir para viabilizar sua produção e reprodução material e intelectual. Ao estudar as transformações históricas do capitalismo, Otávio Ianni (2001) denuncia a adoção de projetos de capitalismo transnacionalizado, desconstrói a aldeia global como uma ideia de comunidade mundial, de “Disneylândia universal”, denunciando a mundialização como processo de dominação e massificação cultural, “em todos os lugares, tudo cada vez mais se parece com tudo o mais, à medida que a estrutura de preferências do mundo é pressionada para um ponto comum homogeneizado” (p. 18).

Na globalização mercantil “o homem deixa de ser o destinatário direto do desenvolvimento, arrancado do centro da história para dar lugar às coisas, ao capital, o novo destinatário fundamental da vida” (Martins, 2012, p. 35). A coisificação do humano vai transformando tudo em mercadoria e o seu descarte passa a ser aceitável e naturalizado. O ser humano pode ser descartado quando considerado inútil, improdutivo, desqualificado.

A ideia de uma globalização que promova uma comunhão universal está muito distante e, na vigência da governança neoliberal será muito difícil de ser

alcançada, ainda que seja urgente repensar o atual modelo insustentável de desenvolvimento e suas relações sociais predatórias, que ameaçam a vida humana e a sobrevivência do planeta. O professor José Eduardo Franco propõe a construção de uma fraternidade que possa conter o que considera uma *globalização enlouquecida*, “a construção de uma cidadania universal em que todos os seres humanos se sintam membros da Casa Comum do Planeta Terra onde nos foi dado viver e nos foi dada para cuidar” (Franco, 2016, p. 282).

O filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe na busca por compreender o processo de poder, dominação e colonização, faz uma análise crítica da lógica mercantil capitalista e discute a progressiva desumanização dos seres humanos. Em sua obra *Brutalismo* (2021), Mbembe denuncia a desconfiguração da humanidade provocada pelos interesses financeiros supranacionais. Por brutalismo, o autor refere-se a uma forma de poder que desencadeia um processo de extração e perfuração de corpos e mentes, com a multiplicação de estados de “não direito” e desmantelamento das formas de resistência. O autor faz uma analogia com a mineração ao falar da perfuração de mentes e corpos, da demolição do humano e argumenta a favor de “uma nova consciência planetária e da refundação de uma comunidade de seres humanos em solidariedade com todos os seres vivos” (p.19). Sobre os reflexos predatórios do capitalismo, afirma que estes se tornam mais agudos à medida que a “máquina” se “apodera dos seres vivos como matéria-prima” (p.23). Por outro lado, alerta para a luta entre os despossuídos e os que estão precariamente incluídos, o que reforça a brutalidade da sociedade do capital.

[...] camadas inteiras da sociedade enfrentam o risco cada vez maior de uma desclassificação vertiginosa. Há não muito tempo, elas tinham a possibilidade de mudar de status e experimentar uma mobilidade ascendente. Agora, com a corrida ladeira abaixo, estão condenadas a lutar para reter e talvez assegurar o pouco que lhes resta. Em vez de atribuir a culpa por seus revezes ao sistema que os provoca, elas imputam, no entanto, a ameaça de pauperização que enfrentam a outros ainda mais infelizes que elas, já lesados em sua existência material, e exigem mais brutalidade contra aquelas e aqueles que foram despojados de quase tudo.

(Mbembe, 2021, p.25)

Na compreensão da exclusão social enquanto resultado da globalização hegemônica, o estudo do sociólogo português Boaventura Sousa Santos (2002) revela como esse fenômeno se realiza mediante o incremento das desigualdades sociais. Para ele, a iniquidade da distribuição da riqueza mundial se agravou nas últimas décadas como consequência do modelo de internacionalização da economia. Sousa Santos tem desenvolvido um intenso debate e uma vasta teoria crítica para a construção do que chama “movimento de globalização contra hegemônica”, onde os grupos de indivíduos marginalizados assumem a condição de sujeitos do seu processo histórico, apresentando estratégias de resistência construídas mundialmente. Sua obra se torna inspiradora no sentido de pensar alternativas à estrutura social vigente, com a legitimação de epistemologias ignoradas e invalidadas pelo pensamento colonizador, articulando vozes que foram silenciadas e oprimidas, na busca de um outro caminho possível e absolutamente necessário (Santos, 2007).

Santos (2002) define o modo de produção da globalização como um conjunto de trocas desiguais onde as condições do dominante se sobrepõe ao dominado, embora encontre resistências que vão se desenhando em paralelo ao avanço desse modelo. O autor apresenta quatro aspectos desse modo de produção. Os dois primeiros de natureza hegemônica: localismo globalizado, onde os países centrais impõem sua experiência universal (exemplo: língua inglesa em língua franca) e globalismo localizado, pela subalternidade dos países periféricos que se desintegram para serem incluídos no sistema (exemplo: transformação da agricultura de subsistência em agricultura para exportação). Mais dois aspectos de natureza contra hegemônica: o cosmopolitismo que se traduz na organização internacional da resistência (exemplos: ONGs indígenas e ecológicas, movimentos feministas, militância anticapitalista) e o patrimônio comum da humanidade com o estabelecimento de compromissos com as gerações presentes e futuras (preservação da Amazônia, da Antártida, da biodiversidade, da órbita planetária).

A globalização contra hegemônica calcada na solidariedade mundial, com iniciativas locais coletivas e democráticas, porém não isoladas, promove alianças

translocais, “pela transformação de trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada”. Sousa Santos (2002) exemplifica como as organizações sociais mundiais de defesa ambiental, organizações internacionais de direitos humanos, as novas experiências de organização operárias internacionais, entre outros, estão desenvolvendo outras formas de sociabilidade, propondo e visibilizando a construção de identidades entre as diferentes lutas locais, ampliando a resistência ao modelo excludente de desenvolvimento em escala mundial, via processos de democracia de alta intensidade, com vista a promoção da distribuição equitativa da riqueza entre os países.

A afirmação de que “o global acontece localmente” reforça a ideia de que o local contra hegemônico precisa ultrapassar fronteiras e se transformar em experiências transnacionais, multiculturais e emancipatórias, com reconhecimento da diversidade e da singularidade ao mesmo tempo. O debate proposto por Boaventura de Sousa Santos (2002, 2007) gira em torno da coexistência entre as globalizações nas suas distintas formas, embora reconheça que para a maioria dos autores só existe a globalização capitalista neoliberal e a resistência que se constrói a ela com foco na localização, promoção de economias locais, comunitárias, auto-sustentáveis de pequena-escala. Nesse sentido, alerta para a armadilha de contrapor o local ao global. As iniciativas locais devem assumir cada vez mais um carácter transnacional, passando a transformar estratégias de pequena escala em larga escala. Partindo da vivência real local é possível ultrapassar fronteiras, revigorando as experiências locais com a criação de redes, alianças e articulações globais.

Na construção dessa globalização contra hegemônica, a que se refere Santos (2002), se situa o objeto do presente estudo que se propõe discutir as estratégias contra hegemônicas do Movimento Nacional de População de Rua do Brasil para a superação da invisibilidade social, sua potencialidade de provocar mudanças significativas na condução de políticas públicas e estabelecer relações locais e translocais. As reflexões aqui trazidas se destinam a provocar um olhar

mais alargado em relação à complexidade deste fenômeno, suas questões subjacentes e sua importância para os estudos sobre aspectos da globalização.

Na caracterização do fenômeno da população de rua há consenso na literatura sobre a multiplicidade de fatores que levam a situação de rua sendo os fatores estruturais (desemprego, falta de habitação, etc), os fatores ligados a história de vida (ruptura de vínculos familiares, dependência química, doenças mentais, fuga dos países entre outros) e os fatores relacionados a tragédias naturais. Durante o período de alargamento do Estado Providência, até meados dos anos 70, acreditou-se que os sistemas de seguridade social seriam capazes de fazer o enfrentamento desses múltiplos fatores. Com o crescimento do desemprego e surgimento de novas formas de pobreza, fruto do avanço voraz do capitalismo mercantil, cada vez mais pessoas são excluídas do usufruto de bens e serviços produzidos pela humanidade (Silva, 2006).

Os indivíduos que se encontram em situação de rua se situam numa escala máxima de vulnerabilidade e risco social com laços familiares fragilizados ou rompidos, sem os suportes de sociabilidade, apartados do usufruto de bens e serviços, excluídos dos direitos sociais básicos. A vulnerabilidade social se altera conforme o movimento de uma escala variável entre a inclusão e a exclusão: quanto mais incluído, menos vulnerável; quanto mais excluído, mais vulnerável. Essa vulnerabilidade social alimenta o processo de desfiliação social que leva à invisibilidade.

A combinação entre pobreza, marginalização e rompimento ou fragilização de vínculos familiares e comunitários, reafirma a conexão entre os aspectos socioeconômicos e as subjetividades individuais presentes no processo de desfiliação. “Na maior parte dos casos, o excluído é de fato um desfiliado cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis” (Castel, 2004, p. 24). Castel busca compreender a fragilidade do vínculo social e resgata o trabalho assalariado como estruturador das relações sociais, a precarização do trabalho e a degradação dos

vínculos relacionais alimentam a vulnerabilidade. Ao tratar do processo de desfiliação social, o autor discute a passagem da vulnerabilidade para a inexistência social, trazendo a realidade dos pobres na Europa até o século XIX que estavam integrados, portanto, uma indigência integrada que não se encontra na marginalidade, havendo a distinção entre os pobres e os “vagabundos”, esses últimos completamente marginalizados. Castel vai apontar as diferentes zonas de marginalidade, agregando as situações de desligamento laboral e isolamento social.

As situações marginais aparecem ao fim de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Todo indivíduo pode ser situado com a ajuda deste duplo eixo, de uma integração pelo trabalho e de uma inserção relacional. Esquematizando bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional.

(Castel, 1997, p.23)

A situação de rua é uma face mais perversa da exclusão social, na qual a sobrevivência é o sentido diário de vida. Com a fragilização dos suportes de sociabilidade, restou a negligência do poder público, as políticas residuais, a omissão do mercado e a indiferença ou repulsa de parte da sociedade. As pessoas que vivem na e da rua sentem que precisam construir alternativas para sobreviver, mas não aceitam a submissão a regras de comportamento que são impostas nos abrigos, espaços identificados de hierarquia e controle, com um regramento que contrasta com a liberdade alcançada nas ruas. Habitar a rua requer desenvolver a solidariedade mútua, como apontou Milton Santos (2008) nos seus estudos sobre uma outra globalidade. Implica lidar com o inusitado e desenvolver a autoproteção. Num cenário caótico de carências imanentes, a necessidade de se organizar para reivindicar seu status humano aparece descolada dos interesses da globalização mercantil.

A globalização econômico-financeira não se traduz na globalização dos direitos humanos. Na esteira da globalização mercantil perde-se o ideário de uma

comunhão universal presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e todas as cartas constitucionais que nela se inspiraram. Milton Santos (2008) enfoca os aspectos perversos da história do capitalismo, onde a formação de uma democracia social mundial foi substituída pela democracia de mercado. A internacionalização da economia oprime os países periféricos e semiperiféricos, desmonta projetos nacionais e destrói sistemas de seguridade social. Mercados financeiros planetarizados sufocam as economias locais e criam uma massa de pessoas descartáveis sem direito à proteção social.

Parte da população “incluída” ignora a existência da população em situação de rua ou rejeita a ideia de que se trata de seres humanos iguais, que precisam ser alcançados pelas políticas de saúde, educação, moradia, emprego e renda que lhes confira o estatuto de cidadãos, sujeitos de direitos e merecedores do usufruto aos bens e serviços produzidos pela humanidade.

Jessé Souza (2006) discute não só a invisibilidade social, mas também a invisibilidade da desigualdade social no Brasil como uma miopia da percepção superficial e fragmentada, em que a miséria é encarada como uma situação contingencial de responsabilidade do próprio indivíduo ou de algum infortúnio, podendo ser revertida com uma ajuda pontual para que ele “possa andar com as próprias pernas”. A negação da miséria como sendo estrutural ao modo de produção capitalista reforça a reprodução da desigualdade social que não consegue ultrapassar explicações do senso comum e políticas residuais. O autor trata ainda da classificação ou reconhecimento social como parte do monopólio Estado e mercado, que moldam o indivíduo ou classe social, citando a existência de classificados e desclassificados sociais. Classificados seriam “os que gozam de status ocupacional e prestígio relativo, são os indivíduos que logram se adaptar às demandas implícitas do complexo Estado/mercado” (p.48). Os desclassificados sociais são todos aqueles que não atendem as demandas de mercado, tendo como castigo baixos salários e baixo respeito social. Essa “classe de desclassificados sociais” termina por não ter reconhecida sua utilidade para o mercado e,

consequentemente, sem utilidade também na esfera pública, com a “produção em massa de um enorme contingente de inadaptados” (p.48).

Sobre essa classificação social, Souza (2006) traz um exemplo concreto de como a sociedade reage frente aos indivíduos que não são visto como iguais. A cena retratada é: “um pobre diabo, certamente ainda bêbado da noite anterior, jazia no meio da estreita calçada, ao sol do meio-dia, atrapalhando os transeuntes” (p.50). Sem se dar conta que os valores objetivos criados por uma sociedade moldada conforme interesses de estado e mercado que desvaloriza os subcidadãos, o autor questiona que tanto “o ‘canalha’ que quer agredir o pobre diabo como a ‘senhora de bem’ que quer ajudá-lo” (ibdem), mesmo sendo atitudes díspares de pena e raiva, refletem da mesma forma o desvalor do sujeito na calçada, um “pobre diabo” que quando não é alvo do ódio é digno de pena. Reforça a cegueira em face da exclusão social que se esconde na situação apresentada e a falta de capital social do sujeito na calçada.

### **1.3. Movimentos antiglobalização: mundialização do capital e a organização popular**

A Globalização, fruto do consenso neoliberal, apresenta-se multifacetada e de natureza complexa, com uma relação conflituosa entre os interesses dos Estados dominantes e os interesses dos Estados subalternos (Santos, 2002). As empresas multinacionais junto com as instituições financeiras internacionais controlam o poder econômico global e subordinam os Estados Nacionais à lógica de mercado, com a redução de direitos sociais e maximização do lucro. Essa nova ordem política transnacional, ao tempo que garante a rentabilidade de seus negócios baseados numa cadeia de produção que se utiliza da mão-de-obra barata de países periféricos e investimento de seus lucros em paraísos fiscais, aprofunda as iniquidades sociais.

Trabalhadores do mundo todo ficaram sem proteção social e são cada vez mais empurrados para a informalidade e o subemprego. Com a mundialização do capital a organização da classe trabalhadora é enfraquecida pelo desmonte de um

modo de produção coletivo tipo ‘chão de fábrica’ do início da revolução industrial para um modo de produção fragmentado e individualizado. Cada vez mais o trabalhador não se reconhecendo na sua condição como tal, perde o sentido de pertencimento de classe e arrefece a luta por direitos. Em seus estudos sobre cadeias de suprimentos, Anna Tsing (2009) alerta que os trabalhadores terceirizados são transformados em “associados”, “colaboradores”, “família”, como uma estratégia de dominação simbólica e cultural.

A superexploração e autoexploração vai se acentuar, mais recentemente, com a chamada uberização das relações de trabalho. Sem vínculos e sem “patrão”, assistimos ao desmonte do mundo do trabalho tal qual era concebido, promovendo-se uma desregulamentação generalizada e perda de autonomia dos indivíduos e das comunidades, sob o mito da economia de compartilhamento e cooperação social (Slee, 2017). Com isso se expande “uma forma mais agressiva de capitalismo, com desregulação, novas formas de consumismo e uma nova onda de trabalho precarizado”, com os movimentos sindicais e a organização dos trabalhadores perdendo musculatura.

No entanto, os processos de globalização avançam permeados por contradições, formando-se movimentos antiglobalização, ao que Boaventura Sousa Santos (2002) chama *globalização contra hegemônica* que se caracteriza por movimentos que despontam do local para o global, ganhando adesões e criando alianças translocais. As organizações sociais mundiais de defesa ambiental, as organizações internacionais de direitos humanos e as novas experiências de organização operárias internacionais estão construindo identidades para além das lutas locais, ampliando a resistência ao modelo excludente de desenvolvimento em escala mundial.

Essas organizações sociais assumem a forma de movimentos da sociedade que aglutinam setores da classe média e setores populares. Enquanto fenômenos históricos, que sofreram mutação desde os primeiros movimentos de massa do início da revolução industrial, os movimentos contemporâneos se articulam pela ação coletiva para incidir de forma ofensiva ou defensiva sobre o *establishment*,

assumindo o protagonismo da luta política em face do enfraquecimento dos partidos e sindicatos. Os movimentos sociais são sujeitos coletivos que não se reduzem às manifestações espontâneas que reúnem pessoas em torno de uma demanda comum, sem a criação de vínculos, nem partilham dos mesmos ideais. Movimentos sociais vão se constituindo organicamente, formando lideranças, base e um projeto sociopolítico (Gohn, 2008). Adotam diferentes estratégias de mobilização e pressão à ordem constituída, inclusive com atos de desobediência civil, podendo agir de forma violenta ou não violenta como resposta ao nível de repressão e/ou supressão de direitos sociais e liberdades civis.

Entre os movimentos de maior articulação mundial destacam-se na contemporaneidade: o movimento feminista, o movimento negro, o movimento de trabalhadores do campo, o movimento LGBT e o movimento ambientalista. O movimento feminista surge no bojo da Revolução Francesa, sendo impulsionado pela luta sufragista, sendo a nova onda do feminismo marcada pela obra de Simone de Beauvoir (Pinto, 2010), atualmente um dos mais expressivos movimentos é a Marcha Mundial das Mulheres, que inicia em 1995 com uma campanha global por direitos iguais, contra a pobreza e a violência sexista, com atividades em todos os continentes. O movimento negro tem entre seus expoentes Malcolm X, Rosa Parks, Martin Luther King Jr e Nelson Mandela que inspiram as lutas antirraciais no mundo com a denúncia do processo de exclusão social do povo negro (Marable, 2011), sendo na atualidade Angela Davis um ícone do movimento feminista negro.

O movimento de trabalhadores do campo tem como referência no Brasil o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e sua luta histórica pela reforma agrária, combatendo o latifúndio e as desigualdades sociais, com experiências premiadas mundialmente de desenvolvimento sustentável com a adoção da agroecologia, tendo ainda importante inserção na saúde e na educação do campo (Stédile & Fernandes, 2012). O movimento LGBT de combate à homofobia foi marcado por um episódio que desencadeou o surgimento de uma militância em todo mundo com a *Rebelião de Stonewall* em 1969 nos Estados Unidos (Okita, 2007) e amplia sua organização a partir da epidemia de AIDS nos anos 80,

transitando entre a luta pelo direito à saúde, contra a violência e pelo reconhecimento da diversidade de gênero. Os movimentos ambientalistas encampam a luta para reverter ou mitigar a degradação ecológica com uma tendência mundial de combate ao modelo de desenvolvimento econômico dominante, explorando a “contradição entre crescimento econômico e manutenção das condições ecológicas essenciais da vida humana” (Haberl et al, 2011).

No Brasil, os movimentos sociais se situam historicamente na década de 70, ainda sob a vigência da ditadura militar e vão se multiplicar nos anos 80, período em que ainda ecoavam, na América Latina, as lutas europeias por direitos sociais, sendo os movimentos populares os que ganham centralidade com reivindicações no campo dos direitos sociais e humanos (Gohn, 2008). Esses movimentos sociais impulsionam a democracia participativa, indo além das representações parlamentares e alcançando importância no desenho das políticas públicas, principalmente após a Constituição Brasileira de 1988, quando os mecanismos de participação direta da população são reconhecidos legalmente.

Com o crescimento da participação popular, outros movimentos sociais vão surgindo com a organização dos desorganizados, dos que estão destituídos de poder e alijados do processo produtivo. Esses sujeitos levantam suas vozes para reivindicar direitos e seu estatuto de cidadãos. Esses movimentos atuam na macro e na micropolítica, em determinados espaços de poder como os conselhos de políticas públicas e/ou em fóruns populares.

Para Marx (1848) o poder reside nas classes que possuem os meios materiais de produção de capital e só pela revolta do proletariado pode se conquistar os meios de produção. Na compreensão de Foucault (1979) o poder se define enquanto relações de poder, que agem para controlar os indivíduos, forçando-os à obediência. Esse poder sofre mutações conforme as circunstâncias. Foucault vai questionar a concepção de totalitarismo e dominação de classe denunciados pelos marxistas, sem analisar a mecânica do poder. A relação entre poder e resistência discutida na obra de Foucault instiga a problematizar sobre como se efetivam os processos de resistências ante o exercício do poder. Estariam

então o poder e a resistência numa coexistência, onde a capacidade de criar formas de existência vai além das estratégias de poder constituídas. A resistência vai se transformando conforme se altera o poder, não no sentido de reagir, numa atitude meramente defensiva, mas criando possibilidades de vida como uma atividade de força de mudança para o novo que se confronta com o poder.

A ideia aqui discutida é de um poder difuso que não se concentra apenas no Estado, já que esse perde centralidade e capacidade de regulação com a globalização, mas um poder que se estabelece pela superioridade econômica, social e cultural dos atores que vão dominar as políticas de Estado. No auge da globalização financeira, o poder desloca-se para as instituições financeiras internacionais e empresas multinacionais que ditam as regras mundiais e subtraem as liberdades dos povos, nem sempre de forma ostensiva, mas se utilizando de formas sutis de dominação simbólica.

A autora Saskia Sassen (2010) problematiza o estudo do global, sublinhando que este exige um foco na multiplicação de conexões transfronteiriças em que o local vai se articular às dinâmicas globais na reprodução de condições que se repetem: violação de direitos humanos, questões ambientais, com o surgimento de cidades globais que abrigam uma multiplicidade de povos, onde as práticas sociais se desenvolvem e influenciam outras, abrindo-se espaços para a diversidade, para novas reivindicações, como cenário estratégico para conflitos e contradições que engendram novos tipos de políticas, identidades e comunidades, com a presença de novos usuários da cidade e setores da população urbana em situação de desvantagem que demandam outras formas de relação e poder.

O poder social que se constrói a partir dos movimentos sociais não é gerado por governos, nem pelo mercado. O poder social alcança legitimidade porque não é aprisionado pela institucionalidade estatal. Esses movimentos requerem uma organização democrática e flexível e capacidade de auto-organização. Movimentam-se como poder político e são cíclicos porque respondem as conjunturas e circunstâncias de uma dada realidade, podendo sofrer mutações e redefinição de objetivos. Os estudos acerca desse caráter cíclico dos movimentos

sociais de André Gunder Frank e Marta Fuentes (1989) discutem a crise mundial que atingiu a credibilidade no Estado Nacional em meados dos anos 80.

A crise econômica mundial, especificamente, reduziu a confiança popular no Estado nacional e em suas instituições políticas tradicionais como defensoras e promotoras dos interesses do povo. No Ocidente, o Estado do Bem-estar social-democrata se vê ameaçado pela bancarrota econômica e pela paralisia política, especialmente frente a forças econômicas mundiais além de seu controle. No Sul, o Estado está sujeito à militarização e ao autoritarismo nacionais e à dependência econômica e à debilidade no contexto internacional. No Leste, o Estado é visto como opressor no político (como no Sul), mas economicamente impotente (como no Ocidente), assim como socialmente corrupto e, portanto, como um modelo pouco atraente para ser imitado por outros países. Portanto, durante esta crise, em quase nenhuma parte é o "poder do Estado" um desiderato ou instrumento adequado para satisfazer as necessidades populares. Por isso, as pessoas, em todos os lugares - embora de formas distintas - buscam avançar, ou pelo menos proteção ou afirmação ou liberdade, por meio de múltiplos movimentos sociais não-estatais que, desta forma, buscam reorganizar a vida social e redefinir a vida política.

(Frank & Fuentes, 1989, pp. 28-29)

O avanço do capitalismo mercantil, com foco mais na economia monetária do que na economia de produção, deixa um rastro de desigualdade social formando uma legião de "sobrantes" desse sistema, privando comunidades inteiras de suas necessidades mais básicas, além de promover a devastação de ecossistemas que já compromete o futuro das próximas gerações. Dialeticamente, crescem mundo afora processos de resistência que abalam os interesses do capital e sua reprodução.

A sociedade civil organizada e seus mecanismos de comunicação desencadeadores de uma pressão social têm influenciado nos processos de governança estatal e empresarial, com empresas adotando programas de responsabilidade social e organismos internacionais assumindo uma agenda prioritária de combate à pobreza. Ainda que essas iniciativas se assemelhem as políticas keynesianas de contenção da crise do sistema, não se pode desprezar a potência da ação de grupos sociais que se organizam para fazer o enfrentamento com intervenções organizadas com capilaridade mundial.

Não por acaso as instituições internacionais apresentam intensa preocupação com as abissais desigualdades que foram geradas pela economia global. Diante do agigantamento da pobreza, crescem as pressões sociais por políticas públicas de seguridade social, moradia, políticas migratórias e de geração

de renda para conter conflitos e mais exclusão social. Outro grande esforço internacional foi o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, enquanto compromisso estabelecido pela generalidade dos governos nacionais, no âmbito das Nações Unidas, sabendo-se que a espécie humana encontra-se ameaçada pelo padrão de desenvolvimento capitalista, baseado no consumo e na exploração dos recursos naturais.

Surgem articulações internacionais e o chamado *Movimento de Justiça Global* (MJG). Na literatura encontramos também os termos “movimento não-global”, “movimento antiglobalização”, “movimento alter-globalização”, ou “movimento por globalização alternativa” e “movimento para a globalização partindo de baixo”. Estes termos são contestados porque há um desacordo sobre os principais objetivos do movimento. Estes foram descritos como “anticapitalistas”, “anticorporativistas”, ou “antiglobalização”. À luz da grande diversidade de atores e finalidades, alguns autores falam de *Movimentos de Justiça Global* (MJG) no plural. A grande variedade de rótulos ilustra as dificuldades da pesquisa em ciências sociais para classificar o MJG (Baumgarten, 2013).

Segundo Baumgarten, o Movimento por Justiça Global busca “unidade na diversidade”, reunindo novos e velhos movimentos numa simbiose que valoriza as diferenças e as convergências, formado por ONGs, organizações de pessoas comuns, partidos políticos e indivíduos. Atuando como redes, se utiliza largamente das ferramentas da Internet na comunicação, adotando o princípio do “pense global, aja local”. Embora não haja consenso quanto a sua origem, ganha visibilidade mundial em 1999, devido ao impacto social das imagens dos manifestantes contra a Conferência da Organização Mundial de Comércio em Seattle. O MJG organizou protestos nas cúpulas de Birmingham em 1998, de Seattle em 1999, de Praga em 2000 e de Gênova em 2001.

O MJG aglutina setores da Esquerda política e social com a proposta de “Outro mundo é possível”, slogan que ganhou visibilidade nos Fóruns Sociais Mundiais, que se organizam em contraposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos, com o objetivo de construir alternativas ao modelo de desenvolvimento

capitalista e buscar soluções sustentáveis e solidárias para os problemas globais. Tem uma estrutura organizacional aberta em assembleias e grupos de trabalho, permitindo a participação ampla nas atividades.

Apesar das dificuldades de mobilização e das críticas em relação a dificuldade dos movimentos em gerar decisões ou ações políticas concretas a partir dos fóruns, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2004), como um dos organizadores do Fórum Social Mundial (FSM), destaca sua importância como um movimento da globalização contra hegemônica que reúne intelectuais e militantes sociais numa grande articulação global que gera outros movimentos periféricos, criando identidades e construindo outras possibilidades organizativas. Para o sociólogo, o FSM é um dos pilares do movimento de questionamento da globalização neoliberal que aglutina grupos sociais subalternizados extremamente diversificados, unidos pela convicção que um outro mundo é absolutamente necessário.

O MJG defende a “desglobalização”, enquanto uma proposta de globalização que inclua as pessoas acima dos interesses de mercado, eliminando as trocas mercantis injustas com o alívio da dívida dos países pobres, fortalecimento da soberania estatal, empoderamento econômico local e promoção dos direitos humanos.

Diante da dificuldade de manter eventos de alta intensidade que demandam muitos recursos, o foco tem sido redirecionado para as ações locais que tenham potencial de criar impacto global, o que nem sempre é alcançado. Mas o MJG não se resume a eventos e tem como objetivos favorecer as trocas e expandir a rede de ativistas em todo mundo. O MJG articulou uma rede global com uma alta frequência de contatos, encontros e eventos conjuntos, embora muitos movimentos não façam uso dessa rede, ficando restrito ao seu contexto. Perde-se muitas vezes a oportunidade de ações translocais.

Apesar do aumento dos movimentos e das organizações sociais e sua importância para a construção de projetos contra hegemônicos, há um debate

sobre a redução da autonomia destes, ou melhor, sobre a dualidade autonomia e institucionalização. Se por um lado, a governação neoliberal e ações assistencialistas de caráter populista tentam cooptar os movimentos, instrumentalizando as organizações da sociedade civil como via auxiliar dos governos e mercados. Por outro lado, há um processo de criminalização da atuação dos movimentos, submetendo-os a ações repressivas e recuos, quando estes não se enquadram no modelo de participação neoliberal, controlada e colaborativa, de negação de conflitos. A emergência de *novos movimentos* que requisitam direitos de cidadania, mais ligados a uma ação junto ao Estado, difere das organizações sindicais no Brasil dos anos 60 e final de 70, que reclamavam direitos trabalhistas em confronto com os interesses patronais, com atuação mais aguerrida, hoje deterioradas pela reestruturação produtiva e o avassalador processo de desemprego estrutural.

[...] mantendo o foco nesta discussão da autonomia dos movimentos e sua aproximação ao Estado e mercado, bem como a inter-relação entre os movimentos, podemos dizer, que diferentemente do passado, a discussão caminha para o questionamento de uma nova estrutura de ação desses movimentos e organizações que re-configure tanto a perspectiva autonomia-institucionalização quanto a perspectiva de inter-reconhecimento do sujeito coletivo de transformação e emancipação social.

(Santos & Carneiro, 2008, p. 2)

Esses movimentos sociais focados nos direitos de cidadania ora se apresentam como lócus de resistência, ora se convertem em “parceiros” das iniciativas de governos e mercados. Vale ressaltar que os *novos movimentos sociais* tem tido um papel destacado na luta pela democracia face ao avanço de regimes neofascistas ou “semi-democráticos”, assim como tiveram na ação contra regimes ditatoriais nos anos 80 na América Latina.

Sobre a inter-relação que se desenha entre os movimentos sociais, Santos e Carneiro (2008) denunciam que o modelo neoliberal aposta na fragmentação do tecido social e estimula a fragmentação das lutas sociais, promovendo a separação e diluição de convergências. Isso leva a um processo de disputa de espaços de poder e a necessidade de negociação permanente, considerando a proliferação de

movimentos com demandas similares, que se enfraquecem com a divisão, ao invés de ganhar maior força com a unificação de suas lutas.

É no sentido dessa unidade que iniciativas como as do Fórum Social Mundial, a Marcha Mundial de Mulheres e, no caso Brasil, as Feiras de Economia Solidária e o Grito dos Excluídos apresentam-se como potentes para a construção de laços solidários, conjugação de objetivos e reconhecimento da diversidade, de identidades plurais, estabelecendo interconexões e relações translocais, numa articulação em redes. Para esses *novos movimentos* não basta reafirmar sua autonomia frente ao Estado, mas de democratizar a democracia, apropriando-se do controle social do Estado (Santos & Carneiro, 2008).

Uma das mais graves questões que vem mobilizando e articulando entidades de todo mundo são as ações de despejo que se tornam cada vez mais frequentes. Em 2011 foi criado o Tribunal Internacional de Despejos (International Tribunal on Evictions - ITE), um Tribunal Popular e de opinião criado pela Aliança Internacional de Habitantes e organizações da sociedade civil, um dos exemplos de articulação por justiça global. O Tribunal baseia-se na expertise de um Júri de indivíduos competentes com reconhecida atuação no direito internacional. Tem o objetivo de julgar casos reais de despejos forçados que constituem grave violação aos direitos humanos e evitar esses despejos em todo o mundo

Mesmo morando em prédios abandonados ou nos espaços da rua, constantemente, os indivíduos e famílias são expulsos por ações judiciais de despejo, geralmente acompanhadas por uma ação violenta e de violação aos direitos humanos. Essa violência de Estado busca se legitimar pela criminalização desse segmento populacional com recolhimento e destruição de pertences e prisões indevidas.

Nota-se que o principal resultado dessas ações é a total reconfiguração dos arranjos de organização de pessoas em situação de rua nos centros das cidades. Tais ações resultam em grande confusão, tendo em vista que as pessoas são obrigadas a alterar suas rotinas e estratégias de sobrevivência. As pessoas se vêem forçadas a circular entre diversas praças e bairros, inflando espaços já ocupados por outros indivíduos ou grupos, o que acarreta a sensação de crescimento do número de pessoas nas ruas, tanto quanto leva a diversos conflitos em torno de disputas por território e viveres que se tornam cada vez mais escassos

devido ao crescimento numérico de pessoas no mesmo espaço. Tal reconfiguração produz desentendimentos e, por vezes, conflitos que chegam às vias de fato e até mesmo à morte.

(ITE, 2018, n.p)

Desde que foi criado, a cada ano o ITE recebe casos de despejo provenientes de países de todos os continentes, tendo dificuldade em selecionar os casos para julgamento diante da gravidade das situações apresentadas. Durante a realização da 13ª edição do Fórum Social Mundial, em março de 2018, aconteceu a Sétima Sessão do ITE e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Brasil apresentou o caso do “despejo dos despejados”, pessoas expulsas cotidianamente dos centros urbanos, sendo impedidos de ficar nos espaços públicos, último lugar que lhes restou, onde permanecem pela dificuldade de acessar moradia popular (ITE, 2018).

Sobre a falta de moradia, cabe assinalar que, durante o processo de redemocratização do Estado Brasileiro, surgem a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) em 1989 e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) em 1990, que se organizam face ao déficit habitacional que se agravou a partir do final da década de 70 no país. Esses movimentos por moradia ganham capilaridade nacional, a partir da Lei nº11.124 de 2005, que regulamenta as diretrizes da Habitação e Interesse Social. Dentre os que mais se destacaram está o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) na cidade de São Paulo, criado na década de 90, mas com maior destaque a partir da primeira década dos anos 2000, quando começa a expandir sua atuação em praticamente todas as capitais, tendo como um de seus maiores expoentes o líder popular Guilherme Boulos. “Os movimentos populares de ocupação, por sua força de mobilização, são a expressão viva do problema da moradia no Brasil. Representam a resistência ao modelo mercantil e segregador da Cidade do Capital” (Boulos, 2012, p. 51).

Além do déficit de habitações, há um adensamento populacional em cada residência, com famílias numerosas ocupando cômodos pequenos. Ao mesmo tempo, um considerável número de imóveis desocupados nos centros das cidades, sem uso social e com finalidade de especulação imobiliária, denunciam que existem prédios sobrando para uma camada privilegiada e casas faltando para os

trabalhadores mais pobres. Há também uma ausência de serviços públicos como transporte e saneamento nas regiões periféricas do país, onde estão situados os conjuntos habitacionais populares, aumentando a insegurança habitacional. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2007 apontam que há mais imóveis vazios do que famílias que não tem casa no país, reforçando a desigualdade habitacional e revelando uma contradição gritante (Boulos, 2012).

Diante desse cenário injusto, crescem as ocupações nas principais capitais do país na tentativa de forçar o poder público a buscar soluções para a grave crise habitacional. No entanto, a criminalização e segregação dos movimentos por moradia promovem ações violentas de despejo. Considerados invasores e arruaceiros pela sociedade e governos, parte significativa das pessoas que vivem nessas ocupações são trabalhadores pobres e a outra parte desempregados que foram excluídos do mundo do trabalho, do direito à habitação, saúde, etc. O uso e a ocupação dos espaços urbanos tem que ser regulada pelo estado e não definida pelo mercado imobiliário. Guilherme Boulos (2012) defende as ocupações como um direito legítimo e rechaça o preconceito e a desinformação que concebe estas como um ato criminoso. “Os trabalhadores sem teto que ocupam estão exigindo o cumprimento da função social da propriedade e reivindicando legitimamente o direito à moradia digna, também previsto na Constituição” (Boulos, 2012, p. 46). Em algumas ações de ocupação há a participação conjunta entre o MTST e o MNPR, mas ainda há conflitos que atrapalham a unificação da luta por moradia, onde a condição de trabalhador e de “vagabundo” passa a ser definidora para o reconhecimento desse direito.

Atualmente, o MNPR prioriza a luta por moradia, com base no modelo de *Housing First*, que surgiu nos EUA, há mais de 20 anos, como resposta para acomodar as pessoas em situação de sem-abrigo em casas, assistidas por profissionais que acompanham o processo de inserção social destes indivíduos, a partir do acesso à habitação, primeira condição para garantir sua dignidade humana. O movimento vem fazendo a crítica que o acesso à moradia esteja no fim de um processo gradual de oferta de serviços socioassistenciais, em um

escalonamento penoso. “Ao contrário da intervenção “em escada”, o modelo Housing First coloca o acesso à habitação permanente e individualizada como ponto de partida e não como a última etapa da intervenção” (Brasil, 2019, p. 21). A partir da moradia, as demais demandas são atendidas por serviços de apoio ajustados às necessidades das pessoas beneficiadas. Esse modelo não tem prosperado na realidade brasileira, mas isso será tratado com mais detalhe nos próximos capítulos.

## **SEGUNDO CAPÍTULO**

### **As dinâmicas globais e a organização insurgente**

Ao estudar o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) que se desenvolve no Brasil como um fenômeno da globalização, identifica-se a interdependência entre o local e o global, uma vez que não é possível pensar uma globalidade sem levar em conta os fluxos locais, portanto, iremos adotar a perspectiva *Glocal* (neologismo para a junção do global e o local) para entender como a ação concreta de um movimento nacional dialoga com o mundo.

É a ação que une o Universal ao Particular. Levando o universal ao Lugar, cria uma particularidade. E esta sobrevive como Particular, ao movimento do Todo, para ser ultrapassada pelos novos movimentos. A particularidade ultrapassada precede a universalidade atual e sucede à universalidade defunta. Há, pois, um movimento interativo no qual particularidade e universalidade fertilizam-se mutuamente.

(Santos, 2004, p. 124)

Milton Santos (2006) denuncia o globalitarismo como pensamento único da globalização que reproduz a visão do Norte e o apagamento do Sul, o enfraquecimento das proteções sociais, a mercantilização e financeirização das relações econômicas. O professor Roland Robertson (1992), o primeiro a falar de 'glocal' nas ciências sociais, alerta que tornar-se global não significa esquecer as identidades locais, co-existindo tendências universalizantes e particularizantes. Urge repensar outras formas de construção da solidariedade e descolonização do pensamento e formas de relações entre os povos, modificando um paradigma que se impôs pelo modo de produção e reprodução capitalista. Santos aponta as imensas desigualdades sociais do Brasil e acusa a elite brasileira de não lutar por direitos sociais, mas por privilégios. Resta aos excluídos buscar o seu caminho de luta.

Neste segundo capítulo são tratados os aspectos que configuram a situação de rua enquanto fenômeno global da contemporaneidade, com um panorama da população de rua em todos os continentes, com maior foco na realidade brasileira. No sentido de compreender a gradação da situação de rua no Brasil, discute-se como o dismantelamento do sistema de seguridade social do país, que não conseguiu ser materializado conforme a Constituição Federal de 1988, influencia negativamente no aumento da pobreza e extrema pobreza. Em reação a este

processo gerador de exclusão social e às violações dos direitos humanos emergiu um movimento itinerante e improvável.

## **2.1. A situação de rua enquanto fenômeno global da contemporaneidade**

Todos os dias nas principais cidades do mundo observa-se um contingente populacional de pessoas ocupando os espaços da rua como moradia ou sobrevivência. São os desterritorializados, os sobrantes, os esquecidos da sociedade capitalista. Essas pessoas suportam uma existência completamente desprovida de condições materiais para sobreviver. São sujeitos que vivem à margem do usufruto dos bens e riquezas produzidas pela humanidade, invisibilizados para a grande parte da população e poderes constituídos que não os incluem na agenda prioritária das políticas públicas, sem medidas de proteção social que os alcancem efetivamente. Essa invisibilidade só é rompida quando se torna uma incômoda presença que atrapalha as rotinas, o percurso, o funcionamento “normal” das cidades ou subverte os modos de vida “desejáveis”.

Embora pessoas vivendo na rua não seja um fato novo, existente desde o período pré-industrial, com a presença de pessoas utilizando a mendicância como meio comum de subsistência (Snow & Anderson, 1998), pode-se afirmar que a população em situação de rua é um fenômeno global e complexo que explode na modernidade, que não se reduz simplesmente a condição de pedintes.

[...] a história do fenômeno população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva, em que os camponeses foram desapropriados expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente, nas cidades, os absorvesse com a mesma celeridade que se tornaram disponíveis. Em face disso, muitos se transformaram em mendigos ou ladrões, principalmente por força das circunstâncias, fazendo aparecer o pauperismo [...].

(Silva, 2009, p. 25)

Observa-se a presença de pessoas perambulando nos centros urbanos, tanto de países periféricos como de países ricos. Para Milton Santos, um estudioso dos processos de globalização, houve uma concentração de pessoas nas grandes cidades com a ilusão de encontrar uma oportunidade de melhorar de vida, passando a ocupar os espaços urbanos. “Nunca na história houve um tão grande

número de deslocados e refugiados. O fenômeno dos sem-teto, curiosidade na primeira metade do século XX, hoje é um fato banal, presente em todas as grandes cidades do mundo” (Santos, 2008, p. 59).

Não se pretende aqui uma pesquisa sobre a história do surgimento da população em situação de rua no mundo, mas situar esse fenômeno globalmente e conhecer essa realidade no Brasil na contemporaneidade. O pano de fundo é o processo de globalização mercantil que aprofundou desigualdades sociais, desmantelamento das proteções sociais, déficit habitacional e desregulamentação do mundo do trabalho.

A desigualdade social e a pobreza existiram em diferentes configurações sócio históricas. No entanto, a globalização hegemônica cria um novo contexto de acumulação e concentração da riqueza que mantém na pobreza uma parte da população e gera padrões de apropriação e de desigualdade sem precedentes. A situação de rua é uma das faces mais perversa das desigualdades sociais, na qual a sobrevivência é o sentido diário de vida. Diante da precariedade da sua existência, o povo de rua precisa desenvolver a solidariedade mútua, se autoprotégendo e se organizando para reivindicar seu status humano.

No Brasil, as desigualdades sociais têm raízes históricas nos três séculos de escravidão e até os dias atuais ostenta índices de pobreza e extrema pobreza entre os mais eloquentes do mundo. De acordo com os dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2018, o país tinha 13,5 milhões pessoas com renda per capita mensal inferior a R\$ 145 ou US\$ 1,9 por dia. Essa é a referência adotada pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE) 2017-2018 também dão conta do retorno do Brasil ao Mapa da Fome, com 10,3 milhões de brasileiros vivendo em domicílio com privação severa de alimentos.

Não há um número oficial de pessoas vivendo em situação de rua em todo Brasil porque essa população não é contabilizada nos censos oficiais, assim como

acontece em diversos outros países. Só algumas cidades realizam a contagem a partir dos dados do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) e dos pontos de concentração identificados. Em 2021 uma pesquisa censitária realizada na cidade de São Paulo, maior cidade da América Latina, aponta que houve um aumento exponencial de pessoas em situação de rua. O número de pessoas vivendo nas ruas da capital paulista passou de 24.344 em 2019 para 31.884 em 2021, um aumento de 7.540 pessoas em dois anos, ou seja, 31%, segundo os dados do Censo Populacional da População em Situação de Rua, feito pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), órgão da prefeitura municipal (São Paulo, 2021). Estima-se que o aumento possa ser maior uma vez que as informações só alcançam os que são atendidos pelos serviços sociais e os que permanecem em pontos de concentração, não sendo possível aferir o número dos que estão em permanente deslocamento.

Os dados revelam ainda que, em relação ao ano de 2019, havia 6.816 pontos de concentração, enquanto em 2021 esse número passou para 12.438, o que corresponde a um aumento de 82,5%. O número de barracas, classificadas como moradias improvisadas, cresceu 330% em 2021. No recenseamento de 2019, eram 2.051 pontos abordados com barracas improvisadas. Em 2021, foram computados 6.778 pontos.

(Agência Brasil, 2022)

Nem todas as cidades do país realizam pesquisas censitárias de forma regular com esse segmento populacional, mas é visível o crescimento de pessoas nas capitais e grandes cidades utilizando as ruas como espaço de moradia.

Embora as estatísticas sobre a falta de moradia sejam imprecisas e desatualizadas, pesquisa global realizada pelas Nações Unidas em 2005 aponta cerca de 100 milhões de pessoas desabrigadas em todo o mundo e 1,6 bilhões vivendo em moradias inadequadas, estimando que mais de 2 bilhões de pessoas serão adicionadas ao número de moradores urbanos nos países em desenvolvimento nos próximos 25 anos, o que representa um crescimento sem precedentes na demanda por habitação, abastecimento de água, saneamento e outros serviços de infraestrutura (ONU HABITAT, 2005). Segundo dados de 2019 do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA (The U.S.

Department of Housing and Urban Development - HUD) foram localizados nos EUA, durante um dia de contagem realizado durante os últimos 10 dias de janeiro, mais de meio milhão de pessoas sem abrigo, precisamente 567.715 indivíduos, informação constante no relatório anual de avaliação sobre os sem-teto, *The 2019 Annual Homeless Assessment Report*, apresentado ao Congresso Americano, (AHAR, 2019). Cerca de 700.000 pessoas moram nas ruas das principais cidades europeias de forma perene, de acordo com a estimativa da *Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri*, ONG europeia focada na luta para acabar com a falta de moradia, que reúne várias organizações sociais em cerca de 30 países (FEANTSA, 2020).

Esses dados estatísticos não são o foco desse estudo, mas servem para situar o problema em escala global. Recentemente a Comissão Europeia enfatizou a importância de considerar o fenómeno dos Sem-Abrigo numa perspectiva mais abrangente (European Commission, 2013), identificando necessidades que vão além do provimento habitacional. Em Relatório da Assembleia Geral do Conselho de Direitos Humanos da ONU de dezembro de 2015 há o reconhecimento de que a situação de rua é uma violação extrema aos direitos humanos e que raramente essa questão foi tratada com a devida importância pelos organismos internacionais (ONU, 2015). Alguns países realizam contagens anualmente, outros contam a cada dez anos e muitos nunca contam. A ONU Habitat assinala que há evidências de explosão da situação de rua no mundo todo e é preciso abandonar as explicações individuais e simplistas para a questão. O *Institute of Global Homelessness* (IGH), fundado em 2014 é a primeira organização a se concentrar nos *homelessness* como um fenómeno global, com ênfase naqueles que vivem na rua ou em abrigos de emergência. O IGH é uma parceria entre a *DePaul University* (Chicago, EUA) e a *Depaul International* (Londres, Reino Unido), que fornece serviços diretos para pessoas que enfrentam falta de moradia no Reino Unido, Irlanda, Ucrânia, Eslováquia, Croácia, EUA e França.

Essa abissal desigualdade social e extrema violação de direitos humanos presente na situação de rua parece ter se tornado parte do processo de

desenvolvimento das cidades. Bauman (2007a) vai tratar dos problemas das grandes cidades, considerando-as como as arenas onde a insegurança e o medo são melhor observados. Em *Tempos Líquidos*, o autor acentua que a globalização pressiona identidades locais a se abrirem para a globalidade, provocando reações de estranhamento e ao mesmo tempo de inclusão forçada. Entre as marcas desse tempo, retroalimenta-se um exército de excluídos, que vive à margem do consumo, constituindo-se em estranhos para os “incluídos”, que agora juntos coercitivamente convivem direta ou indiretamente, ocasionando, cada vez mais, um ambiente de constante hostilidade e medo. A chamada “classe perigosa”, formada pelos sobrantes que não são absorvidos pela lógica do capital, desnuda a hipocrisia de uma sociedade que abandonou o sentido de comunidade e humanidade.

Na obra *Confiança e Medo na Cidade*, Bauman (2009) alerta que as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização, criando o impasse aos governantes de encontrar soluções locais para esses problemas globais. Com isso buscam inutilmente se fechar e se proteger das “classes perigosas”, formando guetos voluntários formado pelos que tem poder aquisitivo e buscam desesperadamente segurança e guetos involuntários com os que ficam do lado de fora se sentindo excluídos. O autor ilustra isso com a estrutura dos condomínios, onde os moradores que estão dentro buscam a todo custo se proteger dos que estão fora. Assim as cidades se tornam cada vez mais segregadoras, mantendo o afastamento de inimigos reais e imaginários. Na tentativa de construir pequenas fortalezas, o desenvolvimento urbanístico das cidades reforça a exclusão, a divisão e a não convivência. O déficit habitacional aliado a divisão assimétrica do espaço urbano, com imensos condomínios fechados de um lado e barracos apinhados do outro, cria um contingente marginalizado do direito à cidade de forma digna. Além disso, esse isolamento espacial gera uma intolerância de convivência com o diferente, sem espaço para a partilha de vivências.

Neste exército de excluídos marcha na linha de frente a população em situação de rua. No Brasil esse fenômeno se acentua na década de 90 com as

mudanças ocorridas no mundo do trabalho, em particular, o crescimento do trabalho informal e do exército industrial de reserva, criando uma correlação entre o desemprego e a situação de rua (Silva, 2009). Além da falta de condições básicas como moradia, alimento e saúde, essa população enfrenta a violência civil e a violência do estado, sendo constantes os episódios de assassinatos, lesões corporais, práticas higienistas e linchamentos. O forte estigma social associa a população de rua à delinquência, drogadição e vagabundagem.

O uso do termo “População em Situação de Rua” surge para substituir terminologias depreciativas e estigmatizantes como mendigos e pedintes que reforçam uma visão distorcida e preconceituosa que deslegitima a capacidade desse segmento de ser um agente político que luta por direitos. “São histórias de rupturas sucessivas e que, com muita frequência, estão associadas ao uso de álcool e drogas, não só pela pessoa que está na rua, mas pelos outros membros da família” (Costa, 2005). Além dos andarilhos que pernoitam nas ruas, também compõem esse grupo populacional os vendedores ambulantes, catadores de resíduos, guardadores de carros, profissionais do sexo e serviços domésticos eventuais, ainda que tenham algum referencial de moradia ou utilizem os abrigos públicos para pernoitar. Costa vai caracterizar esse grupo da seguinte forma:

Grupo populacional, heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma vida laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia.

(Costa, 2005, p. 3)

Outros conceitos como o adotado na Europa, *homelessness*, abrange um público mais amplo, contemplando não só os moradores de rua, mas também aqueles que vivem em habitações precárias, superlotadas, ameaçadas por desastres naturais ou incêndios, em vias de despejo por atraso de aluguel, entre outras situações de vulnerabilidade. Reduzir a situação de rua a uma questão habitacional desconsidera a complexidade desse fenômeno. Embora a demanda

por moradia seja uma prioridade, há muitos outros aspectos a serem observados quando se trata das pessoas que passam a viver na e das ruas.

Pesquisa realizada por Felipa Lourenço Menezes com população em situação de rua (*homelessness*) de três cidades europeias - Lisboa, Paris e Londres - apresenta uma realidade heterogênea quanto ao perfil dos indivíduos entrevistados: cidadãos nacionais e migrantes, desempregados e com profissões, com formação básica e superior, com predominância de indivíduos do sexo masculino e idade entre 30 e 60 anos (Menezes, 2008). Nesse estudo, foram entrevistados 54 indivíduos, revelando-se uma multiplicidade de causas que provocou a situação de rua, passando por trajetórias de vida com vários determinantes como desemprego, ruptura de laços familiares, migração, dependência de álcool e outras drogas, problemas mentais e doenças físicas.

Além da exclusão do sistema produtivo, outras subjetividades emergem como a ausência de pertencimento social e a falta de autoestima. Mesmo os que têm acesso à moradia, a situação de rua persiste por conta da ruptura de vínculos comunitários e familiares que cria barreiras à permanência nos locais de residência, somando-se as dificuldades de manutenção de um lar e de suprimento de suas necessidades básicas, dificuldade de adaptação laboral, ausência de referenciais de uma vida sob controle social. A situação de rua revela indivíduos com graus diferenciados de vulnerabilidade e risco, que varia da necessidade de habitação até a perda de identidade social.

As abordagens actuais salientam a necessidade de contemplar a diversidade e complexidade do fenómeno de homelessness através do desenvolvimento de um quadro compreensivo dos principais grupos que constituem a população sem-abrigo. A título de exemplo, há perspectivas que salientam que a população sem-abrigo é socialmente estratificada segundo um sistema de méritos e/ou a complexidade dos seus problemas e tipos de assistência pública recebida. Neste contexto, no topo da pirâmide estão os em necessidade de habitação, e na base estão os que acumulam problemas como a toxicodependência e a imigração ilegal.

(Menezes, 2008, p. 8)

Mais que um problema habitacional essa é uma questão resultante de uma escala máxima de degradação social. Felipa Menezes (2008) apresenta definições co-existentes que se diferenciam por considerar o fenómeno de

*homelessness* como um problema específico habitacional ou de exclusão social, que apontam para intervenções diferenciadas. No caso do “houseless” a resposta é focada na habitação, no caso do “homeless” outros suportes sociais seriam necessários.

Nos países pesquisados por Menezes (2008) observam-se situações comuns, mas também algumas singularidades. Segundo a pesquisadora, em Paris essa população é muito heterogênea com histórico de problemas de saúde e imigração, com o surgimento de um perfil mais jovem e urbano somando-se aos idosos e doentes. O sistema de apoio social encontra-se fragilizado e não alcança os imigrantes ilegais. O trabalho precário e alto custo dos aluguéis são fatores presentes nas situações pesquisadas, agravando-se com a perda de vínculos familiares. Em Lisboa, os sujeitos da pesquisa apresentaram baixas qualificações acadêmicas, apesar do aparecimento de um novo perfil mais jovem e qualificado, porém com fragilidade de vínculos familiares, doenças mentais, uso de álcool e outras drogas. A pesquisa cita o Serviço de Emergência Social de Portugal como apoio fundamental a situação dos imigrantes. No caso de Londres, a pesquisa revela que o perfil prevalente é de indivíduos desempregados que não cumpriram as condicionalidades dos benefícios sociais e perderam estes, de jovens que são expulsos da casa dos pais, pessoas com histórico de toxicodependência e ruptura familiar, com um número de refugiados pouco expressivo.

O déficit de habitação é um problema estrutural, que tem origem na Revolução Industrial e se aprofunda com a expansão capitalista e as migrações do campo para os grandes centros urbanos. O aumento populacional e a carência de moradia vêm sendo discutidos em diversos fóruns nacionais e internacionais, sendo o direito à moradia considerado um direito social e reconhecido nas Constituições de muitos países, entre eles o Brasil. Porém, não é efetivado. Além de programas de habitação popular com a construção de moradias a baixo custo, existem soluções testadas como os modelos de *Housing Led* adotados em países europeus com a ideia de habitação apoiada e o modelo *Housing First*

desenvolvido nos Estados Unidos com foco no acesso imediato à habitação. O objetivo final do *Housing Led* é garantir o acesso a uma habitação, passando por vários estágios de inserção social, onde os sem-abrigo vão passar por alojamentos transitórios até chegar a uma moradia própria. O *Housing First* tem objetivo imediato de inserção dos sem-abrigo em habitações e posteriormente são ofertados os suportes necessários a sua permanência. Além dos problemas operacionais e ausência de investimentos financeiros, ambos modelos enfrentam resistência da sociedade que não concorda com a “premiação” aos “maus pobres, vagabundos e drogados” (Brasil, 2013).

Dependente da caridade religiosa ou de políticas residuais ou hostis, sobra ao povo de rua viver de esmolas ou desenvolver a solidariedade mútua, se autoprotegendo e se organizando para reivindicar direitos sociais e humanos. Empurrados para uma condição de vulnerabilidade e risco social, a permanência na rua, na qual a sobrevivência é o sentido diário de vida, se caracteriza geralmente por três situações:

1. As pessoas que ficam na rua – configuram uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando na cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento.
2. As pessoas que estão na rua – são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas.
3. As pessoas que são da rua – são aqueles que já estão faz um bom tempo na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência.

(Vieira, Bezerra e Rosa, 1994, pp. 93-95)

Sem moradia fixa, essa população utiliza o espaço da rua para dormir, seja em marquises, em baixo de viadutos, prédios abandonados, carcaças de automóveis ou albergues públicos. Parte desses indivíduos vai recorrer à mendicância para suprir suas necessidades básicas, utilizam locais públicos e equipamentos sociais para obter água, para banho e lavagem de roupas, como

banheiros públicos ou centros de assistência social.

Ao contrário do que se imagina, boa parte dos moradores de rua é composta por trabalhadores. Ainda que em situação de desemprego, os indivíduos sem abrigo de Paris, Londres e Lisboa que foram alvo da pesquisa de Felipa Menezes (2008) tinham uma profissão, sendo operários, artífices e similar, prestadores de serviços, pessoal não qualificado em maior número, mas também foram encontrados profissionais de áreas técnicas e administrativas, intelectuais e científicas, ainda que em menor quantidade, com habilitações escolares distintas e “[...] profissões (actual ou última) não qualificadas associadas aos serviços, nomeadamente restauração e bares (15), construção civil ou similares (8) ou indiferenciados (7)” (p. 172).

De acordo com o Relatório da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada no Brasil, *Rua: aprendendo a contar* (Brasil, 2009), 70,9% das pessoas entrevistadas exercem alguma atividade remunerada, 58,6% declaram ter uma profissão, ainda que não tenham trabalho fixo, a maioria exercendo as atividades de catador de materiais recicláveis (27,5%), “flanelinha” (14,1%), trabalhos na construção civil e “pedreiro” (6,3%).

A prefeitura da cidade de São Paulo, maior capital do país, onde se observa um maior contingente de pessoas em situação de rua, vem realizando pesquisas amostrais para subsidiar programas e projetos. Em 2019 foram contabilizadas 24.344 pessoas em situação de rua, das quais, 12.651 foram contadas em ruas, praças e outros espaços públicos da cidade e 11.693 nos centros de acolhida. O resultado apresenta o perfil de ocupação dessas pessoas em atividades informais, insalubres e mal remuneradas, alguns excluídos do mercado formal de trabalho há mais de 10 anos.

Quando se analisa quando foi a última vez que tiveram carteira assinada 9,6% relataram que isso ocorreu há menos de 6 meses, 9,0% de 6 meses a 1 ano, 20,6% de 1 ano a 3 anos, 17,2% de 3 a 5 anos, 17,5% de 5 a 10 anos, 23,5% há mais de 10 anos. Quando perguntados o que faziam para ganhar dinheiro, os (as) entrevistados (as) apresentaram as seguintes respostas, 19,9% eram catadores de recicláveis, 13,3% trabalhavam no comércio ambulante, 10,1 eram ajudantes gerais, 8,8% pediam esmolas, 7,1% trabalhavam com carga e descarga de materiais, 6,8% distribuía panfletos, 6,7% trabalham na construção civil, 4,4% trabalhavam com veículos (lavadores e guardadores),

4,1% eram ajudantes em eventos, 4,0% trabalhavam com serviços de limpeza ou com faxinas, 2,0% faziam atividades artísticas, 1,4% eram profissionais do sexo.

(São Paulo, 2019, p. 87)

Os dados das pesquisas realizadas em cidades brasileiras assemelham-se aos de outros países que apontam a perda de emprego, o uso de drogas e os conflitos familiares como os principais fatores que provocaram a situação de rua. Skid Row, bairro no centro de Los Angeles, uma área de 54 quarteirões, abriga o maior contingente de população em situação de rua (homelessness) de forma estável dos Estados Unidos. Com cerca de 4 mil habitantes, a região é estigmatizada como “a maior cracolândia dos EUA”, embora abrigue, desde 1930, trabalhadores pobres e desempregados, com histórico de perda de vínculos laborais, familiares e comunitários (BBC Brasil, 2018).

Ao trazer os dados de diferentes países, o interesse não é apenas o de comparar números, ainda que isso também seja útil, mas é sobretudo entender os critérios utilizados na construção destas estatísticas e também os movimentos que os suportam. Ou seja, em que medida as estatísticas podem ajudar a visibilizar (ou não) esta população.

Embora nem sempre resultantes de contagens oficiais, existem dados disponíveis nas plataformas de entidades internacionais que atuam na área de direitos humanos e habitação como a ONU Habitat, a *Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri* (FEANTSA), o *Institute of Global Homelessness* (IGH) e a *Homeless World Cup Foundation*, instituições que reúnem levantamentos da situação de rua no mundo com o cruzamento de fontes diversas, valendo-se de informações publicadas em veículos de imprensa, pesquisas governamentais e não governamentais. Utilizando a base de dados destas entidades internacionais é possível traçar um panorama da situação de rua em todos os continentes.

## 2.2. Panorama da situação de rua em diferentes regiões do mundo

Na África do Sul, em 2015, havia 200.000 pessoas sem-teto morando nas ruas sozinhas com cerca de 79% da população abaixo da linha da pobreza (Fröhlich, 2019). No Togo, anualmente, surgem 200 novos casos de crianças que vivem nas ruas, sendo o fenômeno dos “meninos de rua” uma realidade crescente em Lomé, capital do país (Harambee África, 2019). Os conflitos armados e constantes violações dos direitos humanos têm trazido ao continente africano um expressivo aumento de desabrigados, como no caso da Nigéria, com histórias de despejos violentos. Só em 2016, mais de 30.000 pessoas foram despejadas de suas casas com uso de violência extrema pelas autoridades locais em Lagos, maior cidade da Nigéria (Cunningham, 2017). A ONU Habitat estima que na Zâmbia cerca de 70% da população urbana vive em assentamentos informais. Essa realidade é observada em todos os países da África Subsaariana.

Em agosto de 2016, havia 116.427 pessoas sem teto na Austrália (AHURI, 2018). Mesmo com alto índice de desenvolvimento humano, em Israel, pelo menos 610 desabrigados morreram nas ruas nos últimos 15 anos (Yaron, 2018). Os sete maiores centros urbanos do Camboja abrigam cerca de 2.700 adolescentes sem teto, segundo estudo feito com a população entre 13 e 17 anos (Maza, 2017). No Paquistão estima-se que haja cerca de 20 milhões de pessoas sem moradia adequada (Klasra, 2018). Existem cerca de 4,5 milhões de filipinos desabrigados, com 3 milhões só em Manila, capital das Filipinas, possivelmente o maior número em qualquer cidade do mundo, com a probabilidade de aumento de ocupações ilegais (Chandran, 2018).

Em 2017, o Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar do Japão registrou um número de desabrigados de 4.977. No entanto, a organização sem fins lucrativos de Tóquio, *Advocacy and Research Center for Homelessness*, afirma que o número verdadeiro é cerca de 2,5 vezes maior que a contagem oficial (McKirdy, 2019). Estima-se 1,8 milhão de desabrigados na Índia, com 52% vivendo em áreas urbanas, sendo que 73 milhões de famílias não têm acesso à

moradia digna, água e saneamento, tornando-se uma ameaça emergente como um grave problema de saúde pública (Thiyagarajan *et al.*, 2018).

Na Europa a situação de rua figura em todo continente, tanto na região ocidental como no leste europeu, alcançando até mesmo os países nórdicos com sistemas de proteção social que são modelos de inspiração para muitas sociedades em todo o mundo. De acordo com o Ministério Social da Áustria, havia 15.090 pessoas registradas como desabrigadas no país em 2016, cerca de 70% vivem em Viena (FEANTSA, 2017). Embora os dados oficiais estimem 2.000 pessoas em situação de rua na Croácia, segundo os cálculos da FEANTSA há aproximadamente 5.000 pessoas desabrigadas no país (Vladislavjevic, 2018).

Na República Checa a estimativa de pessoas que vivem sem casa é de 68.500, números do Ministério do Trabalho e Serviços Sociais do país (FEANTSA, 2017), sendo apontado um quantitativo de quase 200.000 pessoas que sofreram alguma forma de exclusão habitacional. Sem uma atualização oficial, cerca de 141.500 pessoas estavam desabrigadas na França em 2012, considerando ainda que as estatísticas não alcançam todos que estão na ilegalidade pelo receio destes de buscar abrigos públicos (Yaouancq, 2013). Estima-se que 29.000 pessoas estão desabrigadas em Paris e arredores, com uma média de 8.000 dormindo nas ruas da capital francesa (Williamson, 2018). Na Alemanha contabilizando os refugiados havia 860.000 desabrigados em 2017, excluindo os refugiados, o número de desabrigados fica entre 335.000 e 420.000 (FEANTSA, 2017).

Numa contagem anual, existem mais de 13.000 desabrigados na Dinamarca em 2017 com tendência de aumento (Hus Forbi, 2017). A taxa de desabrigados na Itália vem num processo crescente, em 2016 havia 50.724 moradores de rua, com um aumento de 3.000 em relação a 2011 (FEANTSA, 2017). A Noruega é uma das poucas exceções, havendo um decréscimo do número de pessoas sem-teto de 6.259 em 2012 para 3.909 em 2016 (FEANTSA, 2017). Os números oficiais da Rússia são contestados e desde 2010 não foram

apresentados novos dados, sendo o número oficial daquele período de 64.000 pessoas sem-teto, mas opositores do governo dizem que pode haver até cinco milhões de desabrigados na Federação Russa (Goble, 2017). Tem havido uma tendência de aumento do número de sem-teto na Inglaterra, apresentando entre 2016 e 2017 um aumento de 9% em relação aos números de 2014 e 2015, com 59.110 pessoas sendo consideradas desabrigadas (White, 2018).

Na América do Norte, América Central e Caribe todos os países apresentam populações em situação de rua, desde os mais ricos aos mais pobres. Estima-se que mais de 235.000 canadenses viviam desabrigados em 2016, sendo que 13.000 e 33.000 estão cronicamente desabrigados, com aumento do número de idosos acima de 65 anos (Gaetz et al., 2016). Em 2012, organizações não governamentais estimavam um número de pessoas nas ruas da capital mexicana entre 15.000 e 30.000, onde crianças, adolescentes, adultos e idosos utilizam as ruas como espaço de morada e sobrevivência (Godoy, 2012). O Haiti, país com uma pobreza extrema, altamente vulnerável a riscos geofísicos e climáticos recorrentes, com mais de 90% de habitantes em situação de risco, representa uma tragédia em termos de pessoas desabrigadas (World Bank, 2012). Ainda que a ilha sustente um elevado IDH de acordo com dados oficiais, o último censo populacional de Cuba que data de 2012 revela que 1108 pessoas viviam nas ruas e 467 delas tinham mais de 60 anos (Matienzo Puerto, 2020).

O PIB elevado dos Estados Unidos contrasta com alguns dos piores índices de pobreza no grupo dos países desenvolvidos, com mais de meio milhão de pessoas sem-teto, segundo dados de 2019 do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA (The U.S. Department of Housing and Urban Development – HUD). De acordo com o Relatório Anual de Avaliação sobre os Sem-Teto apresentado ao Congresso Americano – *Annual Homeless Assessment Report (AHAR, 2019)*, foram localizados nos EUA, durante um dia de contagem realizado durante os últimos 10 dias de janeiro, mais de meio milhão de pessoas sem abrigo, precisamente 567.715 indivíduos.

Na América do Sul, os dados oficiais sobre a situação de rua são escassos, uma vez que muitos países não contabilizam esse grupo populacional nos censos demográficos. O número de pessoas em extrema pobreza na capital argentina é cerca de 198.000 pessoas, de acordo com dados oficiais de 2018. Um relatório preliminar do segundo censo popular de moradores de rua na cidade de Buenos Aires mostra que em 2019 havia 7.251 pessoas que moravam e dormiam em espaços públicos (Telesur, 2019). No Chile, em 2021, havia 16.410 pessoas vivendo em situação de rua, com número mais expressivo do sexo masculino, segundo a Fundação *Gente de la Calle* (2021), que tem atuado desde 1994 no país para garantir o acesso à seguridade social de pessoas em situação de rua. Na Venezuela, apesar da escassez de dados, a Missão *Negra Hipólita*, organização criada para atender as pessoas em situação de rua e reintegrá-las à sociedade, em 2011 atendeu 11.542 pessoas e alcançou a inclusão social de 2.380 cidadãos, mas aponta o crescimento do índice de indigência no país (Sarmiento, 2016).

Com uma população média de 210 milhões, estima-se que mais de 50 milhões de brasileiros vivam em condições inadequadas de moradia, de acordo com o *Relatório Habitat para a Humanidade Brasil de 2020*, uma organização da sociedade civil, integrante da rede internacional *Habitat for Humanity*, que atua no país desde 1992, no combate às desigualdades e para garantir que pessoas em condições de pobreza tenham um lugar digno para viver (Habitat Brasil, 2020). Embora não existam pesquisas oficiais periódicas para mensuração das pessoas em situação de rua, levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base nos dados do Sistema Único de Assistência Social, aponta 101.854 pessoas em situação de rua em 2015 no Brasil (Guerra, 2017).

Esse número é contestado pelo Movimento Nacional de População de Rua porque se baseia na base de dados do Cadastro Único para Programa Sociais (CadÚnico), um cadastro regulamentado pelo Decreto Presidencial n.º 6.135, de 26 de junho de 2007 que, mesmo sendo um instrumento de inclusão de famílias brasileiras de baixa renda em programas sociais, não alcança todo o universo

deste público. Muitas pessoas de rua não estão cadastradas no CadÚnico, seja por serem indocumentadas, seja pelo número insuficiente de cadastradores ou pelo deslocamento constante desses indivíduos num país de dimensões continentais, situação agravada por não haver uma contagem oficial periódica de caráter nacional deste segmento populacional. Há, por exemplo, moradores da periferia que passam dias e noites vivendo nas calçadas da região central em busca de doações, que, em algum momento, retornam a suas casas, pessoas que estão de passagem pela cidade, pessoas que tem medo ou vergonha de assumir sua situação de rua. Por outro lado, os serviços que atendem a população de rua no Brasil relatam uma explosão no número de indivíduos nessa condição, o que corrobora com a necessidade urgente de uma pesquisa censitária nacional que possa subsidiar à execução de políticas públicas. Só em São Paulo, maior cidade do país, houve um aumento de 53% dos sem abrigo em 4 anos, contagem de 2019 realizada pela Prefeitura de São Paulo que apontou que 24.344 pessoas estão morando nas ruas da cidade (São Paulo, 2019).

A circulação desse contingente populacional pelas ruas dos principais centros urbanos incomoda sobremaneira a população “incluída”. No mundo dominado pelo medo e a insegurança, a população em situação de rua é considerada uma “classe perigosa” por grande parte da população, que adota uma atitude defensiva e busca a blindagem do contato com esse segmento populacional, seja pelo receio de ser agredida, seja pela repulsa a sua condição, seja pela fobia de se ver na mesma situação. Para além do medo, há o desejo de distanciamento e mesmo de eliminação desse segmento, observado nas medidas segregadoras e no extermínio de moradores de rua. Mattos e Ferreira (2004) discute as interações que a sociedade estabelece com a PSR, eivadas de preconceitos e estigmas, uma visão que subtrai a humanidade dessas pessoas.

[...] se refletirmos sobre a qualidade destas interações, observaremos que comumente nós as olhamos amedrontados, de soslaio, com uma expressão de constrangimento. Alguns as vêem como perigosas, apressam o passo. Outros logo as consideram vagabundas e que ali estão por não quererem trabalhar, olhando-as com hostilidade. Muitos atravessam a rua com receio de serem abordados por pedido de esmola, ou mesmo por pré-conceberem que são pessoas sujas e mal cheirosas. Há também aqueles que delas sentem pena e olham-nas com comoção ou piedade. Enfim, é comum negligenciarmos involuntariamente o

contato com elas. Habitados com suas presenças, parece que estamos dessensibilizados em relação à sua condição (sub) humana. Em atitude mais violenta, alguns chegam a xingá-las e até mesmo agredi-las ou queimá-las, como em alguns lamentáveis casos noticiados pela imprensa.

(Mattos & Ferreira, 2004, p.2)

Produto da desigualdade social, a população em situação de rua se constitui como uma expressão radical da questão social. Tomaremos a definição de Yamamoto sobre 'questão social' como um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos gerados pela "emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista. Em outras palavras, trata-se da manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição capital-trabalho" (Yamamoto & Oliveira, 2014, p. 23).

A negação do direito à cidade está relacionado ao modelo de desenvolvimento urbano adotado pelo modo de produção e reprodução do capital. Um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente. No capitalismo, a mercantilização do espaço urbano transforma a moradia e o solo urbano em mercadorias que não são acessíveis a todos.

[...] podemos falar que a produção capitalista do espaço é fundamentalmente uma negação do direito à cidade, e que tal negação é uma das manifestações da questão social, inerente à dinâmica capitalista. As cidades, contudo, também são lócus para outras manifestações desse mesmo aspecto, como é o caso da população em situação de rua. Esse fenômeno, essencialmente urbano, não é homogêneo e se manifesta de acordo com as próprias condições históricas em que as cidades se desenvolvem, de forma articulada a outros aspectos da estruturação capitalista, como a dinâmica do mercado de trabalho.

(Nobre et al, 2019, p. 57)

Os estudos de Maria Teresa Lisboa Nobre discutem as subjetividades do cotidiano da população em situação de rua com base nas narrativas de vida dos sujeitos que vivem da e ou na rua, "com o objetivo de conhecer seus modos de vida, táticas de sobrevivência e as práticas de resistência frente às diárias violações de direitos" (Nobre, Amorim e Souza, 2018: 1). Ao afirmar que a rua não é "apenas lugar da precariedade, da vulnerabilidade e das ausências para quem nela vive", apresenta a resistência e a possibilidade de insurgência em face de uma realidade adversa que oprime esses sujeitos.

Simone Frangella aborda a construção da corporalidade de moradores de rua a partir de um olhar antropológico, com interesse na história dos indivíduos que, em virtude do seu processo de desvinculação social e econômica, habitam espaços na cidade completamente fora de uma lógica de planejamento urbano, impensáveis como modo de habitação (Frangella, 2004). A autora traz reflexões sobre a construção das sociabilidades que são tecidas na movimentação dos que vivem da e na rua com as conexões e desconexões que são criadas na circulação pedestre desses indivíduos, que reafirmam o seu “desencaixe” da ordem social.

A dinâmica de sua circulação implica novas sociabilidades, mas seu deslocamento errante – contínuo ou intermitente, conforme a maneira de “estar nas ruas” – inclui embates contínuos com os códigos sociais e urbanos preponderantes. A não-propriedade, ausência de trabalho e a fragilidade das relações afetivas e sociais colocam os habitantes das ruas em uma posição específica na sociedade contemporânea. São vistos por políticos, acadêmicos, instituições sociais, transeuntes como a forma mais visível e extrema de marginalização econômica e social. Mas, sobretudo, os moradores de rua são tidos como “fora do lugar”, desencaixados espacial e simbolicamente porque sua visibilidade é traduzida como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano.

(Frangella, 2004, p. 12).

Esse movimento itinerante resulta em exclusão pela coerção realizada seja pelos agentes de segurança, seja pelos órgãos públicos que atuam no controle do espaço urbano, humilhando e estigmatizando os habitantes de rua. Frangella (2009) destaca que, em contrapartida, essa condição nômade ressignifica o espaço urbano, conferindo-lhe usos diversos do que a ordem urbana preconiza. Sobre o corpo do indivíduo e sua relação com o espaço urbano, as marcas da vulnerabilidade se refletem nesse corpo, nos pés descalços com feridas, na pele cheia de cicatrizes e sujeira, o andar pesado que carrega os poucos pertences de uma vida errante.

A história desses sujeitos até a chegada à situação de rua é uma história de perdas, afirma Frangella, com expressões frequentes “de repente, virei morador de rua”, “daí, acabei na rua” (p.26). Essa narrativa revela a ruptura como um “rito de passagem”, quando os indivíduos vão criando gradativamente estratégias de sobrevivência e construindo novas sociabilidades, aprendendo a fazer uso dos

recursos institucionais disponíveis, com uma adaptação mais ou menos suportável, superando o choque inicial de estar vivendo na rua.

O nomadismo é subjacente aos mecanismos cotidianos da população de rua, na busca incessante de recursos ou em consequência da expulsão contínua de lugares de repouso. A intensidade da circulação varia com as condições diversificadas de ajuste desse segmento social ao espaço urbano; intensifica-se, por exemplo, de forma mais radical com o trecheiro<sup>1</sup>, andarilho que estende a circulação para além de limites de cidade e estado, sem planejamento algum, e torna-se mais diluída com famílias que vivem debaixo dos viadutos e gradualmente formam favelas.

Frangella, 2004, p. 29).

Ainda que o nomadismo esteja presente na realidade da população de rua com uma trajetória errante, a necessidade de se proteger faz com que se formem grupos e criem-se laços como teias que vão se formando, permeada por conflitos e afetos. Nessa busca por sobrevivência, os andarilhos vão se encontrando e se reconhecendo na sua condição subalterna.

O status de subgente não impediu que a população em situação de rua buscasse formas de ruptura com sua invisibilidade, se organizando para reivindicar seus direitos e lutar pelo respeito à sua condição humana, criando um movimento social que cresce e alcança espaços de deliberação de políticas públicas com articulações locais e nacionais com potencial para trocas translocais e globais. Surge um movimento contra hegemônico no Brasil que busca romper o estigma da inutilidade dessas pessoas e denunciar essa condição de sub-humanidade e exclusão social para resistir e atravessar a barreira da invisibilidade social.

### **2.3. Proteção e desproteção social no Brasil**

Para melhor compreender a extensão da gravidade da situação de rua no Brasil é preciso resgatar como a seguridade social do país foi construída e desconstruída nas últimas décadas, bem como as consequências do atual desmonte da proteção social para a agudização da pobreza. Sabe-se que os sistemas de proteção social são mecanismos criados pelos poderes públicos e sociedade para salvaguardar seus membros contra as situações que venham a comprometer suas necessidades fundamentais. Os sistemas de seguridade social

que existem no mundo têm origem nos modelos Bismarckiano de 1883 e Beveridgiano de 1942, buscando reduzir os efeitos das adversidades da vida, como amparo a velhice, as enfermidades e a fome. A Seguridade Social, sob o enfoque mundial se apresenta com maior ou menor capilaridade nos diferentes países. No caso do Brasil, apesar da Constituição Brasileira de 1988 ter incorporado em sua Carta Magna as garantias de proteção social, especialmente no capítulo II que trata da Seguridade Social (artigos 194 a 204), essa proteção não alcança a universalidade dos sujeitos e quanto mais fragiliza essa proteção, maior se torna o contingente populacional em situação de pobreza e mendicância (Castro & Pochmann, 2020).

Ainda que tardiamente, a Constituição Brasileira adotou os preceitos do artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que preconiza que sejam asseguradas a todas as pessoas condições de saúde, alimentação, vestuário, alojamento, assistência médica, segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência. As políticas de proteção social do Brasil foram desenhadas sob a inspiração dos modelos de seguridade social, que surgiram a partir da década de 1880 na Alemanha, com maior ênfase no êxito do *Welfare State*, Estado-providência ou Estado social dos países europeus. No entanto, a materialidade dos direitos constitucionais do Brasil ainda carece de um longo caminho.

A seguridade social brasileira é constituída pelo tripé saúde, previdência e assistência social. A previdência social depende de contribuições prévias e apesar de sua capilaridade num país de dimensões continentais não contempla a população excluída do mundo do trabalho, que só consegue acessar benefícios residuais e temporários, com exceção da parcela mais pobre da população idosa e pessoas com deficiência que recebem um benefício de natureza continuada, atrelado à política de assistência social, mediante a comprovação de que a renda familiar não seja suficiente para garantir seu sustento. Já a saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo portanto, uma política de caráter universal, idealizada como um sistema único descentralizado e participativo, o SUS (Sistema Único de

Saúde), considerado um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. O SUS, regulamentado pelas Leis nº 8080 e 8142 de 1990, está organizado em redes de serviços básicos e de média e alta complexidade que são ofertados em todo país numa perspectiva de integralidade do cuidado, nas dimensões da prevenção, promoção e assistência à saúde de todos os brasileiros.

A política de assistência social é de carácter não contributivo, sua Lei Orgânica de 1983 foi revisada a partir de 2005 com um conjunto de serviços, programas e benefícios integrando o SUAS, Sistema Único da Assistência Social, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social e, posteriormente instituído como Lei em 2011, Lei nº 12435, que complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Com desenho semelhante ao da saúde, essa política tem a finalidade de ofertar proteção social a todos os indivíduos em situação de vulnerabilidade social, sendo operacionalizada por um conjunto de serviços, programas e benefícios sociais em todo território nacional.

Até a década de 90, no Brasil, essa proteção estava circunscrita as ações de cunho assistencialista e filantrópico. A Constituição de 1988 reacendeu o debate da desigualdade social como resultante do modo excludente de produção e reprodução do capital. No entanto, passaram-se décadas após a Constituição Brasileira de 1988 para que fossem criados serviços específicos para a população em situação de rua, respeitando o princípio da equidade, um dos pilares do SUS e do SUAS, ampliando o atendimento a esse grupo de indivíduos, no sentido oferecer mais a quem mais precisa e de acordo com suas necessidades.

Em 2011, foi criado um serviço específico para a população em situação de rua denominado *Consultório na Rua*, sendo um dispositivo do SUS que realiza suas atividades de forma itinerante, nas ruas, praças ou lugares de permanência mais constante de pessoas na rua, atuando todos os dias da semana em horário adequado às demandas dessa população com atenção primária de saúde (Brasil, 2012). Outro serviço de saúde que faz parte da rede de atendimento à população em situação de rua são os Centros de Atendimento Psicossocial para dependentes

de álcool e outras drogas (Caps AD), considerando que a dependência química é um problema que afeta sobremaneira esse grupo populacional.

A Resolução nº 2 do Ministério da Saúde de 27 de fevereiro de 2013 “define diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”. As diretrizes e estratégias definidas nesta resolução têm como objetivos gerais: I - garantia de acesso da PSR às ações e aos serviços de saúde, visando a melhoria do nível de saúde dessa população por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, idade, etnia, orientação religiosa e orientação sexual, com atenção especial às pessoas com deficiência; II - redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho na rua e das condições de vida, tais como falta de higiene adequada, exposição a baixas temperaturas, alimentação inadequada ou insuficiente, sono irregular e exposição a intempéries; e III - melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida da PSR.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) cria um serviço de atendimento às demandas da população em situação de rua que atua como um centro dia de convivência e fortalecimento de vínculos. Denominados *Centros Pop*, estes locais buscam garantir o acesso a alimentação, espaço para higiene pessoal, lavanderia, encaminhamento para outras políticas públicas quando necessário, fortalecimento da autonomia dos indivíduos, resgate de vínculos familiares, guarda de pertences, regularização de documentos pessoais e inserção em programas e benefícios sociais (Brasil, 2014). Além dos *Centros Pop* há uma rede de serviços de acolhimento institucional em albergues e casas de passagem que são operacionalizados pela política de assistência social de forma direta e em convênio com instituições filantrópicas.

O programa *Bolsa Família*, maior programa de transferência de renda do país, foi criado em outubro de 2003 com três eixos principais: complemento da renda, acesso a direitos e articulação com outras políticas. Exigindo-se as

condicionalidades na área da saúde e educação para estimular o desenvolvimento das famílias, oportunizou também a milhares de moradores de rua o acesso a uma segurança mínima de renda. Em 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome anunciou a concessão do benefício do *Bolsa Família* para 46.078 moradores de rua identificados nas cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes (Brasil, 2010).

Com o objetivo de articular as ofertas de serviços à população em situação de rua, em 25 de outubro de 2006, o governo brasileiro instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), por meio do Decreto Presidencial nº 25, composto por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pela coordenação do grupo, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do Ministério das Cidades, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério da Cultura e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. A finalidade desse GTI era elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, estimulando a criação de grupos intersectoriais nos estados e municípios do país. Uma vez que os serviços ofertados não se articulavam como rede, todo esforço do GTI foi buscar fortalecer os serviços ofertados, incorporando questões sobre moradia popular e estreitando o diálogo com a segurança pública, considerando o número elevado de violações e violências sofridas por esse grupo populacional. Como parte de um processo de recuo dos avanços da proteção social brasileira, em 2019, o decreto presidencial que criou o GTI foi revogado e o grupo de trabalho foi extinto no âmbito federal. Atualmente, apenas alguns estados do país mantêm os chamados *GTIs Pop Rua*, grupos de trabalho intersectorial sobre a população em situação de rua.

Antes mesmo de consolidar os avanços das políticas criadas para esse segmento populacional, a partir de 2016, um novo cenário político-econômico abalou a seguridade social brasileira, com as reformas na previdência e nas leis do trabalho que suprimiram direitos sociais historicamente conquistados (Costa, 2017). A Emenda Constitucional n.º 95/2016, também conhecida como a *Emenda*

*Constitucional do Teto dos Gastos Públicos*, alterou a Constituição Brasileira de 1988 para instituir o Novo Regime Fiscal, com um corte do orçamento público que limitou o crescimento das despesas do governo brasileiro durante vinte anos.

A Emenda Constitucional 95/2016 passa a ser o eixo estrutural da política econômica de austeridade no Brasil, com redução significativa de investimentos nas áreas sociais. Embora haja a visão de que a estabilidade financeira do país seja alcançada por políticas de austeridade, um ajuste fiscal não pode ser sinônimo de desfinanciamento da área social. O Relatório sobre os Impactos da Política Econômica de Austeridade nos Direitos Humanos da Plataforma DHESCA, adverte que “[...] uma austeridade apenas para os pobres, não para os ricos, protegida por um discurso falacioso do sacrifício que esconde a realidade de grande sofrimento gerada na vida de crianças, jovens e adultos” (Plataforma DHESCA, 2017). A investigação desenvolvida pela Plataforma DHESCA, uma rede formada por 45 organizações e coletivos da sociedade civil para desenvolver ações de promoção e defesa dos direitos humanos, no período de abril a setembro de 2017, teve como objetivo investigar os impactos da política econômica de austeridade adotada pelo governo brasileiro, apontando situações de violação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais da população e no acirramento das desigualdades no país, em especial, às desigualdades de gênero, raça, campo/cidade, geracionais e entre regiões.

A fragilização da seguridade social brasileira que, desde os anos 80, passa por um contexto regressivo, com propostas de reformas e ajustes neoliberais, sofreu ainda mais no final da última década. As “medidas de (contra) reformas na seguridade social tem impacto nos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988” (Costa, 2017, p. 20). Esse desmonte acelerado impacta sobremaneira as políticas sociais e, conseqüentemente, a rede de serviços direcionados à população em situação de rua, que já carecia de maior investimento público e com pouca qualificação dos profissionais para lidar com a complexidade desta realidade.

Neste cenário adverso, assiste-se à precarização das unidades que compõem a rede de atendimento à população de rua. Inúmeras são as denúncias que chegam aos conselhos de direitos humanos, conselhos de saúde e conselhos de assistência social sobre a falta de condições de funcionamento dos serviços por conta da escassez de insumos, da precariedade das instalações físicas, da ausência de transporte para realizar as ações de abordagem e busca ativa e até a falta de higiene dos *Centos Pop*, abrigos e Consultórios na Rua. A ameaça de extinção dos *Caps AD* com prejuízo à política de redução de danos, promove o retorno da lógica manicomial. A falta de alimentos nos *Centro POP* e em outros dispositivos sociais, condição essencial para a oferta dos serviços, tem sido relatada pelas administrações municipais, que reclamam do atraso no repasse de recursos federais para os serviços da assistência social. A professora Jucimeri Isolda Silveira, que foi consultora do Ministério de Desenvolvimento Social pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com ampla pesquisa na área da assistência social vem alertando sobre o desmonte da proteção social no Brasil, justamente num momento em que aumenta a pobreza e as demandas socioassistenciais.

A redução de recursos é o sinal mais evidente, porque não houve, desde o início de 2016, nenhum recurso novo para a Assistência Social. Além disso, o atraso no repasse dos recursos pactuados é de mais de um bilhão e trezentos milhões de reais. Isso fere o princípio do repasse continuado fundo a fundo e traz insegurança para os gestores estaduais e municipais à medida em que o recurso deixa de vir mensalmente (Silveira, 2017)

O Banco Mundial estimou, em 2017, o aumento da pobreza no Brasil, com 3,6 milhões de "novos pobres" e recomendou que o Programa *Bolsa Família* (PBF) fosse ampliado. Ao contrário disso o programa sofreu cortes com o ajuste fiscal promovido a partir de 2016. Em 2021, foi extinto o programa que conseguiu romper o círculo vicioso da pobreza com a retirada de 3,4 milhões de pessoas da pobreza extrema e outras 3,2 milhões da pobreza (IPEA, 2019). Neste mesmo ano, o

governo federal anunciou a criação de um programa substitutivo, mas sem detalhar sua operacionalização e alcance, nem as condicionalidades de acesso.

Com o cenário de desemprego e alta dos preços dos alimentos no Brasil, aliado ao desmonte da proteção social, observa-se um empobrecimento crescente e a população em situação de rua, embora invisibilizada no reconhecimento de seus direitos sociais e humanos, não pode mais ser ignorada. A presença cada vez maior de indivíduos e famílias morando nas ruas das grandes e médias cidades do país já ocupa lugar de destaque nos jornais, sites e emissoras de televisão. Em 13 de janeiro de 2021, a CNN Brasil publica denúncia que “Mais mulheres e crianças engrossam população de rua” (CNN, 13/01/2021, 08h00). A agência de comunicação do Congresso Nacional publicou a matéria “Movimentos de direitos humanos alertam para o aumento de pessoas em situação de rua” (Agência Câmara de Notícias, 07/06/2021, 21h06). A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) divulgou matéria jornalística “Pandemia aumenta número de moradores em situação de rua no Rio” (Fonte: Agencia Brasil, EBC, 9/08/2021, 20h23). A rede de televisão de maior audiência do país exibiu no seu principal programa de domingo a reportagem “Em dois anos, população de rua em São Paulo aumenta mais de 30%” (G1, Fantástico, 23/01/2022, 21h59). Essas são apenas algumas das inúmeras matérias jornalísticas exibidas na mídia nacional entre 2021 e 2022.

A superficialidade da abordagem sobre desproteção social é mais um elemento que atrapalha a compreensão do fenômeno da situação de rua em sua complexidade. Retoma-se aqui a discussão do sociólogo Jessé Souza (2006) sobre a invisibilidade da desigualdade social no Brasil e falta de percepção de que se trata de uma questão estrutural e não circunstancial. A teoria do reconhecimento conduzida por Honneth (2003) aponta que quando o reconhecimento não acontece pelas formas de sociabilidade, onde o indivíduo sabe-se ao mesmo tempo como uma pessoa de direito autônoma e como membro social de uma comunidade jurídica é preciso “uma ampliação radical das relações de solidariedade” (p.280). Ainda que a teoria de Honneth não chegue a concluir se essa solidariedade ampliada é compatível com as condições de uma sociedade capitalista, remete

essa resposta ao futuro das lutas sociais. No atual patamar de desigualdade social, principalmente no hemisfério sul, impõe-se a necessidade dos invisibilizados lutar por reconhecimento.

A exclusão social como decorrente de um processo de degradação e esgotamento do modo de produção e reprodução capitalista, apontada por Bauman (2007a) não é a base de argumentação de grande parte dos debates públicos sobre a situação de rua, uma vez que as abordagens sobre essa questão social apresentam-se relacionadas ao fracasso individual e ao infortúnio. As reflexões aqui expressas corroboram com o entendimento que o avanço da lógica mercantil corrói os sistemas de proteção social e aprofundam desigualdades. A situação de rua não é outra coisa senão a face perversa de um modelo de desenvolvimento mercantil e concentrador de riquezas que aniquila pessoas como cidadãos plenos de direitos.

No dizer de Florestan Fernandes (1968) emergem “os condenados do sistema”, em escala global, um setor humano marginal de sua ordem econômica, uma parte significativa dos não possuidores de bens que não conseguem sequer vender sua força de trabalho, portanto, seu trabalho não conta nem como mercadoria. Desempregados e sem as seguranças ofertadas pelo sistema de proteção social, cresce o contingente de pessoas que vivem nas ruas ou em habitações inseguras, convivendo entre a indiferença, a hostilidade e a violência física. Parte da sociedade domiciliada as consideram um entulho que precisa ser recolhido ou como pobres urbanos incapacitados para a vida em sociedade.

### **TERCEIRO CAPÍTULO**

#### **Movimento de População de Rua no Brasil: convergências entre o local e o global**

No sentido de entender o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e suas relações locais e translocais, este capítulo resgata a história do movimento no Brasil e apresenta a pesquisa de campo realizada, tendo como sujeitos as lideranças do movimento de diversos estados do país e que também vivenciam a situação de rua e os apoiadores: trabalhadores dos serviços que atendem a população em situação de rua, membros de organizações e coletivos da sociedade civil, integrantes de movimentos sociais e de entidades religiosas que atuam diretamente com este segmento.

O contexto da pandemia foi um elemento dificultador para que se estabelecesse uma relação intersubjetiva nas entrevistas que foram realizadas no formato online, com interlocutores privilegiados entre lideranças e apoiadores. A observação participante presencial dos encontros e fóruns do MNPR foi substituída pela participação nas redes sociais durante o período da pesquisa, em dois grupos de whatsapp, um grupo do MNPR do Estado de Alagoas e outro do MNPR da região do nordeste do Brasil, havendo, ao final da pesquisa de campo, uma observação presencial do V Congresso Nacional do MNPR, que oportunizou uma maior interação com o fenômeno pesquisado.

Este estudo de campo identificou o movimento como uma das formas insurgentes de organização popular face ao crescimento das iniquidades sociais e reconhece a dimensão global de um movimento que se espalha pelo Brasil, ainda mais em se tratando de um país de dimensões continentais e a teia de relações que vão se construindo em todas as regiões do país e para além de suas fronteiras. Chama a atenção a capilaridade que o MNPR alcançou em pouco mais de uma década, apesar da imensa dificuldade de mobilização intrínseca ao perfil desse segmento e do alto grau de exclusão a que está submetido. É, portanto, um movimento que se constrói numa direção contra hegemônica.

### **3.1. A utopia que nasce da barbárie: a história do Movimento Nacional de População de Rua**

A história do MNPR foi retratada na cartilha “Conhecer para Lutar”, produzida em outubro de 2010 pelo próprio movimento com apoio do Instituto Pólis, dentro do Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS em parceria com a UNESCO. Esse projeto nasce a partir da Política Nacional da População em Situação de Rua instituída em dezembro de 2009 pelo decreto presidencial nº. 7053, após encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a população de rua, que instituiu também o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento dessa política.

Quando falamos em organização das pessoas em situação de rua logo surge a questão se elas reúnem condições para se organizar. Nas ruas vemos isolamento e conflitos, mas também vemos que a própria sobrevivência exige certa organização para cuidar da vida, como no momento da alimentação, para a proteção do frio e durante o sono. Neste sentido, o Movimento Nacional da População de Rua surgiu para enfrentar os riscos na rua. E mais, para repudiar o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos humanos. Surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana.

(Instituto Pólis, 2010, p. 28)

O MNPR se identifica como um movimento popular de luta. A história do MNPR tem origem no movimento dos catadores de recicláveis porque boa parte da população em situação de rua tem na catação do lixo sua forma de sobrevivência. As primeiras associações e cooperativas de catadores foram organizadas entre os anos 80 e 90 e depois surge o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Em 2004, um episódio de violência na cidade de São Paulo, conhecido como Chacina da Praça da Sé, com o assassinato de sete moradores de rua, seguido de atos semelhantes em outras cidades do país, motivou uma grande mobilização popular que culmina na criação do Movimento Nacional da População de Rua em 2005.

[...] o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) nasceu do luto, das lágrimas e da comoção coletiva frente ao brutal assassinato de um grupo de pessoas que dormia na praça da Sé, coração de São Paulo, em idos de 2004. Noticiários nacionais e internacionais deram visibilidade aos assassinatos, comparando-os à chacina da Candelária. Lágrimas, flores, homenagens coletivas e um luto que se transforma em luta para grupos religiosos, militantes

e entidades ligadas aos direitos humanos. Sobre as ruínas de um massacre, a insurgência do novo: um movimento social articulado por diferentes organizações sociais, instituições de acolhimento, “moradores de rua” e “ex-moradores de rua” (alguns sobreviventes do massacre da Sé).

(Lemões, 2019, p.124)

Os movimentos sociais representam a resistência ao avassalador processo de desvalorização da condição humana, da destruição da solidariedade, da degradação ambiental planetária, da massificação cultural, da negação da diversidade, da violência urbana e do campo, da desvalorização das epistemologias do sul, do racismo estrutural e do machismo opressor.

A participação organizada é um imenso desafio para uma população esmagada pelas carências materiais. Isso faz com que a luta seja mais longa e difícil, porém necessária. O poder exercido por corpos coletivos, com uma articulação vigorosa representa uma resistência ao processo de exclusão social, tornando os sujeitos capazes de assumir espaços importantes. Neste sentido, os movimentos sociais populares precisam formar redes entre si para assumir uma luta coletiva contra a exploração capitalista como projeto societário de classe.

Considerando a eficácia dessas reinventadas formas de exploração do capitalismo contemporâneo, é basilar problematizar criticamente a importância de que a pluralidade das diferentes lutas por direitos reconheça a luta anticapitalista como seu ponto de convergência, inclusive de classe. Dito ainda de outra forma: tendo como matriz o pensamento social crítico, as diferentes reflexões e ações políticas contemporâneas, seja por temáticas ou segmentos como raça ou gênero, seja por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), ou ainda o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), seja por direitos específicos ou intersetoriais por meio da organização civil, precisam fortalecer sua posição de classe, uma agenda comum de luta que se reconstitua como um poder político, uma resistência comum de luta anticapitalista.

(Nobre et al, 2019, p. 103)

Para os que estão na situação de rua, a proteção mútua é fundamental para garantir a sobrevivência. Buscam a convivência em grupos para que se sintam em condições de resistir aos seus infortúnios. Desse sentido de solidariedade nascem formas alternativas de organização. Ocupando espaços de poder político, com inserção nos conselhos de políticas públicas, o movimento do povo de rua vem alcançando conquistas inimagináveis não fosse por esse processo organizativo. Conscientes de seus direitos, as lideranças vão se empoderando e tecendo

articulações políticas, aprendendo a atuar de forma planejada na luta por estes direitos.

Se 'os esfarrapados do mundo', organizados como movimento social se constituíram como segmento de intervenção política, de gestão e de governo, as possibilidades das lutas sociais da 'Pop Rua' são fruto do planejamento estratégico que contribui com seu empoderamento político; são cientes de seus direitos e fortes na luta por efetivá-los.

(Nobre, 2019, p. 116).

A emergência dos movimentos de População em Situação de Rua no Brasil se converteu numa experiência humana de resistência coletiva ao preconceito, a miséria, a fome e a violência, tornando os sujeitos com capacidade de reclamar a adoção de medidas de proteção social, que culminou na instituição, em 2009, da Política Nacional para a População em Situação de Rua e a criação de equipamentos sociais na área da saúde e assistência social em todo país.

Para contar a história do movimento, a pesquisa recorreu a estudos, documentos públicos e, principalmente, ao que foi produzido junto à população de rua como a cartilha "Conhecer para Lutar", um primeiro documento construído com a rua para a rua, com o foco na organização das pessoas que estão nas ruas ou que possuem trajetória de rua, tendo como objetivo fortalecer a consciência política das pessoas que vivem em situação de rua.

A cartilha reúne conteúdos sobre os motivos que levam as pessoas às ruas e as violações pelas quais passam, noções sobre direitos e a importância das políticas públicas para efetivá-los. Ela traz ainda a nossa história, nossas propostas, conquistas e estratégias de mobilização. Assim, de um lado, queremos mostrar que a situação de rua é resultado de uma sociedade profundamente dividida e desigual. De outro, queremos que cada pessoa em situação de rua saiba que não está isolada. Há uma mobilização em andamento em todo território nacional. Esta luta é uma só, em todos os cantos do Brasil.

(Instituto Pólis, 2010, p. 3)

A partir da Constituição de 1988, a efervescência dos movimentos sociais no Brasil estimulou os primeiros debates sobre a população em situação de rua. Nos anos 90, a luta da população em situação de rua ganha o reforço da Igreja Católica com a criação das pastorais do *Povo da Rua* pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que assume o compromisso em desenvolver ações que

transformem a situação de exclusão em projetos de Vida para todos e a luta contra a criminalização da pobreza. Alguns episódios marcam o início da organização da população em situação de rua e sua inclusão nos debates nacionais: o primeiro deles é o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993, criado em Belo Horizonte, o *Grito dos Excluídos* a partir de 1995, esse último marcado por um conjunto de manifestações populares que ocorrem no Brasil, durante a comemoração do Dia da Independência do Brasil, para denunciar os mecanismos sociais de exclusão e propor caminhos alternativos para uma sociedade mais inclusiva. Em 1999, ocorreram seminários nacionais e o primeiro congresso do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR). No início dos anos 2000 intensificam as mobilizações do povo de rua, com a 1ª Marcha do Povo da Rua, em 2001, em Brasília e o 1º Congresso Latino-americano de Catadores de Materiais Recicláveis em Caxias do Sul (RS) em 2003 (Pacheco, 2017).

Mas foi na cidade de São Paulo que a organização da PSR começa a se desenhar de forma efetiva, tendo como marco histórico a Chacina da Praça da Sé em 2004, quando moradores de rua foram assassinados. Outros atos bárbaros semelhantes também foram registrados em outras cidades do País. A partir daí, grupos da população de rua em São Paulo e Belo Horizonte iniciaram a mobilização para consolidar o Movimento Nacional da População de Rua com apoio de lideranças religiosas e movimentos populares.

Criou-se uma onda de mobilizações encampadas pelos moradores de ruas de São Paulo e de Belo Horizonte, e a consolidação da organização deste movimento contou com o suporte dessas entidades (MNCMR e das pastorais da terra). E o dia 19 de agosto, o dia que ocorreu a chacina na Praça da Sé, ficou marcado como sendo o Dia de Luta da População de Rua. Após a fundação do MNPR, em 2004, o movimento participou do 4º Festival de Lixo e Cidadania, em 2005, evento que mobilizou vários municípios organizados e corroborou à fundação do movimento em outros estados.

(Pacheco, 2017, p. 266).

Em setembro de 2005, a história da população de rua e dos catadores de materiais recicláveis se cruzam. Convidadas a participar do 4º Festival Lixo e Cidadania, as pessoas em situação de rua de Belo Horizonte mobilizaram outros companheiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Cuiabá. Foi neste encontro

que houve o lançamento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), como expressão dessa participação organizada em várias cidades brasileiras (Instituto Pólis, 2010).

Essa organização teve momentos distintos nos estados e regiões. O movimento de São Paulo assume o protagonismo da luta e estimula os demais estados a criar movimentos locais. A região nordeste só começa a ter uma organização mais robusta na última década, ocupando espaços importantes de participação social.

Em 2009, foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua por meio do Decreto Presidencial nº 7053 e o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional (CiampRua). A partir dessa política houve a implementação de uma rede de serviços especializados para a PSR: Centros POP, Consultório na Rua e Centros de apoio psicossocial para dependentes de álcool e outras drogas.

Em 2010, o MDS estabeleceu parceria com a UNESCO para a realização do Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua, com o objetivo de formação, organização e articulação da população em situação de rua, além de contribuir para a consolidação do MNPR. Organismos internacionais e entidades de direitos humanos em parceria com entidades governamentais contribuíram na produção de cartilhas educativas e de mobilização por direitos, como um guia orientador do processo organizativo da PSR e formas de resistência, convivência e superação do olhar estigmatizado da sociedade, “[...] você pode ensinar a cidade a te enxergar com outros olhos. Dar o exemplo de um cidadão que luta e merece o seu lugar. Mesmo enquanto a cidade não te enxerga, você pode enxergá-la” (Lemões, 2019: 129), sendo o maior desafio a superação da passividade, historicamente construída, para um engajamento político ativo do sujeito.

O Movimento Nacional de População de Rua tem uma Carta de Princípio e um Regimento Interno. Isso foi importante para dar uma organicidade e orientar as

iniciativas de organização dos estados e municípios. Na Carta de Princípios do MNPR são elencados 12 princípios que devem ser respeitados tanto individual como coletivamente. Além de princípios doutrinários como apoio mútuo interno, honestidade e transparência, igualdade, escuta às bases e compromisso pessoal, a carta traz princípios políticos organizativos como democracia direta, ação direta que reforça o protagonismo da PSR na tomada de decisões, ser apartidário para garantir a autonomia e liberdade, não violência, justiça e controle social sobre as políticas de governo para coibir as propostas excludentes e higienistas.

O regimento interno do MNPR trata da organização do movimento definindo as instâncias deliberativas consultivas: Congresso Nacional, a Coordenação Nacional, as Coordenações Locais, sendo que as questões nacionais, serão deliberadas na Assembleia Geral coordenada pelos membros da Coordenação Nacional. O Congresso Nacional do MNPR é instância máxima de deliberação com a competência de apontar a linha política e as prioridades da luta do Movimento, requisitar informações a qualquer associado, determinar a continuidade, suspensão ou a conclusão de estudos ou atividades de interesse do Movimento, analisar recursos e pedidos de reconsideração, peticionar aos órgãos públicos ou privados.

Esse processo organizativo permitiu a ocupação de espaços em importantes instâncias de participação e deliberação política, como conferências, fóruns nacionais e conselhos de políticas públicas por lideranças do MNPR. Com isso a luta política em defesa dos direitos dos seus pares fortalece a representatividade das lideranças que se tornam referências locais e nacionais. Muitas lideranças não estão mais em situação de rua, já conseguiram um trabalho ou local de moradia, mas não abandonam a luta da PSR. “A gente sai da rua, mas a rua não sai da gente”, afirmam repetidamente esse compromisso. Importante destacar que o movimento não aglutina apenas aqueles que fazem dos espaços públicos local de moradia, somam-se a esses os indivíduos os que já vivenciaram essa situação e que hoje estão abrigados em moradias ainda que precárias.

A ascensão de governos democráticos populares a partir de 2003 assimilou muitas demandas da população em situação de rua e fez com que o movimento

passasse a desenvolver uma relação orgânica com o poder estatal, havendo certa cooptação do movimento com assessores e lideranças ocupando cargos públicos. Embora isso possa ter contido uma ação mais crítica do MNPR, por outro lado, proporcionou as condições de ampliar a ação do movimento e sua capilaridade no âmbito nacional.

Atualmente o MNPR tem assento no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e no Conselho Nacional de Saúde (CNS) e muitos conselhos de políticas públicas estaduais e municipais. Os conselhos de políticas públicas foram legitimados pela Constituição de 1988, são instâncias colegiadas de controle social com participação de representantes governamentais e da sociedade civil para formular e fiscalizar as políticas públicas das diferentes áreas de governo como saúde, educação, assistência social, direitos humanos, habitação entre outras. A população de rua não conseguia ter assento nesses conselhos porque não tinha uma estrutura organizacional, apesar de ser usuária das políticas públicas. Assim, as pautas da PSR eram vocalizadas por terceiros e não pela participação direta desta.

A inserção em um movimento social organizado resgata a visibilidade e a condição como sujeito político e ator social capaz de protagonizar sua história, ainda que persistam as dificuldades de participação devido ao nomadismo, dependência química e baixa escolaridade. O empoderamento conquistado com a organização política é atravessado por limites e possibilidades, sendo o processo de qualificar a participação por meio da formação o maior desafio. A apropriação de um saber e da legitimidade da fala vai além do conhecimento produzido nas capacitações e encontros, sendo a vivência na rua o elemento mais significativo para o aprendizado, ao tempo que permite uma outra lógica organizativa mais plural e menos rígida, que subverte as formas de poder instituídas no âmbito do Estado.

Se o conhecimento das leis, o funcionamento das instituições, o domínio de uma linguagem e comportamento específicos são valorados e reificados, também o é a assertiva de que a experiência das ruas conforma uma genuína capacitação política. Esse embate entre concepções de experiências que capacitam, a um só tempo afronta as pretensões interventivas do estado e enfraquece hierarquias entre linguagens e subjetividades ideais à luta política. Eis uma das facetas mais incríveis mobilizadas por militantes e apoiadores do MNPR: movimentar-se pelas querelas e contestações internas que promovem, fazendo com

que os focos hierárquicos em seu interior nunca se fortaleçam a ponto de cristalizar desigualdades no acesso aos espaços de fala, poder e visibilidade.

(Lemões, 2019, p.139)

### **3.2. Lutas urgentes e insurgentes: o enfrentamento da pandemia de Covid 19 e o direito à moradia**

No cenário da pandemia de COVID 19, a recomendação para que as pessoas ficassem em casa não fez o menor sentido para a população em situação de rua. No Brasil iniciou-se uma campanha com o slogan “Ficar em qual casa?”, uma iniciativa de coletivos que agem nas ruas e do movimento *Na Rua Somos Um* para que o poder público garanta proteção social com abrigo e alimento para esse segmento. Algumas cidades usaram a rede hoteleira para fornecer abrigo aos moradores de rua, outras fizeram parcerias entre órgãos públicos de assistência social e entidades filantrópicas para esse fim. Contudo, essas iniciativas não alcançam toda a demanda dos que vivem nas ruas e nem todas as cidades adotaram soluções efetivas para o problema. Com o avanço da pandemia, a população em situação de rua sofreu mais um risco social e sanitário, agudizando sua vulnerabilidade.

As medidas mais frequentes para enfrentamento da pandemia nas cidades brasileiras foram a adaptação dos pontos de acolhimento já existentes, a instalação de abrigos temporários destinados ao acolhimento da PSR, a angariação e distribuição de itens de higienização e alimentação, a instalação de pias em locais públicos e aluguel de quartos de hotel. Com cerca de 24 mil pessoas em situação de rua, de acordo com levantamento censitário de 2019, sendo 7 mil vivendo ao relento, a prefeitura de São Paulo não conseguiu viabilizar o contrato com a rede hoteleira, nem adotar outras formas de acolhimento, levando ativistas sociais e a Pastoral do Povo da Rua a buscar caminhos alternativos (Lucena, 2020). Essas medidas compensatórias denotam a ausência de políticas estruturantes voltadas a esse segmento populacional.

O combate à pandemia é difícil tanto para os que fazem da rua local de moradia, como também para os que vivem sob condições de moradia insegura, uma situação que não está circunscrita ao Brasil. A ONU-Habitat, agência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, faz um alerta mundial sobre a necessidade de uma frente de batalha contra a pandemia nas favelas de todo mundo. “Existem 1 bilhão de pessoas vivendo em assentamentos informais no mundo. Fontes inseguras de água corrente, falta de sabão e de álcool gel geram dificuldades para a lavagem frequente de mãos” (ONU, 2020). Aplicar as medidas de prevenção recomendadas pela Organização Mundial da Saúde neste cenário é um desafio, com o agravante de que as condições precárias de habitação favorecem a aglomeração de pessoas e de que grande parte do sustento dessas famílias vem de atividades informais, exercidas na rua, como no caso de catadores de recicláveis, vendedores ambulantes e guardadores de carro.

Graças a medidas emergenciais, observadas em alguns países europeus, como a oferta de abrigo aos mais vulneráveis durante o auge da Covid19, houve, excepcionalmente, uma queda de desabrigados (FEANTSA, 2020). Isso reforça que foram dadas respostas diferentes por governos e entidades civis a este problema. Enquanto em 2020 e 2021, agravou-se a situação de rua no Brasil, em outros países, pela ação estatal, a situação de rua foi amenizada.

As recomendações para evitar a propagação do Coronavírus não levaram em conta as condições de vida da população em situação de rua. O acesso à água que já era difícil, com o fechamento de espaços públicos, onde esses moradores costumavam cuidar da higiene pessoal, agrava-se substancialmente. As atividades de comercialização de produtos (vendedor ambulante) ou guardador de carro (flanelinhas) desaparecem com as ruas vazias, comprometendo a sobrevivência desses indivíduos. No Brasil, a pandemia provocou o aumento do contingente de pessoas morando nas vias públicas, devido a paralisação das atividades econômicas, amplificando o desemprego e a crise social que já vinha se desenhando no Brasil, agudizada pela demora da resposta governamental para

garantir uma renda mínima aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade.

Uma conquista importante do MNPR na luta contra a Covid-19 foi a aprovação no Conselho Nacional de Saúde da inserção da população em situação de rua como público prioritário para vacinação, sendo feito um trabalho de busca ativa pelas equipes dos Consultórios na Rua em todas as principais cidades do país para alcançar o maior número possível de pessoas nessa condição (Figura 7). A observação participante em dois grupos de *whatsapp* do MNPR possibilitou acompanhar a mobilização para garantia do direito a vacinação desse segmento de forma prioritária, tendo sido contemplada na quarta etapa da campanha, a partir de maio de 2021. Mesmo com o alto grau de vulnerabilidade das pessoas que vivem nas e das ruas, sem condições de fazer o distanciamento social e higienização das mãos pela falta de acesso à água, a primeira resolução do Plano Nacional de Imunização, no início de 2021, não contemplava a população de rua. Foi a luta do MNPR que garantiu que esse público pudesse receber o imunizante entre os grupos prioritários.

Durante a pandemia, onde a recomendação era permanecer em casa e a PSR não teve esse direito, acentua-se a luta pelo direito à moradia, sendo a atual prioridade do MNPR (Figura 28). A moradia segura ainda está muito distante para um grande contingente populacional que vive, em sua maioria, em condições precárias, sob risco constante, sendo o déficit habitacional no Brasil um dos maiores desafios entre as políticas públicas. A relação entre a falta de moradia e o fenômeno da população em situação de rua nem sempre foi tratada com prioridade, uma vez que as intervenções públicas, em grande parte, focam em ações descontinuadas na área da assistência social e saúde, com reforço ao estigma que a situação de rua é motivada pela drogadição e vagabundagem.

É muito comum que as pessoas em situação de rua sejam responsabilizadas pela situação em que se encontram, por suas “imperfeições” ou “falhas” de caráter. Muitas vezes também são tratadas como uma ameaça à comunidade. As práticas higienistas, direcionadas para camuflar o fenômeno, mediante massacres, extermínios ou recolhimento forçado dessas pessoas da rua, continuam presentes nos tempos atuais, nos grandes centros urbanos do

país, inclusive, conduzidas por órgãos do poder público. Essas práticas são impregnadas de preconceito e estigmatizam as pessoas a quem são dirigidas.

(Silva, 2006, p.93)

Nos últimos anos, vários fóruns de debate da PSR vêm sendo realizados com foco na conquista da moradia. Em 2013, a União Europeia firmou parceria com o governo brasileiro para implantar programas de moradia para a PSR com base nas experiências exitosas de Portugal, Espanha, França, Escócia, Irlanda e Bélgica. Em Portugal, o projeto Casas Primeiro, um dos primeiros da Europa, converteu-se na Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem Abrigo (ENIPSA) em 2008, contando com apoio do poder público, elegendo como público alvo pessoas em situação de rua com doença mental, com histórico de dependência química que vivem há mais anos na rua. Essa experiência obteve, em 2011, o reconhecimento público e premiação da Fundação Calouste Gulbenkian. Outros projetos foram desenvolvidos em Lisboa como resposta a situação de rua, sendo implementado o Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo 2016-2018 como política pública (Brasil, 2019). Esses programas de *Housing First* de Portugal e de outros países europeus tem inspirado a luta do MNPR como resposta estruturante a situação de rua.

Apesar de em 2019 a parceria com a União Europeia ter sido reiterada pelo governo brasileiro para garantir moradia à PSR, pouco se avançou no país em relação a proposta do *Moradia Primeiro*. De acordo com as informações do projeto piloto executado pelo Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua (INRua), em parceria com a Mitra da Arquidiocese de Curitiba, o Programa *Moradia Primeiro* desenvolvido no município de Curitiba (PR) teve como os principais resultados alcançados a superação da situação de rua, o acesso à moradia permanente e melhoria da qualidade de vida dos atendidos. No entanto, o projeto de Curitiba não conta com financiamento do poder público e não há na cidade nenhuma normativa que oriente os projetos de *Housing First* (Brasil, 2019). As iniciativas para garantir moradia no Brasil tem se limitado ao apoio por meio de aluguel social, sendo que esse auxílio não tem regularidade e não oferece os aportes para superação das demais vulnerabilidades sociais.

A luta pela moradia exige que os governos assumam o financiamento de programas habitacionais, garantindo que a PSR seja beneficiária como no exemplo do Programa *Minha Casa Minha Vida* (PMCMV), criado em 2009, com a construção de casas populares em todo país, um dos maiores programas habitacionais brasileiros, mas sem oportunizar as condições dos inquilinos de assumir o financiamento e a manutenção dos imóveis.

O déficit habitacional é um dos problemas que está na agenda mundial. No Brasil a luta por moradia que já vinha sendo travada pelos movimentos de trabalhadores sem teto e de catadores de materiais recicláveis, agora também é uma demanda prioritária do MNPR. Há um número significativo de pessoas que sequer imaginavam está vivendo nas ruas e quem hoje pode se sentir seguro em relação ao seu status de emprego, moradia, renda, em tempos de insegurança global? Os fluxos migratórios seja motivado pelas guerras ou condições climáticas, o aumento da pobreza, desemprego e/ou subemprego tem levado um contingente populacional cada vez maior à situação de rua. Por outro lado o processo de revitalização dos espaços urbanos com acentuada especulação imobiliária, conhecido como gentrificação, tem obrigado a população mais pobre, sem condições de arcar com a alta dos aluguéis e tributos, a desocupar seus antigos imóveis e habitar locais periféricos e extremamente precários, promovendo uma segregação urbana.

Estudo recente sobre as políticas de habitação para os *sem-teto* da Finlândia, apresenta a experiência de oferta de moradia, antes de outras intervenções voltadas para as necessidades dos beneficiários, combinada com a assistência financeira, que provém dos sistemas de benefícios sociais, na forma de subsídio para pessoas de baixos rendimentos. Essa combinação garante a sustentabilidade do programa, “resultado de uma estratégia nacional sustentada e com bons recursos, impulsionada por uma abordagem de ‘Habitação em primeiro lugar’, que oferece às pessoas que vivem em situação de rua moradia imediata, independente e permanente, em vez de acomodação temporária” (OCDE, 2020). Essa estratégia é integrada à uma rede de segurança social, que atua identificando

no sistema de serviço social do país, a falta de abrigo, condição que é ofertada primeiro, como a base para o alcance de outras necessidades como emprego, saúde e assistência familiar (OCDE, 2020). Apesar de tratar-se de um país com alto índice de desenvolvimento humano, uma realidade muito diferente do Brasil, a experiência da Finlândia deve servir de inspiração para a estruturação de programas habitacionais que sejam sustentáveis a longo prazo.

### **3.3. Dialogando com o Movimento**

Para dar conta dos objetivos desse estudo foram realizadas entrevistas online com lideranças e apoiadores do MNPR, observação participante de grupos de whatsapp do movimento e de webnários realizados durante a Pandemia de Covid19, além da observação presencial do V Congresso Nacional do MNPR. Com a pesquisa de campo buscou-se revelar a historicidade, desafios e potencialidades do Movimento de População de Rua do Brasil em se constituir um movimento contra hegemônico translocal, observada sua capilaridade loco regional, organicidade e estratégias de resistência. As rodas de conversa com lideranças do MNPR previstas no plano de estudo não aconteceram devido ao período pandêmico da Covid19. Para colmatar essa lacuna, a observação participante presencial do V Congresso Nacional do MNPR, em setembro de 2022, possibilitou conhecer as articulações, movimentações e estratégias estabelecidas durante a organização do evento, oportunizando uma aproximação “por dentro” do fenômeno. Buscou-se também identificar as articulações com outros movimentos sociais dentro e fora do país e as relações existentes com entidades e organismos nacionais e internacionais, através dos relatos dos entrevistados e levantamento de materiais de domínio público, como vídeos e matérias jornalísticas.

As entrevistas individuais foram realizadas entre maio a setembro de 2021. Sendo realizadas oito entrevistas, três apoiadores do movimento e cinco lideranças do MNPR dos estados de Alagoas, São Paulo, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. Considerando que o estado de São Paulo foi o pioneiro na organização do movimento, foi feita a opção por entrevistar duas lideranças que estiveram em

tempos diferentes nesse processo organizativo. A escolha dos líderes levou em conta a disponibilidade de contribuir com a pesquisa e o protagonismo destes no movimento. As entrevistas revelaram o perfil dos líderes, suas trajetórias nas ruas e as estratégias utilizadas no processo de mobilização e organização do MNPR. Sobre a condição dos entrevistados as cinco lideranças foram do sexo masculino. As duas lideranças femininas contatadas não responderam aos convites da pesquisadora.

Recorreu-se à pesquisa narrativa e a pesquisa por história de vida como uma forma de compreender a experiência dos sujeitos que estão na situação de rua e a percepção dos que estão em contato permanente com eles, considerando que “uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos pesquisadores” (Clandinin & Connelly, 2011, p.18).

Além das lideranças do MNPR foram entrevistados apoiadores do movimento, uma representante de uma instituição religiosa, um jornalista responsável por um jornal da população de rua e uma técnica do Ministério da Saúde que participou da Comitê Interinstitucional para construção da Política Nacional da População em Situação de Rua. Esses três entrevistados falaram sobre a relação com MNPR e expuseram suas avaliações sobre fragilidades e potencialidades do movimento. Todos os entrevistados foram identificados pelas iniciais do nome, preservando suas identidades, ainda que estes não tenham solicitado o anonimato, havendo o livre consentimento expresso de todos para publicar o conteúdo das entrevistas.

Todas as entrevistas ocorreram num formato semiestruturado, com questões norteadoras, porém permitindo a liberdade de expressão dos interlocutores. Foram gravadas via Plataforma Meet com a autorização prévia dos entrevistados. A duração média das entrevistas foi de trinta minutos cada.

As entrevistas com as lideranças revelaram dificuldades já presumidas e outras que não estavam no horizonte da pesquisadora. A falta de acesso à internet, a luta diária da sobrevivência e os compromissos com a organização da PSR eram situações previstas que exigiram remarcar dias e horários. No entanto, a descrença nos estudos sobre essa realidade e no seu potencial, aliada à incerteza sobre as intencionalidades da pesquisa levou a recusa de algumas lideranças que foram convidadas a participar.

O roteiro das entrevistas contemplou a condição do entrevistado, a trajetória, mobilização e organização. Sobre a condição do entrevistado os aspectos constantes foram: idade, sexo, cidade, escolaridade, tempo de vivência nas ruas, ocupação/profissão, vínculos familiares e comunitários, uso de redes sociais, acesso a serviços sociais. Sobre a trajetória buscou-se conhecer o caminho percorrido até a situação de rua, o processo de participação no MNPR, a visão do movimento e a relação com a PSR. Os aspectos da mobilização e organização tratam da capilaridade loco regional, estratégias de resistência, mecanismos de decisão interna, relações estabelecidas, articulações na cidade, estado, país e fora do Brasil, mudanças sociais, econômicas e políticas de maior impacto na PSR a partir das lutas do MNPR.

Nas entrevistas com as lideranças do MNPR foram relatadas situações de ruptura de vínculos familiares, desemprego, uso de álcool e outras drogas como fatores que motivaram a situação de rua. O apoio institucional por meio de serviços sociais e políticas governamentais foi citado como o meio de superação da condição extrema de vulnerabilidade social e impulsionador da organização do movimento, no entanto, há relato de situações de maus tratos em instituições de acolhimento e despreparo dos profissionais para lidar com o segmento.

O diálogo partiu inicialmente da escuta das lideranças em maio de 2021 e, posteriormente, com apoiadores, em setembro de 2021, estabelecendo uma interlocução direta com esses atores, com o reconhecimento da legitimidade da fala, de quem vivencia essa realidade. A primeira entrevista, realizada em 15 de

maio de 2021, foi com uma liderança do movimento que participou do nascedouro do MNPR, morador da cidade de São Paulo, aqui identificado como ALM. As dificuldades de conexão no dia da entrevista foi um primeiro aspecto que revelou o acesso precário a internet, situação que vai se repetir com outras lideranças. O entrevistado precisou remarcar o horário combinado devido a urgência de resolver uma necessidade básica. O desafio da sobrevivência é relatado constantemente pelas pessoas que estão no movimento, que precisa combinar a luta política com a luta diária para garantir o sustento.

ALM tem 45 anos, do sexo masculino, cursou o primeiro grau do ensino fundamental e tem 30 anos de vivência nas ruas. Morou até os 13 anos em orfanato. Relata que se formou em cozinheiro no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac e que começou a trabalhar desde os 14 anos. Vítima de violência, ficou desempregado e indocumentado, o que provocou a situação de rua pela primeira vez. “A rua é perversa. Ela não é invisível, ela é invisibilizada”, resume seu sentimento de medo e dor. Conta que frequentou muitos serviços da assistência social. Ingressou no MNPR desde sua criação, estando na luta logo após o episódio conhecido como a “Chacina da Sé” em 2004, que impactou a PSR que vivia no centro da cidade de São Paulo. “As mortes bárbaras também ocorreram em outras cidades”, em momentos distintos, a maioria sem punição dos assassinos e sem comoção social (Figura 29). ALM narra que esse processo de organização nasceu com atos públicos organizado pela Pastoral de Rua da Arquidiocese de São Paulo, apoiado por intelectuais orgânicos da Universidade de São Paulo (USP). Esses atos reverberaram em todo país, reunindo em média 5 mil pessoas, sendo identificada a potência dessas mobilizações junto com a luta dos catadores de recicláveis. Conta que São Paulo e Minas Gerais foram os pioneiros nessa organização, com apoio financeiro e assessoria da Pastoral do Povo de Rua da Igreja Católica, junto com a luta dos catadores de recicláveis.

Sobre a trajetória de organização do MNPR, ALM relata que, além da Pastoral, houve um suporte governamental em termos de recursos financeiros e apoio técnico do Comitê Interministerial para constituir lideranças nos estados e a

realização do primeiro congresso do movimento realizado na Bahia em 2011, onde foram elaborados o regimento interno e a carta de princípios do MNPR. ALM disse que, através do apoio do governo brasileiro e da Pastoral, participou de viagens para intercâmbio de experiência, onde conheceu a realidade da PSR da Argentina, Alemanha e Inglaterra e, no contato com os moradores de rua desses países, percebeu que não tem uma organização política do segmento como o MNPR, as iniciativas se concentram em ações governamentais e ONGs. Fala que é preciso “fazer um trabalho muito forte para que a população de rua reconheça o movimento”. Apesar dos muitos problemas de conexão, houve muita disponibilidade do entrevistado para responder as questões.

A segunda entrevista foi realizada em 16 de maio de 2021 com uma liderança da região nordeste do país. O entrevistado JVTs tem 49 anos, do sexo masculino, escolaridade até o ensino fundamental, tendo iniciado o ensino médio que não foi concluído. Ingressou nas ruas aos 12 anos e com a morte da mãe teve um conflito familiar com a nova companheira do pai, relatando que foi perseguido pela madrasta e que sofreu violência doméstica. Morou em um equipamento social (instituição de acolhimento socioeducativo) até alcançar a maior idade e volta a residir com o pai e ajudar nas despesas da casa trabalhando como ambulante, relatando que outro conflito familiar o leva novamente às ruas sob condições precárias que compromete seu estado de saúde, com uma doença pulmonar que agrava mais a sua vulnerabilidade e o incapacita para o trabalho. Conheceu o movimento quando estava na rua e foi convidado para o albergue municipal de Natal (RN), resistindo a princípio porque as experiências anteriores como albergado foram de muita violação e violências. Por se tratar de uma nova gestão, aceitou retornar para a condição de albergado e conta com muito orgulho que se elegeu “prefeito” do albergue, uma iniciativa da equipe técnica responsável pela coordenação da instituição para construir a autonomia da PSR. Frequentando o Centro Pop conheceu Maria Lúcia, uma grande referência do MNPR, que veio fazer uma palestra e identificar lideranças locais durante uma ação governamental em

parceria com o Ministério Público. Nesse evento, JVTs foi eleito liderança da PSR no município.

Durante a entrevista, JVTs recita poesias e parodias, forma que costuma usar na sua comunicação. Contou que assistentes sociais e psicólogos que atuam nos serviços voltados à PSR tiveram um papel importante para o crescimento da sua militância no movimento. “De repente saí do papelão e estava num avião indo a Brasília representar o MNPR”, diz o entrevistado sobre sua trajetória, refletindo que parecia improvável está participando de conferências e conselhos nacionais, tendo acesso a espaços de poder inimagináveis. Recita o poema “Não somos lixo, nem bicho” para falar sobre o histórico do MNPR e o massacre da Praça da Sé. Citou as dificuldades de mobilização da base e que levantamento recente apontou que só 2% da PSR se insere no movimento porque “o tempo de garantia de direitos bate de frente com as necessidades da pop rua”, além da ausência da formação do segmento, do desconhecimento dos direitos e da descrença na possibilidade de mudança através da organização política. Aponta que os direitos não são reconhecidos como tal, confundidos como favor, caridade, que a luta é difícil e que as lideranças muitas vezes não tem condições de se alimentar nem como se deslocar, fazendo grandes percursos a pé para participar de reuniões e atividades, precisando de apoio financeiro para garantir a militância. Contou que em muitas situações os gestores e técnicos saem das reuniões para almoçar e o representante do MNPR fica com fome e se sentindo humilhado e envergonhado por não ter condições de pagar uma refeição. “A gente não representa mais a nós, mas um coletivo”, fala JVTs da sua militância como missão, mas que precisa garantir meios de sobrevivência dos líderes.

JVTs relata que a política nacional da PSR criada em 2009 não logrou grandes avanços nos últimos seis anos, citando que a habitação é o maior problema, mesmo nos governos populares do PT não houve muito avanço nos projetos de moradia popular para o segmento. Também fez críticas aos cursos de geração de renda que não atende as demandas da população, com oferta de cursos descolados dos interesses do segmento. Durante a pandemia a conquista

de abrigos provisórios foi importante, mas sem garantir as condições de permanência, principalmente a alimentação, deixou a PSR sob risco sanitário. Apontou o desmonte do dispositivo do SUS “Consultório na Rua”, fundamental para o acesso da PSR aos serviços de saúde. Sobre a vacinação da Covid19, o entrevistado, que é conselheiro nacional de saúde e participou ativamente da luta para garantir o imunizante para a PSR. Conta que na sua cidade a imunização da PSR foi suspensa por uma ação judicial, sob argumentação de não “privilegiar” a PSR antes de grupos com comorbidades, ao que o MNPR recorreu à defensoria pública, apresentando os riscos e vulnerabilidades desse segmento. Sobre as articulações translocais do MNPR, JVTTS relatou sobre as articulações com a ONU Habitat, com prioridade para projetos de moradia e a Red Calle (Figura 23). A Red Calle é uma iniciativa de cooperação entre Brasil, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Chile e Costa Rica com o objetivo de trocar experiências e promover o debate entre gestores públicos e sociedade civil sobre as Políticas Públicas para População em Situação de Rua e Migrantes. Essa iniciativa faz parte do programa Adelante da União Europeia que busca fomentar articulações, conhecimento e desenvolvimento sustentável da América Latina e Caribe. A pandemia provocou o adiamento de alguns encontros dessa rede que estavam programados para acontecer entre 2020 e 2021 na América Latina. No Brasil, as articulações com o MTST e MST tem se ampliado com as cozinhas solidárias e a distribuição de cestas de alimento. JVTTS encerra a entrevista com mais poesia, a última in memória a Maria Lúcia, sua referência no movimento. O “prefeito das ruas”, como é conhecido pelos seus companheiros, encontra na poesia sua melhor forma de expressão.

A terceira liderança entrevistada foi SR, realizada em 17 de maio de 2021. SR viveu a infância na área rural, oriundo de uma família de agricultores do sul do país. Foi morar em São Paulo na adolescência onde teve o primeiro contato com as drogas e a criminalidade, que identifica como mazelas urbanas, período em viveu entre o medo e o encanto pela liberdade que a rua oferece. SR é do sexo masculino, com ensino fundamental incompleto, 52 anos. Com 16 anos já se interessou por movimentos políticos, tendo vivenciado a luta do campo através do

MST e conhecendo o MNPR pela Pastoral da Rua em Minas Gerais num momento político de efervescência da participação social na primeira década dos anos 2000. Fala dos movimentos urbanos e do desafio que a Pandemia representou. Sobre a relação entre as lideranças e a base da PSR tem um sentido de trazer as pessoas para a luta e ao mesmo tempo trabalhar os direitos humanos, tendo que aprender a conversar com a rua, escutar bastante, tendo muito medo de perder a interlocução entre as lideranças e as bases. Apesar de apontar a potência das redes sociais para mobilização da PSR, esse trabalho de base precisa ser presencial, chegar em cada morador de rua e realizar a sensibilização.

SR aponta avanços como o fato de que alguns estados já terem uma política para a PSR instituída, a criação de serviços como os centros Pop e os Consultórios na Rua em todo país, existindo mais pessoas hoje que reconhecem a situação de rua e sua organização, diferente de décadas atrás, onde essa realidade era ignorada e as demandas invisibilizadas. Sobre a motivação para estar no movimento, SR diz que foi “tocado pela própria dor” e isso o impulsionou para a luta, mas que é preciso formar novos líderes, “empoderar outras pessoas” para dar continuidade ao MNPR. Conta que fez uso de muitos serviços de acolhimento institucional até conseguir acesso a moradia. Hoje, SR. atua com entidades de defesa de direitos humanos, junto aos organismos nacionais e internacionais denunciando violações e violências contra a PSR (Figura 31).

Perguntado sobre uma articulação internacional do MNPR, SR pontua que qualquer articulação que extrapola uma cidade, um estado ou um país fortalece a luta. Relatou o intercâmbio de experiência promovido pelo governo brasileiro em 2009, que oportunizou sua ida a países europeus, especificamente Londres e Paris, onde visitou albergues com estruturas excelentes, com espaço para refeitório e boas acomodações, mas que ainda assim eram albergues, estruturas “massificadoras”, onde se perdem as singularidades. Contou que circulando nas ruas dessas duas cidades europeias conheceu o drama dos refugiados ilegais, de pessoas que estão na clandestinidade, principalmente oriundos de países africanos, que evitam buscar os serviços públicos de saúde e assistência pelo medo

de serem deportados. Narrou a situação de idosos nas ruas de Paris que haviam abandonado suas casas e ido viver nas ruas pelo medo do isolamento, pela necessidade de convivência comunitária. Nessa viagem não identificou nenhuma organização própria da PSR nos países europeus visitados. A experiência que vivenciou no Uruguai fez parte de uma iniciativa da Pastoral de Rua para uma articulação na América Latina com o objetivo de conhecer estratégias de trabalho com a PSR, chamando atenção para uma cooperativa de trabalho e geração de renda para o segmento. No entanto, conclui que ainda está longe de um diálogo internacional mais ampliado.

SR finaliza a entrevista citando os modelos dos programas de moradia no Brasil, ainda muito insipientes, sendo o modelo do Housing First criado nos EUA defendido pelo MNPR como a melhor saída ao processo de inclusão social da PSR, mas com muita resistência do poder público, cujo foco permanece nas instituições de acolhimento, embora existam diálogos entre organismos internacionais para pensar a questão da moradia (Figura 33). Como saldo “positivo” desse período da pandemia, citou a aproximação dos mais vulneráveis que se reuniram nos abrigos, nas ações solidárias, proximidade que oportunizou a criação de alguns coletivos, como o coletivo de mulheres e o coletivo da comunidade Lgbt, trazendo novas demandas para dentro do MNPR.

Na fala de SR destaca-se a preocupação com a garantia da moradia e da autonomia. A liberdade aparece como um valor inegociável e percebe-se a crítica à focalização das iniciativas governamentais em programas de assistência social que, na visão do entrevistado, não estão conseguindo responder adequadamente as demandas da PSR, apresentando soluções paliativas que não supera o risco social, nem os problemas de sociabilidade e segregação.

RM foi o quarto entrevistado em 22 de maio de 2021, 29 anos, se identifica como pessoa trans não binário, com ensino médio completo e atualmente estudando para ingressar no curso superior de Serviço Social. Contou que com 12 anos, era bailarino de um projeto social de uma grande escola de ballet da cidade,

morava num bairro periférico de Maceió e teve contato com as drogas na escola. A dependência química o levou a romper vínculos familiares. Passa a viver nas ruas, após ter vendido todos os bens da família para comprar drogas, fazendo uso de psicotrópicos e se prostituindo, até o momento que, segundo seu relato, foi “resgatado” pelo Consultório na Rua e levado ao Centro de Apoio Psicossocial para dependentes de álcool e outras drogas (CAPs AD).

RM vivenciou 38 internações em comunidades terapêuticas, mas aprendeu a lidar com a dependência química, recuperando sua autonomia, quando ingressou no MNPR. Esse ingresso começou em 2014, ao participar de uma oficina do Ministério da Saúde e Ministério Público para falar sobre uma rede de cuidados para a PSR e teve a oportunidade de ouvir a fala de uma liderança do MNPR. A partir de então foi identificando o movimento como o “seu lugar” e buscou a Redução de Danos para superar o uso das drogas e potencializar o que considera um “dom” que é sua capacidade de falar, seu senso crítico. A Redução de Danos consiste numa estratégia de saúde pública, já experienciada em diversos países, adotada pelo SUS no Brasil, que busca o controle das consequências adversas face ao consumo de psicoativos lícitos e ilícitos sem, necessariamente, interromper o uso, buscando a autonomia e inclusão social dos usuários, que gradativamente vão superando a dependência química.

O ingresso no MNPR foi precedido da participação nas conferências de assistência social (Figura 3), etapas locais e nacional e, posteriormente, liderando a criação do Fórum Estadual de Usuários do SUAS (Figura 1). Em 2016, convidado a participar do III Congresso do MNPR, passou a reunir as pessoas nas ruas, conversando nas calçadas e marquises, baseado na cartilha “Conhecer para Lutar”, sendo chamado de “louco” em querer “organizar morador de rua”. Consegue levar uma delegação de 16 pessoas a esse congresso em Minas Gerais, onde foi legitimado como liderança do MNPR.

Assumiu a presidência do Conselho Estadual de Assistência Social de Alagoas (CEAS) em 2019, com reconhecimento para além do âmbito local,

participando de eventos de âmbito nacional (Figura 4). Nesse período, como presidente do CEAS, representando o MNPR, conseguiu inserir a PSR nos programas habitacionais com casas para 288 pessoas, redução da violência contra a PSR com a investigação dos assassinatos cometidos em Alagoas, a vacinação desse público contra a Covid19 e a criação de dois abrigos para acolhimento de idosos e famílias. Relembrou as mobilizações realizadas no dia 19 de agosto (Figuras 6 e 19), Dia Nacional de Luta da PSR, com a marcha e atos públicos nos centros das principais capitais do país (Figuras 9 e 10). Conta que há uma organização interna do MNPR, onde as pessoas se filiam, submetendo-se aos direitos e deveres contidos na Carta de Princípios. A motivação maior para o ingresso no MNPR é a busca por trabalho e moradia. Na percepção de RM, a participação no movimento faz com que a PSR seja mais respeitada e tem contido ações violentas por parte do poder público, quando o morador de rua aciona as lideranças para denunciar e reclamar seus direitos de forma consciente.

Quanto as articulações translocais, RM cita a Red Calle e a busca pela efetivação de programas habitacionais inspirados no Housing First. Cita a participação de Maria Lucia Pereira da Silva no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2016, em Genebra, para discutir relatório especial sobre a falta de moradia adequada como uma violação de direitos humanos. Citou ainda a experiência vivida no Fórum Social Mundial (FSM) de 2018 (Figura 2), realizado em Salvador (BA) no espaço denominado “Quarto de Despejos”, um espaço de denúncia da condição dos sem abrigo que são despejados até das ruas, último lugar que resta para as pessoas que foram excluídas de todos os direitos de cidadania. A visita dos integrantes do Tribunal Internacional dos Despejos à regiões periféricas da cidade, promovida durante o FSM 2018, revelou a extrema pobreza existente no Brasil, sendo julgados dois processos de violação durante a sessão especial de instalação desse Tribunal. Ao final, RM revela que em muitas situações foi perseguido, silenciado e oprimido, que as comunidades terapêuticas são tolhedoras de liberdade, que gestores e técnicos por vezes tentam desacreditá-lo, mas que sua teimosia o fez resistir, que o movimento “traz luz para quem está no

fim do túnel” e provoca políticas públicas. Faz questão de “incomodar” porque o Estado tem uma dívida social. A história de RM está especialmente ligada a trajetória desta pesquisadora, que acompanhou de perto todo o seu processo de saída das ruas e envolvimento político com o MNPR.

A última liderança entrevistada foi DC, coordenador geral do MNPR, concedeu a entrevista em 24 de maio de 2021. DC é da cidade de São Paulo, do sexo masculino, 54 anos, ensino médio completo, trabalhou como corretor de imóveis, com serviços administrativos e bancários. Conta que chegou a situação de rua em 2011, após a morte dos pais, com histórico de esgarçamento de vínculos familiares, perda de emprego e uso de drogas. Na primeira noite na rua, ficou andando durante toda a noite com medo de ser vítima de violência. Buscou o serviço do Centro Pop, mas o serviço estava fechado para reforma. Na vivência de rua foi aprendendo na convivência com outros moradores de rua a sobreviver nessa situação, passando a frequentar as “malocas” na região periférica da capital e a “manguear”. DC explica que “maloca” é o nome dado aos espaços improvisados usados como moradia, embaixo de marquises, viadutos, praças e prédios abandonados, mobiliado com papelões colchões velhos e cobertores, as vezes com alguns utensílios de cozinha e um fogareiro. “Manguear” é uma estratégia de contar estórias, inventadas ou verdadeiras, para sensibilizar as pessoas e conseguir alguma ajuda financeira. No período em que estava morando nas ruas, fazia trabalho informal no mercado, descarregando mercadorias, conseguindo algumas vezes alimentação no local.

DC levanta a hipótese de que poderia ter se adaptado a uma instituição de acolhimento, caso tivesse recebido atendimento no Centro Pop logo que começou a viver na rua. No entanto, relata que o modelo de albergues públicos em dormitórios coletivos é muito insalubre, sendo comum a presença de pragas, como pulgas e percevejos e a contaminação por doenças respiratórias, principalmente a tuberculose. Por essa razão, conta que preferiu ficar nas malocas do que ficar albergado, apesar da insegurança e instabilidade, tendo que fazer mudanças constantes e carregar seus pertences durante todo o dia ou guardando “suas

coisas” no Centro Pop. Relata que na rua, apesar das dificuldades e privações, sentia “uma certa paz” porque se “desiluiu de tudo”, “fugiu dos problemas familiares, das cobranças”.

O entrevistado conheceu o MNPR numa reunião de formação promovida pela igreja católica, mas não recorda-se da irmandade. Com apoio das assistentes sociais do Centro Pop começa a frequentar várias reuniões. A partir dessas reuniões, foi tendo contato com pessoas na sua mesma condição que estavam se organizando por direitos, atores que já vinham nessa luta. Através do MNPR começou a ter acesso a novas pessoas e redes, aos órgãos de justiça como Defensoria Pública e Ministério Público, somando forças para encontrar uma saída das ruas. Conta que esse movimento “abre um horizonte” para “romper um círculo [de vulnerabilidade] que parecia não ter fim”. Em 2016 foi eleito para a coordenação nacional do movimento no Congresso do MNPR em Belo Horizonte.

Sobre o histórico do MNPR, DC relata que, embora houvesse algumas iniciativas de mobilização desde o início dos anos 2000, foi a partir de 2004 que “nasce o desejo da população de rua de se organizar”, com uma proposta política, rompendo estigmas e preconceitos sobre a incapacidade desse segmento de liderar um movimento, culminando com a criação da Política Nacional da População em Situação de Rua em 2009. Quanto à relação das lideranças com o segmento é construída usando a própria experiência, por meio de formações que buscam instrumentalizar a luta. Conta que existe um entendimento dentro do movimento que é preciso que os líderes estejam bem cuidados para que possam “cuidar dos seus parceiros”, ou seja, não estejam sob dependência química, tenham autonomia e “controle de sua vida”, falando da Carta de Princípios que exige dessas lideranças um comportamento ético, de respeito e compromisso com o segmento. Fala da instância de deliberação máxima do MNPR, o congresso nacional, que é precedido de encontros preparatórios, com assembleias municipais para eleger representantes para que, na etapa estadual, sejam escolhidos os participantes do congresso e elaborado um relatório com as discussões locais e questões que farão parte da programação deste (Figura 8).

De acordo com o entrevistado, os coordenadores do MNPR de cada estado da federação, que foram eleitos durante os congressos, fazem reuniões mensais e, quando necessário, quinzenais, utilizando as redes sociais para este fim. Além das reuniões, os encontros de formação via internet viabilizam a participação de todas as regiões do país, oportunizando que mais pessoas possam se qualificar.

Quanto à questão da habitação, DC disse que o MNPR prioriza o desenho do Programa Moradia Primeiro, existindo algumas iniciativas que estão sendo implementadas pelo Instituto InRua, entidade com expertise no trabalho com a PSR, que tem o objetivo de proteção e assessoramento a PSR, promover e “potencializar o acesso a políticas e serviços públicos estruturantes para este grupo populacional, de forma a garantir-lhes o atendimento adequado à satisfação de suas necessidades para a existência digna” (site inrua.org). Falou das articulações com outros países que estão em construção, destacando a *Red Calle* na América Latina e a *Arts & Homelessness International* na Inglaterra, esta última parceria iniciada durante a Olimpíada Cultural do Rio de Janeiro em 2016, uma organização da sociedade civil financiada por fundações internacionais que se concentra no fortalecimento de projetos existentes e novos projetos, com foco na conscientização sobre o papel das artes no apoio a população de rua e no desenho de políticas públicas.

DC finaliza contando sobre a mudança do perfil da PSR e a participação feminina no movimento, reconhecendo o crescimento e a força das mulheres no MNPR em diferentes instâncias políticas, na defesa de direitos humanos, lembrando que a maior liderança brasileira Maria Lúcia Pereira, hoje falecida, foi a principal responsável por levar o debate sobre a “situação de rua” para a Comissão de Direitos Humanos da ONU em contraponto com o reducionismo da expressão “morador de rua”. Sobre o espraiamento do movimento para além das fronteiras, acredita que isso já vem acontecendo, “caminhando aos poucos” e que ingleses e sul americanos com quem teve contato ficaram admirados com a organização brasileira “da rua pra rua”, com a adesão do Caribe e América Latina ao dia de Luta da PSR, 19 de agosto, um marco na resistência do movimento no Brasil.

Todas as lideranças entrevistadas foram do sexo masculino, sendo que uma liderança identificou-se como não binário, todas com histórico de ruptura de laços familiares ou comunitários, alguns com histórico de dependência química, estando essa condição em estágio de superação ou em processo de redução de danos. Atualmente essas lideranças não moram na rua, mas guardam estreita relação com ela, repetem como um mantra que “saí da rua, mas a rua não saiu de mim”. Estão vivendo em moradia própria ou alugada, recebendo auxílio moradia ou beneficiado por programa de habitação popular. Parte desenvolve alguma atividade laboral remunerada ou estão recebendo benefício de transferência de renda.

Foram contatadas duas lideranças do sexo feminino para as entrevistas. Após muitas tentativas sem êxito, as negativas revelaram dificuldades em conseguir conciliar o tempo de dedicação ao movimento, os cuidados com os filhos e a luta pela sobrevivência diária. Também nas ruas reproduzem-se as relações patriarcais, onde o cuidado com os filhos fica na responsabilidade das mulheres e a presença delas no movimento trouxe a presença de crianças (Figura 30). Observa-se a necessidade de incluir nos eventos do MNPR atividades e cuidados para o público infantil. O direito à maternidade, a proteção e a guarda das crianças fazem parte de um novo debate que vem sendo suscitado.

Ao falar da participação da mulher no MNPR é a figura de Maria Lucia Santos Pereira da Silva, militante baiana, falecida em 2018, que destaca-se como referência, sendo citada por todos os interlocutores. Por sua atuação na área dos direitos humanos na capital baiana foi reconhecida cidadã soteropolitana pela Câmara de Vereadores de Salvador em 2016. Fundadora do Movimento de População de Rua da Bahia, coordenadora nacional do Movimento Nacional da População de Rua e Conselheira Nacional de Saúde, Maria Lúcia vinha encampando a criação de um banco de dados sobre a PSR que pudesse subsidiar a definição de prioridades para esse grupo populacional. Sua partida precoce deixou um vácuo no movimento, principalmente pela interlocução construída com o Conselho de Direitos Humanos da ONU (Figura 26).

Os relatos das lideranças confirmam as dificuldades de organizar o segmento pelo alto grau de vulnerabilidade, itinerância, perda de autonomia e desesperança. Como organizar um segmento que passa fome, que não tem aonde morar? A resposta às necessidades básicas é a preocupação de todas as lideranças entrevistadas. Também a invisibilidade social enquanto a falta de reconhecimento sofrida por esses sujeitos, discutida por Paul Ricoeur (2004), impacta na autoestima, no descrédito da pessoa em si mesma, esvaziando sua capacidade de reagir e resistir. O desencaixe social e nomadismo da PSR foi observado nos estudos de Frangella (2004), que apontam as diversas formas de sociabilidade construídas diante de ambiguidades inerentes a condição de viver nas ruas. Ainda assim, impressiona a capilaridade que o movimento vem alcançando, com organização em todas as regiões do país, com assento em conselhos de políticas públicas, com interlocução com órgãos de justiça, ONGs e organismos internacionais. O enfrentamento coletivo às questões sociais, via processos organizativos, apresenta-se como uma alternativa aos “desfiliaados”. A participação do movimento na criação de serviços públicos específicos de saúde e assistência social em alguns estados brasileiros é uma evidência do empoderamento que vem sendo conquistado aos poucos (Figura 25).

A questão da violência esteve nas falas e na vivência de todos os entrevistados. Nas grandes capitais brasileiras o processo de higienização tem sido mais ostensivo, com a ação de policiais militares e guardas municipais, que, sob a desculpa de combater o tráfico de drogas, agem de forma violenta com a PSR, destroem os seus poucos pertences e os expulsam das regiões que já haviam criado algum laço de sociabilidade. Há um veemente protesto das lideranças do MNPR quanto a acusação de serem traficantes, pois quem trafica movimenta recurso financeiro, tem acesso a bens de consumo, não mora nas ruas, mesmo que usem as ruas para circular sua mercadoria. Quando muito, a população em situação de rua está na condição de usuário, com uma situação de dependência química que deve ser tratada como uma questão de saúde e não como caso de polícia.

Nos meses posteriores, a pesquisa buscou identificar apoiadores entre uma rede de profissionais que se formou em todo país, que se compõe desde profissionais dos serviços prestados à PSR, pesquisadores da área, religiosos, voluntários e militantes de direitos humanos. A pesquisa com os apoiadores buscou conhecer como foram criadas as relações destes com a luta da PSR e a avaliação das potencialidades e limites do MNPR. Os entrevistados têm em comum o envolvimento com a organização do movimento desde as primeiras iniciativas, com atuação em ONGs, instituição religiosa e representação de governo. Esses interlocutores foram considerados na pesquisa pela possibilidade de apresentar um outro prisma de análise, um ‘olhar de fora pra dentro’, a partir da percepção de quem esteve na construção do movimento, mas que não é da rua, não vivenciou a situação de rua, mas tem ‘lugar de fala’. Ainda que se considere que as pessoas podem falar mais a respeito de situações que experienciam do que aquelas que as estudam, os apoiadores em questão mantêm relação orgânica com o MNPR.

A primeira entrevista com os apoiadores, em 3 de setembro de 2021, foi com MFM, psicóloga que atuou no Ministério da Saúde com ações para a população de rua dentro da pasta, integrando o Comitê Interministerial que agregava representantes da PSR na construção das bases da Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída em 2009, por decreto presidencial. Inicia a entrevista dizendo que para conhecer essa realidade, um “primeiro exercício” foi se “despir de credos e convicções” sobre o morador de rua. Participou da criação de um comitê técnico dentro da saúde envolvendo os departamentos de Atenção Básica, Vigilância Sanitária, Saúde Mental, entre outros que estavam envolvidos com a população de rua. Realizou oficinas em todo país com equipes de saúde, direitos humanos e segurança pública, trabalhando o acolhimento e o cuidado com a PSR, fazendo em paralelo uma capacitação de lideranças com as pessoas em situação de rua. Nessa experiência relata as lições que aprendeu com a rua, como a necessidade de criar vínculos, de respeitar o tempo das pessoas. Aprendeu que não se podia falar pela rua. Pelo vínculo criado, mesmo tendo se desligado do Ministério da Saúde, continua acompanhando o MNPR.

Como membro do Comitê Técnico da Saúde participou da organização do primeiro congresso do movimento, já no segundo a participação foi só no financiamento e o terceiro congresso foi uma iniciativa do movimento, o que considerou uma vitória pela autonomia que o MNPR tinha alcançado. Relatou que em uma das oficinas de lideranças teve um imprevisto com o local que estava programado e terminou por fazer na própria rua, o que se converteu numa experiência singular por desafiar os limites impostos pela institucionalidade e reconhecer que esse é o espaço legítimo para alcançar o segmento.

Afirma que “foi crescendo junto com o movimento”, apesar de constatar que nos últimos anos houve um desmonte muito grande das políticas públicas, mas as “sequelas” não conseguiram “parar o movimento”, que segue resiliente, conquistando adesões, com núcleos em todas as regiões do país (Figura 20). “O Brasil é o único país do mundo com uma política nacional para o povo cigano e para a população de rua”, o que, segundo MFM, representa um avanço singular, ainda que, nos últimos anos, se observe um aumento de pessoas morando na rua fruto do desmantelamento de dispositivos sociais criados para atender a esse público (Figura 24).

Quanto as diferenças regionais da organização do MNPR, avalia que onde impera uma “cultura colonizadora”, como na região sul do país, se torna mais difícil. Com uma carga de preconceito muito forte contra o segmento. Também na região Norte, por ser mais isolada e com dificuldades de acesso por sua extensão territorial, há muitos obstáculos ao avanço dessa organização. Considera a região Nordeste com um grande potencial de mobilização. Sobre a relação com outros movimentos, MFM conta que inicia com o movimento dos catadores de recicláveis, com alguns conflitos no início, mas que foi sendo construído o diálogo a partir do reconhecimento das identidades de cada um. Pelo afastamento do Ministério da Saúde não vem acompanhando esse momento em que está se construindo interações com entidades internacionais, mas enxerga muita potência nessa relação. Lamenta que os materiais que foram construídos e indexados no hot site da saúde foram apagados pelo governo que assumiu a partir de 2018, havendo

uma perda de parte do acervo e da memória do que foi produzido nas oficinas e capacitações com a PSR.

A entrevista de MFM revela os prejuízos da descontinuidade de políticas que foram construídas para a PSR e reforça o quanto o MNPR precisa se fortalecer para o enfrentamento de recuos e medidas governamentais que atropelam suas demandas. Antes da instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua já existiam ações do Estado e da sociedade civil, mas o foco era assistencialista ou higienista, sem um reconhecimento dessas pessoas como sujeito de direitos. A criação dessa política representou um marco na luta da PSR com a formação de lideranças e ampliação de canais de participação pol. Com as rupturas que foram provocadas no âmbito governamental quanto a legitimação de direitos humanos para as pessoas de rua, apresenta-se um longo caminho a ser trilhado para que a sociedade os enxergue e estabeleça relações mais horizontais e solidárias.

MCB foi a segunda apoiadora entrevistada em 11 de setembro de 2021. Religiosa, coordenadora da Pastoral do Povo de Rua, organismo da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) da Igreja Católica, cuja atuação tem reconhecimento nacional pela luta em defesa da PSR (Figura 32). A relação de MCB com a população de rua é anterior a constituição do movimento, iniciada nos anos 2000 com os catadores de materiais recicláveis. Na época, a pastoral propôs ao governo local a criação de serviços de acolhimento institucional, abordagem social, a bolsa moradia e um centro de referência para a PSR. A pastoral organiza o primeiro congresso de catadores de recicláveis em Brasília, convidando pessoas em situação de rua, realizando no final uma marcha bem representativa, inclusive com a presença de Maria Lúcia Pereira. No Festival Lixo e Cidadania de 2004 em Belo Horizonte, diante da Chacina da Sé, a PSR já sinalizava a necessidade de criar um movimento, que foi lançado no ano seguinte em 2005. Nesse período houve o apoio financeiro e técnico para a organização do MNPR, inicialmente através de um fórum que agregava representantes da PSR e entidades apoiadoras. Diante disso, estabeleceu-se um vínculo forte com o movimento, sempre na

perspectiva da construção da autonomia e fortalecimento desse segmento populacional. Lembra que devido sua complexidade, a elaboração da política para a população de rua que estava inicialmente prevista para ser construída em três meses, só foi concluída em três anos. Atualmente não tem uma relação orgânica com o movimento, mas uma relação fraterna que até os dias de hoje permanece.

Na avaliação de MCB, o movimento ganhou um lugar político e hoje é um sujeito social potente diante do anonimato social que existia. Com o crescimento pessoal e social, com as lideranças tendo um reconhecimento político, tanto individual como coletivo. “É um ganho social, [...] um grupo que vai contra um sistema, que protagoniza esse espaço, que promove mudanças”. Como conhecedora dos movimentos na América Latina não identifica um movimento com essas características. Como grupo populacional conquistou um protagonismo ao assumir assento nos conselhos de políticas públicas. Por ser um movimento novo ainda apresenta fragilidades na organização, carecendo de uma formação política mais consistente, se mobilizando em torno de pautas específicas. Há conflitos internos que considera que podem ser superados com o amadurecimento do movimento. Pela violência enorme que sofreram e sofrem em todos os aspectos da vida: física, psíquica, moral e patrimonial, surpreende a capacidade de mobilização desse segmento, “com muita ousadia”.

Sobre a relação com outros movimentos, MCB não vê tantas articulações significativas, reconhece que há resistências quanto a participação do MNPR, o preconceito em “disputar com aqueles maloqueiros”. Apesar do MNPR ter nascido no interior do Movimento dos Catadores de Recicláveis, esses dois movimentos se desenvolvem de forma independente, a não ser quando os catadores também tem uma história de rua. Com movimento de moradia, que deveria ter uma proximidade maior pela identidade da questão social, não se observa muitas lutas conjuntas, havendo algumas aproximações pontuais. Reflete “que as ruas deixa suas marcas e isso se reflete no movimento”. Quanto as articulações internacionais, apesar do envolvimento com a Red Calle, as diferenças linguísticas criam barreiras. Cita algumas iniciativas de aproximação com a América Latina, mas considera que

ainda é muito frágil, com a participação de lideranças do MNPR, mas sem uma relação orgânica.

No final da entrevista, externa sua preocupação com as ausências de representantes da PSR às reuniões do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP Rua). Reconhece que a pauta do MNPR está centrada no Programa Moradia Primeiro, mas que esse programa não está sendo conduzido de forma clara pelo governo até o momento. Está promovendo, via pastoral, reuniões para pensar sobre qual moradia atende as demandas da rua, um projeto sustentável de habitação que considere as especificidades desse público.

A entrevista de MCB reforça o importante papel da Pastoral do Povo de Rua enquanto entidade não governamental que atua sobre questões urbanas, intervindo nas mazelas e ausências do Estado brasileiro. A presença da Pastoral no apoio financeiro, assessoria técnica e assistência direta é reconhecido por todas as lideranças como fundamental no início do processo de organização do movimento e continua sendo. A ação da Pastoral durante a pandemia de Covid19 foi muito efetiva, articulando ações solidárias e mobilizando órgãos públicos para o acolhimento da PSR, assistência social e serviços de saúde. Segue uma linha progressista da Igreja Católica que busca um processo de autonomia e emancipação humana, sem condicionalidades religiosas e ou exigências confessionais. Atuando na área dos direitos humanos, há relatos de vigários do povo de rua que são ameaçados e hostilizados por setores mais conservadores da sociedade e da própria igreja. O caso mais eloquente é o do Padre Júlio Lancelotti, vigário da paróquia de São Miguel Arcanjo no bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, vítima de ameaças constantes.

O terceiro entrevistado foi APC, jornalista de um dos mais importantes jornais que veicula matérias sobre a PSR no país, com 30 anos de fundação. A entrevista foi realizada em 15 de setembro de 2021. Aproxima-se da realidade da rua, sob a influência de padres holandeses que atuavam numa favela em Brasília e,

posteriormente, em São Paulo, através da OAF, Organização de Auxílio Fraternal, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos com o objetivo de acolher pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. A experiência proporcionada pela OAF foi um projeto que envolvia uma “sopa comunitária”, compartilhada com os moradores de rua, que se abrigavam embaixo de um viaduto da periferia de São Paulo. Esse projeto envolvia muita solidariedade desde o preparo, a distribuição da sopa e uma roda de conversa sobre os problemas cotidianos e formas de enfrentamento, “uma utopia, as pessoas não acreditam que num espaço de violência possa se construir algo assim, [...] uma contradição naquela realidade”. A partir dessa vivência se estruturou um centro comunitário que favoreceu uma organização desse grupo, que vai ocupando casas ao redor que estavam abandonadas. Neste centro comunitário eram trabalhadas a formação das pessoas, com uso de recursos audiovisuais, deixando de ser um centro de distribuição de comida para ser um centro de direitos humanos.

APC lembra que em 1989, com eleição da assistente social Luiza Erundina para a Prefeitura de São Paulo, foi inaugurada a ideia inicial de políticas públicas para a PSR, com a criação de casas de convivência. São Paulo foi a primeira capital a instituir uma lei específica para esse segmento, a Lei 12.316 de 1997, considerada emblemática porque é a primeira a criar um marco regulatório para serviços, programas e projetos voltados à população em situação de rua. A ação de Dom Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, junto a igreja católica estabeleceu um compromisso da igreja com a PSR, que posteriormente veio a instituir a Pastoral da Rua. Relata como marco do surgimento do movimento, os atos que sucederam pós o episódio do “Massacre da Sé”, como ficou conhecido uma série de atentados violentos contra pessoas em situação de rua da Praça da Sé, na cidade de São Paulo, entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004. Citando o fato dos moradores de rua terem se amarrado numa corrente na praça, num forte simbolismo que ficou registrado na história do movimento, “uma semente plantada que explodiu”.

O entrevistado lamenta que, mesmo nos governos populares de Lula e Dilma, não tenha se investido mais na organização da PSR, concentrando

iniciativas na área da assistência social com atendimento das necessidades básicas, motivado talvez pelo “não conhecimento das suas potencialidades”. Acredita que não vai adiantar fazer cursos de capacitação, construir abrigos ou casas sem garantir outros aportes sociais. Para ele, os congressos do MNPR contribuíram para o crescimento do movimento, com mais autonomia e poder de decisão, inclusive, com “o direito de errar” na definição de suas prioridades.

“A partir de onde eu olho, eu vejo que o movimento tem muitas potencialidades”, mas sem o fortalecimento do movimento não haverá uma transformação significativa da situação de rua, diz APC. No entanto, reconhece que essas “potencialidades sempre enfrentam as dificuldades, uma das dificuldades é que população de rua é uma pessoa que não tem nada, foi retirada sua dignidade [...] e qualquer possibilidade de se reconhecer a si mesmo”, sendo a sobrevivência dessas pessoas o maior desafio, “esse esvaziamento da pessoa dificulta a organização do movimento”. Comparando com outros movimentos, fala de um trabalho de fotografia que realizou com pessoas de rua e pessoas do Movimento Sem Terra, tendo como resultado diferenças de postura entre a PSR e os integrantes do MST, esses últimos apareciam mais ativos e a PSR aparecia “sempre de cabeça baixa, sempre envergada”, porque sua realidade é “sem expectativa, sem esperança”. Com isso, acentua a importância de empoderar a PSR, tornando-a ciente do seu lugar histórico como sujeitos políticos.

Outro desafio identificado por APC é a formação de novos quadros, renovando e ampliando as lideranças. Também evidencia que é importante saber sobre a adesão em termos da quantidade de membros, qual a rotatividade, “porque as vezes a pessoa entra com uma expectativa e quando chega (no movimento) ela percebe que não é nada daquilo, que vai continuar morando na rua, que vai continuar passando fome”. Avalia que falta solidariedade de outros movimentos, apoiar mais, criar fundos para garantir sustentabilidade para esse grupo populacional. Enxerga que os movimentos de moradia têm resistências em relação a PSR, porque há um desconhecimento, uma visão preconceituosa, tem gente que pensa “eu também sou pobre, mas eu lutei, eu tenho minha casinha, essa pessoa

nem lutou, é um vagabundo”. Geralmente nas ocupações surgem conflitos com a PSR, porque não conseguem se adaptar, não entendem as regras. Também as lideranças dos movimentos de moradia não conseguem lidar com os que são da rua, reclamam que “o quarto é uma bagunça, uma sujeira”, revelando que o processo de sociabilidade precisa ser construído a partir das singularidades e limitações. Em São Paulo há uma proliferação muito grande de movimentos e há um “personalismo”, centralizado nas lideranças, um movimento de “uma pessoa”. Há dificuldades de diálogo, não há uma auto avaliação. Poucas ações são construídas coletivamente.

APC se define como um parceiro que busca não interferir na autonomia, sem tutelar a PSR. Lembra de Maria Lúcia Pereira como uma potência que chega até as reuniões da ONU, fala da eloquência de outras lideranças, de como causa espanto da sociedade perceber o conhecimento que esses líderes tem de si e do mundo. Em um encontro na Alemanha, relata a surpresa dos participantes de que no Brasil haja esse diálogo direto com a PSR. No Chile, em março de 2019, participando de um intercâmbio de experiência, a presença da população de rua fez a diferença. Na Argentina há uma experiência de albergues auto gerenciados, um projeto em que a própria PSR cuida da organização do abrigo. No Uruguai há uma organização que nasce na Universidade de Montevideo, o coletivo “Ni todo esta perdido”, com “outra pegada cultural”, usando a poesia, a música, o teatro como forma de inclusão.

Termina a entrevista refletindo que as entidades governamentais e não governamentais devem limitar cada vez mais a sua interferência na articulação do movimento com outros países, principalmente na América Latina, acreditando que mais cedo ou mais tarde o movimento vai se espalhar, superando as dificuldades de comunicação e os custos de deslocamento. “Há uma sementinha plantada” para após a pandemia isso vir acontecer. Enxerga como muito positiva a preocupação do MNPR com a formação, assim como o diálogo com o poder judiciário, os encontros descentralizados, as lives, as articulações com a academia, com o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Nessa última entrevista fica evidenciado que a luta pela sobrevivência é um grande desafio para o crescimento e fortalecimento do movimento. Coincidentemente, já na primeira entrevista, a liderança do MNPR relata a dificuldade de agendar a conversa devido a urgência de resolver o problema do gás de cozinha. As lideranças femininas contatadas também alegaram não conseguir disponibilizar esse tempo devido a corrida diária para garantir o sustento da família. As experiências com políticas públicas pouco efetivas que não dão conta da superação das vulnerabilidades, por vezes até agravando os riscos, levam a um processo desestruturante que mina as forças do indivíduo que não consegue persistir na luta. As políticas higienistas são um exemplo de como as dificuldades se aprofundam, quando há a desterritorialização desses indivíduos, que obrigados a desocupar espaços públicos em que já tinham construído laços comunitários e relações de autoproteção entre eles, se veem vagando pela cidade, sem nenhum lugar de referência.

Sobre a relação do MNPR com outros movimentos sociais, os entrevistados relatam as dificuldades de se construir relações mais orgânicas e resistências na convivência com pessoas de rua, cujos modos, comportamentos, condutas se chocam com a “civildade”. Aliado a isso, a individuação, enquanto projeto do capitalismo global, afeta a construção de relações mais solidárias e gera o temor de que, ao partilhar os ganhos pode-se perder o pouco que foi conquistado. Como observa Santos e Carneiro (2008), os movimentos sociais enfrentam a criminalização, a perda de seu papel de contestação do sistema, negação de conflitos, disputas de espaço e o esgaçamento das relações sociais, fruto do modelo de “solidariedade” neoliberal, centrada na refilantropização do enfrentamento da questão social. Obscurecendo as diversidades das práticas sociais, cooptando lideranças e instrumentalizando o papel dos movimentos sociais, a governação neoliberal busca fragilizar seu poder de contestação e mobilização. Nos relatos das lideranças e apoiadores revela-se situações em que o MNPR sofre os efeitos da criminalização e da deslegitimação de suas demandas.

A construção de articulações translocais foi iniciada com o intercâmbio de experiências com países da América Latina e Europa. Mas essas articulações veem sendo patrocinadas por iniciativas governamentais e de entidades da sociedade civil, com a participação de poucos representantes da PSR e enfrenta limitações tanto pelas diferenças linguísticas como por problemas de financiamento, considerando os custos de deslocamento, hospedagem e alimentação. As redes sociais são importantes ferramentas na construção dessas pontes, mas, para a maioria da PSR que participa do movimento, falta ainda a fluidez na comunicação e conhecimento das realidades de outros países, as particularidades de seus processos organizativos, havendo a dependência dos apoiadores para destravar essas articulações.

O debate sobre a autonomia dos movimentos em relação ao Estado e mercado vem se reconfigurando no sentido de ampliar a participação dos movimentos no controle social de maneira efetiva e não apenas formal, fomentando a articulação em rede com outros movimentos sociais, que transcendam a sua intervenção local e pautas específicas. Surgindo o desafio da inteligibilidade, apontada pelos entrevistados, ao pontuar as dificuldades comunicacionais e cognitivas no estabelecimento das relações translocais do MNPR e, ainda, da falta de compreensão e aceitação da dinâmica e características próprias da população em situação de rua pelos outros movimentos. Recorrendo ao trabalho de *tradução* sugerido por Boaventura de Sousa Santos, Carneiro (2008 apud Sousa Santos 2006) observa que

Para este autor 'o potencial anti-sistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos sociais, com suas formas de organização e os seus objetivos. Para que esta articulação seja possível é necessário que os movimentos sociais sejam reciprocamente inteligíveis' [...] 'O trabalho de tradução visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos sociais e as diferentes práticas, de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles' (p.127).

### **3.4. As redes e as ruas**

O MNPR tem se valido das tecnologias da comunicação para avançar na sua organização. Cabe reconhecer que o avanço da tecnologia informacional,

impulsionado na esteira da globalização, vem favorecendo as interconexões entre o local e o global, com a construção de potentes redes solidárias, ainda que a acessibilidade as ferramentas da internet sejam desiguais e que as consequências da hiperconectividade sejam preocupantes, não se sabendo ao certo a extensão dos possíveis danos.

A observação participante de dois grupos de whatsapp, um grupo local e um grupo regional, oportunizou a percepção de situações cotidianas, movimentações e as articulações que as lideranças do MNPR e apoiadores vêm fazendo para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais e adversidades que a conjuntura impõe, como o desmonte de políticas públicas e aumento da fome e da pobreza. Para fins da pesquisa, as anotações da observação participante resgataram os registros a partir de 2020. O grupo local foi criado em 12.06.2016, mas foi no período da pandemia que se observou maior interação entre os membros. Esse grupo conta com 105 participantes entre lideranças do MNPR local e apoiadores representantes de órgãos públicos do poder executivo e legislativo, representantes de movimentos sociais, trabalhadores dos serviços voltados a PSR, conselheiros de políticas públicas, religiosos, ativistas de direitos humanos, comunicadores sociais e militantes de partidos políticos. O grupo regional formado por 9 estados da região nordeste do país foi criado durante a pandemia em 16/12/2020 e conta com 45 participantes. Tem caráter mais restrito à organização interna com predominância de lideranças do MNPR dos estados da região e a presença de apoiadores entre intelectuais orgânicos e ativistas de direitos humanos.

Os dois grupos de whatsapp usam as redes para denúncias de violações, comunicação das atividades e mobilização para a luta. O grupo local tem mais mensagens de cunho religioso e um maior número de mensagens do coordenador do MNPR do estado. Nesse grupo tem muitas postagens solicitando apoio para situações emergenciais como compra de botijão de gás, alimentos e agasalhos. Há postagens de situações pessoais compartilhadas no grupo que são acolhidas pelo sentimento de pertencimento a uma comunidade. Nessas situações recorre-se a ações de caridade e filantropia, “vaquinhas virtuais” e o acionamento dos órgãos

públicos. Nas situações de violações e violências há uma comunicação direta com membros de entidades de defesa de direitos humanos que também fazem parte do grupo. Em menor número há postagens ofensivas ou desconexas que são deletadas pelo administrador. Também se tornou um espaço para expressão de dores da PSR, como também de conquistas pessoais e coletivas.

No grupo regional as postagens são de cunho mais político e mobilizador. Nesse grupo foi possível acompanhar a mobilização pela inclusão da população em situação de rua no Plano Nacional de Imunização contra a Covid19, impulsionado pela presença de um representante do MNPR no Conselho Nacional de Saúde. Por meio da observação do grupo foi possível acompanhar o processo de vacinação e da busca ativa da PSR nas cidades. Em meados de maio, foram divulgados os primeiros mutirões de vacina da PSR, com o suporte dos Centros Pop e Consultórios na Rua. A abordagem social a PSR para a vacinação contou com o trabalho dos profissionais, mas também das lideranças que construíram essa ponte para aceitação do imunizante. Para conseguir alcançar o maior número possível de PSR foram realizados cadastros na plataforma ConectSUS, o que também permitiu alcançar os indocumentados, considerando a exigência de documentação pessoal para a aplicação da vacina. Muitos foram os relatos da PSR sobre a oportunidade que a vacinação trouxe para acessar um emprego, mesmo no campo da informalidade, uma vez que tanto a indústria como o comércio, a construção civil e os serviços domésticos passaram a requerer o cartão de vacina como condição à contratação de pessoas.

Nos grupos de whatsapp são também veiculadas informações sobre direitos da PSR e orientação para obtenção de benefícios, realização de cadastros sociais para recebimento de auxílios financeiros, redução de tarifas públicas, aluguel social, entre outros. São divulgados debates e seminários sobre temas de interesse da PSR, havendo estímulo a participação e engajamento nestes eventos, a maioria realizado em meio virtual, na forma de webnários. Algumas atividades formativas dialogam mais com um público mais letrado e com maior consciência política. A linguagem utilizada ainda é muito acadêmica, embora as principais lideranças do

MNPR participem ativamente das mesas de debate. Além disso, as dificuldades de acesso à internet prejudicam uma maior participação nos webnários. A formação de lideranças é discutida nos grupos, assim como a dificuldade de articular o tempo de estudo com a luta cotidiana pela sobrevivência, havendo a preocupação com a ampliação e renovação de lideranças. Nesse sentido, vem sendo divulgada a criação do Observatório da PSR e da Escola de Formação para a PSR. Desde 2013, o campus Darcy Ribeiro da Universidade Federal de Brasília em Ceilândia, iniciou a Escola de Formação Permanente para o protagonismo do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, como projeto de extensão com o objetivo de promover a formação da PSR adulta do Distrito Federal. Nessa atividade extensionista as aulas acontecem por meio de oficinas, rodas de conversa e debates e utiliza o método de educação popular de Paulo Freire, partindo do cotidiano das pessoas como a catação de lixo, comércio ambulante e atividade de “flanelinhas”.

Os dois grupos fizeram grandes mobilizações pelo Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, celebrado em 19 de agosto, com ações presenciais e virtuais em 2021 e com ações majoritariamente presenciais em 2022. Essas ações contaram com programações culturais e debates sobre os temas mais demandados pela PSR (moradia, combate à violência, segurança alimentar e saúde), mas também com ofertas de serviços como realização de exames, emissão de documentos, cadastro social, doação de roupas e alimentos. Em relação as atividades do Dia Nacional de Luta em 19 de agosto de 2022, a observação do grupo local possibilitou acompanhar as dificuldades operacionais devido à falta de apoio de órgãos governamentais e o pouco entendimento das lideranças locais da PSR face aos tramites burocráticos. A falta de cumprimento de uma formalidade junto ao executivo municipal impediu a instalação de tendas e do palco na praça onde seriam realizadas as atividades programadas. Isso gerou uma grande frustração da coordenação local do MNPR porque as manifestações culturais e debates previstos não ocorreram conforme o programado. Contudo, mesmo diante dessas adversidades, constatou-se a resiliência do MNPR que conseguiu realizar

parte das ações, contando com o suporte ofertado por serviços como o Consultório na Rua e o Restaurante Popular que garantiram a alimentação e os atendimentos de saúde.

Há postagens recorrentes sobre a violência sofrida pela PSR e os brutais assassinatos que ficam sem investigação, denunciando o descaso dos órgãos de segurança pública e despreparo das forças policiais para lidar com esse segmento. Precedidas de reuniões de articulação sobre os casos de violência (Figura 5), as mobilizações, via redes sociais, possibilitaram a realização de audiências com os Tribunais de Justiça, Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil para cobrar a apuração dos casos de homicídio e violências praticadas contra pessoas em situação de rua. A Resolução nº 425 de 08/10/2021 do Conselho Nacional de Justiça, em resposta às demandas apresentadas pelo MNPR, instituiu a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, com doze objetivos, dentre eles: assegurar o amplo acesso à justiça às pessoas em situação de rua, de forma célere e simplificada, a fim de contribuir para superação das barreiras decorrentes das múltiplas vulnerabilidades econômica e social; atuar contra todas as formas de discriminação e intolerância; monitorar o andamento e a solução das ações judiciais; propor medidas concretas e normativas para o aperfeiçoamento de procedimentos e o reforço à efetividade dos processos judiciais; promover o levantamento de dados estatísticos relativos aos números, à tramitação e outros dados relevantes sobre ações judiciais que envolvam pessoas em situação de rua; realizar processos de formação continuada de magistrados e servidores judiciários e demais órgãos do Poder Público.

Denúncias sobre violações de direitos humanos são veiculadas nos dois grupos, envolvendo, inclusive, as entidades que compõem a rede de atendimento à PSR. Sem enxergar estes indivíduos na sua condição humana, dotados de inteligência e capacidades cognitivas, na maioria das vezes, o olhar institucional se concentra nas carências materiais, o que só reproduz a visão estigmatizante e excludente presente na sociedade. Na relação que se estabelece entre a população de rua e instituições dirigidas por grupos confessionais ou filantrópicos, a exemplo

das chamadas *Comunidades Terapêuticas*, observa-se, com certa frequência, a exigência de conversão religiosa, obediência e passividade como contrapartida à oferta de alimento e abrigo, o que compromete um processo de libertação e emancipação destes sujeitos. Além disso, há denúncias de violação de direitos humanos nessas instituições, que oferecem atendimento para pessoas com problemas decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, situação em que se encontra parte da população de rua, com relatos de uso de trabalho forçado dos internos, aplicação de castigos e obrigação da frequência em cultos religiosos. “As comunidades terapêuticas se sustentam num fundamentalismo que invade todos os espaços, de forma punitiva, patrimonialista, num balé macabro” (CFP, 2018), sendo apuradas violações sistemáticas em inspeção conjunta do Conselho Federal de Psicologia (CFP), do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC/MPF), realizada em outubro de 2017, nas cinco regiões do Brasil.

A preocupação com a formação das pessoas em situação de rua é outro tema presente nos grupos de whatsapp, que utilizam as redes sociais para a realização de atividades formativas. Já no primeiro ano da Pandemia de Covid19, os seminários e encontros presenciais, que vinham acontecendo com certa regularidade, foram substituídos por uma série de webnários, protagonizados pela população de rua, com o objetivo de formação social e política do segmento e ampliação da visibilidade das lutas do MNPR na sociedade. Na condição de pesquisadora, atuando como mediadora ou debatedora desses webnários foi possível observar a capacidade de articulação, a fluidez do diálogo e o domínio dos temas abordados das lideranças do movimento com diferentes atores da sociedade, representantes de entidades da sociedade civil, órgãos governamentais e universidades.

O primeiro webnário “Controle Social e Movimento Nacional de População em Situação de Rua” foi realizado em 25 de junho de 2020, tendo como instituição promotora a Pró Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Alagoas (Prograd UFAL). O debate se deu no formato de uma mesa redonda com a

participação dessa pesquisadora, da ex reitora da Universidade Federal de Alagoas Valéria Correia, do Coordenador do MNPR da região nordeste e Conselheiro Nacional de Saúde Vanilson Torres. O coordenador da MNPR iniciou sua fala resgatando sua trajetória no movimento que se deu pela escola de formação Maria Lúcia Pereira, recitando a poesia “A Guerreira das Ruas”, ressaltando que essa militante negra foi a pessoa que o apoiou e abriu os caminhos para o seu ingresso no movimento, trazendo sentido para sua vida. Denunciou que muitos conselhos de políticas públicas foram extintos, permanecendo as instâncias colegiadas que foram instituídos por lei, ainda assim, enfrentando dificuldades para garantir seu funcionamento, havendo resistência dos setores organizados de trabalhadores e usuários que tem judicializado os entraves criados ao seu exercício pleno.

Ao abordar a história do movimento a partir da Chacina da Sé, faz uma fala contundente sobre a continuidade do massacre retratado pela falta de moradia, de serviços de saúde e de assistência social durante a pandemia, da violência institucional, da dificuldade de proteger a PSR que não consegue fazer o distanciamento social, da falta de acesso a água, ao alimento. Afirma que não é possível vislumbrar um “novo normal” sem ter garantida a vacina, a proteção aos mais vulneráveis, com o governo federal colocando as questões econômicas à frente da questão sanitária. Falou do temor de que os abrigos improvisados em escolas públicas possam ser desmontados em meio a um momento crítico com altas taxas de contaminação da Covid19, considerando a pressão social pela retomada do aulas presenciais.

A exposição da ex reitora nesse webnário retoma as preocupações com a Pandemia e relata a sua luta na Frente Nacional em Defesa do SUS, contando sua trajetória na criação das primeiras instâncias de controle social na área da saúde, durante o período da redemocratização do país com a implantação do SUS na década de 90. Assinalou que o controle social sobre o uso dos recursos financeiros é fundamental para que seja efetivado o planejamento orçamentário das políticas públicas, que a participação social, que está assegurada em lei, vem sendo desconstruída desde 2016 com ascensão de governos ultraliberais e neofascistas. Havendo a retração dos direitos democráticos constitucionais, a utilização política

dos benefícios sociais, os cortes orçamentários na área da assistência social e da saúde, chamando atenção para a necessidade de se implantar o projeto Renda Básica de Cidadania para garantir a segurança de um benefício financeiro para a população mais vulnerável socialmente.

Nas considerações da pesquisadora foi feito um paralelo da realidade brasileira com o momento que vivemos em outras partes do mundo, com ameaças à democracia, o crescimento de ataques às instituições da república, aliado ao desmonte da seguridade social. O foco da fala foi a política de Assistência Social e o tamanho da desregulamentação e desfinanciamento sofrido na recente conjuntura do país, que inviabiliza os aportes de segurança social e agudiza a condição das populações mais vulneráveis. Relatou como foi a aproximação com o MNPR e a criação do Fórum dos Usuários do SUAS, da importância de fortalecer a autonomia dos usuários, sem tutelamento, sem o apagamento da sua capacidade de ser sujeito da sua história. Alerta sobre o processo de invisibilização da PSR, lançando o desafio de pensar as novas formas de organização e como a academia pode se inserir nessa luta ao lado desse segmento, sem se sobrepor as suas demandas e interferir na sua organicidade.

Após as falas foi aberto ao público ouvinte para as intervenções e questões. O foco dos questionamentos centraram-se nos desafios trazidos pela Covid19 e em como garantir o controle social em meio a um processo repressivo e de rupturas com normalidade democrática. As intervenções apontaram que as inquietações devem ser pensadas e construídas coletivamente, com a sensibilização de todos os atores militantes da democracia participativa, com o reconhecimento das vozes que estão sendo silenciadas e convergir para uma unidade na luta. Por fim, os mediadores da mesa de debate assinalaram que o diálogo da academia com os movimentos sociais, que se iniciou com o Fórum Popular Universitário em 2019, gerou projetos de extensão universitária que permitiram a realização desse debate e de uma série de webnários com a PSR, gerando espaço para o debate face a necessidade de distanciamento social imposta pela questão sanitária (Home page: <https://youtu.be/igp5phKK2Gk>).

O webnário “Histórias e conquistas do MNPR”, realizado em 23 de julho de 2020, também promovido pela Prograd UFAL, teve a participação do jornalista Alderon Costa, responsável pelo Jornal O Trecheiro, do representante do MNPR de Alagoas Rafael Machado, do representante do MNPR de São Paulo Anderson Miranda e da pesquisadora na condição de mediadora. O representante do MNPR de Alagoas pontua a história do movimento no Estado e o momento de enfrentamento da pandemia com a luta pela criação de dois abrigos para a PSR para atender famílias e idosos e a garantia dos recursos do Fundo de Combate à Pobreza, criado pelo governo do Estado, para financiar as demandas da PSR (Figura 19). Rafael Machado não pode continuar no webnário por problemas na sua conexão de internet. Essa dificuldade de acesso à internet tem sido relatada por muitas lideranças do MNPR que tem se utilizado dessa ferramenta como apoio a mobilização.

O jornalista Alderon Costa faz um resgate da raiz do movimento em São Paulo com a distribuição de uma sopa embaixo do viaduto do Glicério, localizado no bairro de Liberdade na capital paulista, na década de 80, como iniciativa da Organização do Auxílio Fraternal, organização religiosa da época. Alderon aponta que esse foi o germe que impulsionou o início de uma organização da PSR, “batizando” como uma “sopa freiriana” porque era um trabalho coletivo que envolvia a PSR na preparação do alimento, com o apoio de voluntários, com ingredientes que eram doados e depois distribuídos em uma roda, onde se conversava sobre o cotidiano e as dificuldades vivenciadas. Essa sopa servida na ‘cascuda’, uma lata de leite higienizada, foi uma experiência que revelou a capacidade de organização e solidariedade entre a PSR. Depois veio o grupo de catadores de lixo e o movimento por moradia que vai revelando horizontes para além da caridade, que amadurece com a implantação das Casas de Convivência, um programa da prefeitura de São Paulo para as pessoas de rua. Reafirma que a Chacina da Sé foi o evento que forja a organização do MNPR. Contou sobre a luta para garantia do auxílio emergencial, um benefício financeiro destinado as pessoas em situação de vulnerabilidade social em virtude do cenário trazido pela pandemia, também relatando que esse segmento foi negligenciado, a ponto de não aparecer nos

boletins epidemiológicos. Falou da importância de acompanhar a campanha do Despejo Zero e da mobilização para buscar o apoio do poder judiciário. Finalizou com a informação de que já existe uma articulação latino americana da PSR com núcleos existentes em diversos países, no Uruguai, Chile e Argentina.

O representante do movimento no Estado de São Paulo lembra que é um movimento que nasce de uma dor, que diferente de outros movimentos, a luta diária para sobreviver é o desafio. Assinala que existe uma aproximação com a academia, mas que os estudos precisam avançar no sentido de dar retorno aos sujeitos da pesquisa na forma de subsídios para as políticas públicas. Fala da ruptura da invisibilidade que o movimento vem provocando, que hoje já alcança todas as regiões do país, com regimento e carta de princípio, tendo realizado quatro congressos nacionais, na Bahia, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e já organizando a quinta edição, com destaque da garantia dos espaços de poder importantes, como os conselhos de políticas públicas, espaços garantidores da voz da PSR. Afirmou que hoje a prioridade da luta é por moradia (Figura 27), tendo havido reivindicação para que os programas habitacionais alcancem esse segmento, com ações emergenciais na pandemia como aluguel social, acomodação em hotéis e acesso a água que garanta o cumprimento de medidas sanitárias. Durante os debates foi tratado o tema da pesquisa censitária como fundamental para a definição das políticas públicas, sendo necessário garantir que seja realizada a contagem em todo território nacional e também as condições dos albergues que não garantem um acolhimento adequado para a PSR, que pela forma hostil optam por permanecer na rua. O webnário foi finalizado com a exibição do vídeo “SOS: Povo da Rua”, um documentário que denuncia a realidade das pessoas de rua durante a Covid19 (Home page: <https://youtu.be/cNS55Glrh90>).

O terceiro webnário, realizado em 31 de julho de 2020, com o tema “População em situação de rua: problema ou fenômeno?” faz parte da série Diálogos Insurgentes, tendo como instituição promotora a ONG Canto da Rua Emergencial de Minas Gerais. Participando desse debate o representante do

MNPR de Minas Gerais Samuel Rodrigues, o Professor da Escola Superior Dom Helder Câmara e diretor geral do Instituto Cultiva Rudá Ricci e essa pesquisadora.

A discussão foi iniciada com as considerações da pesquisadora sobre a sensibilidade de uma ONG com um nome tão poético 'Canto da Rua' tratar de uma questão tão dura que é a situação de rua, um fenômeno que é global e não apenas um fenômeno brasileiro, que vem se agudizando pelo desmonte da proteção social em todo mundo, abordando os aspectos da exclusão social enquanto condição inerente ao capitalismo contemporâneo, como o desemprego ou emprego precário, a fragilidade dos aportes de solidariedade, a concentração de riquezas. Relata elementos da realidade do país com a precarização de políticas públicas voltados a essa população e o protagonismo que o MNPR vem assumindo na defesa de seus direitos.

O professor Rudá traz a reflexão de que a rua é um espaço público, um direito que deva ser garantido a todo cidadão de usar esse espaço, que não haja impedimento à permanência ou a transitar na rua, sendo necessário repensar a forma como o Estado se relaciona com a PSR. Samuel Rodrigues retoma a questão da PSR ser um problema ou fenômeno, respondendo que a PSR é um problema quando está nas calçadas dos estabelecimentos comerciais, quando habita as praças nos centros das cidades, quando busca um serviço de saúde e pela sua condição precária de higiene que pode levar contaminação as unidades de saúde. Por outro lado, a PSR apresenta-se como fenômeno histórico que surge no cenário das capitais pelo déficit habitacional, lembrando que levantamentos feitos pelos movimentos por moradia mostram que há mais casas desabitadas do que pessoas sem casas, reforçando a situação de rua como grave violação de direitos humanos. Samuel traz para o debate a informalidade e precariedade do trabalho da PSR, a necessidade da proteção do trabalho e da condição análoga ao trabalho escravo na vida desse segmento. No debate, o professor Rudá fala sobre o perfil da PSR, a maioria formada por negros e pardos com baixa escolaridade, da necessidade de um outro modelo de economia mais inclusiva. As perguntas ensejaram a discussão da violência sofrida pela PSR, inclusive a violência institucional, a violência contra as mulheres, a violência contra os idosos que estão perdendo os benefícios sociais.

O representante do MNPR problematiza sobre quem é a PSR, “essa galera” que tem vínculos familiares rompidos ou fragilizados pela condição de pobreza, “essa galera” oriunda dos presídios, que sofre racismo institucional. Samuel convida todos a pensar a habitação como estratégia inicial para mobilizar todas as outras políticas públicas como saúde, educação e assistência social, porque a rua é espaço de comércio, é espaço de convivência, mas não pode ser o lugar de morar. Ao final da discussão, a perspectiva do Programa Moradia Primeiro apresenta-se não como única estratégia, mas a primeira alternativa para desenvolver o processo da territorialização que é a base de organização das demais políticas públicas, com o suporte dos serviços de saúde e assistência social (Home page: <https://m.facebook.com/pg/comunidadecantodarua/videos/>).

O quarto webnário “A cidade, a praça e a casa: direitos da população em situação de rua”, uma iniciativa do Circuito Urbano, evento promovido pela ONU Habitat aconteceu em duas etapas, a primeira em 15 de outubro de 2020 e a segunda dia 19 de outubro de 2020. Com Wanessa Oliveira, jornalista do Mídia Caeté como moderadora, a participação dos debatedores Vanessa Lima, arquiteta e urbanista, Rafael Machado, representante do MNPR de Alagoas e essa pesquisadora.

Rafael Machado iniciou o debate resgatando sua história de vida e como superou sua condição de rua pelas políticas públicas. Sobre o direito à cidade e a moradia persiste o cerceamento da PSR, desde as dificuldades com a documentação até aos problemas em assumir a manutenção das unidades habitacionais. Fala dos preconceitos que esse segmento populacional sofre, onde só aparece as carências materiais, mas o acesso aos direitos como saúde, educação não são viabilizados. Denuncia que os conjuntos habitacionais são construídos distantes dos centros urbanos, por vezes sem saneamento adequado e sem acessibilidade, que dificulta acesso ao trabalho, ao transporte, aos serviços públicos e compromete a segurança das pessoas que ficam em situação de isolamento.

Durante sua fala, a pesquisadora apresentou alguns dados do déficit habitacional no Brasil e no mundo. Chama atenção que o problema da falta de

moradia está diretamente ligado ao desmonte de políticas públicas, com os cortes do orçamento da saúde, da assistência, da educação, levando ao desmantelamento de serviços criados para esse segmento, com o aumento de pessoas vivendo nas ruas das principais capitais do país, crescimento do desemprego e do desmonte da seguridade social, com redução de investimento na área social. A presença das pessoas nas ruas tem gerado práticas higienistas do poder público, com a expulsão e recolhimento dos pertences, gerando um novo processo de desterritorialização, sendo necessário pensar políticas habitacionais com a participação da PSR, com interlocução direta com o segmento que deve ter o protagonismo na construção de alternativas viáveis para além do abrigo e da comida. Finaliza retratando a arquitetura hostil das cidades, que cria dificuldades a permanência das pessoas, sendo necessário repensar o modelo de desenvolvimento urbano e social, que segrega e exclui os mais vulneráveis, e apostar no fortalecimento dos movimentos que lutam por moradia para que possam influenciar projetos urbanos mais inclusivos.

A arquiteta Vanessa Lima trouxe o conceito do direito à cidade como um direito humano coletivo sobre o uso do espaço urbano. O território como espaço geográfico que é permeado pelo meio de produção que vai refletir as disparidades econômicas e sociais, que vai limitar as configurações das cidades porque há uma disputa de poder. As parcelas de terra de uma cidade são distribuídas de forma desigual, onde a melhor parcela fica com uma parte menor de pessoas que tem o privilégio de usufruir da cidade e o que ela oferece de lazer, de acesso a serviços públicos, ao trabalho. Trata-se de uma ocupação planejada com uma configuração territorial que privilegia uns e exclui outros. O planejamento urbano, portanto, é resultado de um desenvolvimento desigual. Vanessa Lima coloca o questionamento “Que cidade é essa que está sendo produzida?” produzida a partir de decisões políticas que torna essa cidade inatingível para uma parte da sociedade, uma cidade que serve para alguns, mas não serve a todos. Viver numa sociedade de negação, onde alguns vivem dos restos dos outros, numa relação muito perversa. Quanto à habitação popular é reservada os piores espaços de terra distante dos centros urbanos, com pouco acesso a transporte e aos serviços de

saúde, educação e demais políticas sociais (Home page: <https://youtu.be/agEGhzD7PQ4>).

O segundo momento do webnário oportunizou o debate com ênfase na luta PSR por moradia, sua auto-organização e mobilização, a centralidade do programa Moradia Primeiro. Foi apontada a dificuldade de sociabilidade que quem perdeu a convivência social e comunitária, de quem carrega no corpo as marcas da rua, dos pés rachados, do andar pesado por carregar seus pertences durante todo o dia. O representante do MNPR problematiza o tutelamento da PSR, que não consegue vocalizar suas demandas se não estiver organizada. Vanessa Lima pontua o quanto o poder da informação é transformador, como criar espaços coletivos politizados, com o reconhecimento a partir do seu lugar, considerando as escalas da rua, do bairro, da cidade. Lembra que os prédios da cidade devem ter função social e quando há um espaço ocioso, os movimentos insurgentes de ocupação vão exigir que haja o cumprimento desse sentido social. A pesquisadora pontua que as pessoas em situação de rua foram se constituindo sujeitos políticos, superando a contingência de estar na rua e constituindo um movimento potente que não reivindica apenas a caridade, mas direitos e, no momento, a prioridade é a luta pelo direito à moradia.

A mediadora destaca a espetacularização da miséria e o papel da mídia em não naturalizar as mazelas sociais, de não reproduzir estigmas e preconceitos. Sobre a aproximação da arquitetura urbanista com as demandas dos movimentos sociais, o webnário oportunizou o debate sobre a preocupação com a habitação de interesse social, a exemplo das iniciativas da ONU Habitat, de programas sociais e de projetos acadêmicos que promovem o crescimento de uma arquitetura voltada para uma população periférica, sensibilizando as próximas gerações para enxergar a cidade como um espaço a ser usufruído por todas as pessoas. Nas considerações finais foi pontuado o distanciamento da mão que constrói a moradia e não pode usufruí-la, da importância de um desenvolvimento sustentável que não gere danos ambientais e sociais, na produção de uma cidade mais colaborativa e da moradia como um direito humano (Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=dzVM3axiltQ>).

O acompanhamento às redes sociais do MNPR oportunizou a pesquisadora participar de outros webnários na condição de ouvinte, sendo priorizado para esse estudo esses quatro momentos pela possibilidade de interação direta com representantes do movimento e entidades apoiadoras. Os debates ocorridos nos webnários revelam a capacidade discursiva das lideranças do MNPR, o domínio das questões debatidas e das suas articulações com ONGs, universidades, instituições públicas, poder legislativo, legislativo e organismos internacionais.

Apesar de um público restrito, em média de 100 a 200 visualizações, esses webnários alcançaram alguns nichos da sociedade, principalmente o meio acadêmico e setores da sociedade civil organizada, ajudando a desconstruir preconceitos e criar alianças e conexões potentes. Pouco observou-se de participação da base da PSR, além das próprias lideranças, com exceção de vídeos que foram veiculados sobre a história de vida das pessoas que estão nas ruas em que os protagonistas foram pessoas que não estão engajadas de forma orgânica no movimento. Esse termina por ser um enorme desafio para o MNPR, pela própria característica nômade dessas pessoas, pela perda de autodeterminação e rebaixamento da consciência provocada pela dependência química, pela descrença e ou desconfiança na capacidade da organização do segmento, pela perda de vínculos e de sociabilidade, por problemas de saúde mental, situação em que a reabilitação psicossocial tem sido relatada como fundamental para o processo de saída das ruas e ingresso no movimento. Essas rupturas já foram discutidas por Frangella (2004), quando, em seus estudos, apresenta o histórico das pessoas que estão na situação de rua.

A participação nos webnários oportunizou o convite à pesquisadora para participar da tutoria do projeto de extensão universitária “Além das Ruas Tradicionais: Memória, Tempo e Lugar nas Narrativas dos Invisíveis do Centro de Maceió”, iniciado em 2020, com a finalidade de realizar uma revisão de construções históricas sobre o lugar dos excluídos na vida urbana, viabilizando um uso - e um consumo - político dos relatos das suas memória. O objetivo do projeto foi lançar um novo olhar sobre a vida nas ruas, “sob a dimensão microssociológica, as formas de viver, memórias, lugares, tempos, ancorados nas narrativas desses moradores,

quanto sua dimensão política, representada pelo seu protagonismo e, assim, revelar a história dos invisíveis e de um lugar desprezado”. Parte das atividades previstas não puderam ser realizadas em função do período pandêmico, mas houve a produção de vídeos com a narrativa da história de vida da PSR de Maceió, divulgadas no Instagram do projeto (@alemdasruas.maceio) e um levantamento da percepção sobre a realidade das pessoas que vivem nas rua com 169 participantes.

As histórias narradas pelas pessoas de rua da cidade de Maceió revelaram a diversidade e complexidade desse fenômeno e vão ao encontro dos estudos de Maria Teresa Lisboa Nobre (2018) em que subjetividades do cotidiano da população em situação de rua são problematizadas a partir dos relatos dos sujeitos frente ao cotidiano de privações, violações de direitos e estratégias de sobrevivência.

É inegável a potência das redes sociais para o acesso à informação, articulação e mobilização da PSR. Como o título da cartilha do movimento já sugere “Conhecer para Lutar”, o movimento reconhece a busca pelo conhecimento como o caminho que abre múltiplas possibilidades para esse segmento vulnerabilizado e excluído da educação formal. Contudo, o acesso às ferramentas da internet não é universal e torna-se um entrave para uma participação massiva da PSR aos debates nacionais e apropriação das informações. Na era digital, o uso de computadores, celulares e da internet popularizou-se. As formas de comunicação e linguagens informais têm substituído as linguagens tradicionais e novos saberes têm sido criados. Isso oportuniza uma comunicação entre pessoas com níveis de leitura e linguagem diferentes. Mas há uma desigualdade na distribuição de acesso a esse recurso tecnológico, que embora seja uma grande força positiva no processo de globalização, ainda é distribuído de forma desigual (Silva, 2010).

A luta pela escola de formação da PSR tem sido uma das prioridades do MNPR porque há o reconhecimento dessa desigualdade cognitiva, mas é necessário processos educativos emancipadores, que dialogue com as complexidades e especificidades das demandas das pessoas que estão em situação de rua. Uma perspectiva transformadora de educação que está presente na Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ao defender o

desenho de uma educação global que respeite as diversas realidades culturais, geográficas, sociais e econômicas.

A educação global desafia a ganância, a desigualdade e o egocentrismo, através da cooperação e da solidariedade, em vez de dividir os povos pela competição, o conflito, o medo e o ódio [...] A educação global pode contribuir para o processo de visionamento, mas pode também desempenhar um papel relevante na criação de novos métodos em que os movimentos sociais e os processos de aprendizagem não formais são essenciais, por abrirem espaço para valores, assuntos e abordagens que não são centrais na aprendizagem formal e darem voz a todas as pessoas, incluindo as marginalizadas.

(Silva, 2010, p. 14)

Através das redes sociais houve uma proliferação de debates, fóruns e seminários que ocorrem semanalmente com a participação de universidades, ONGs, parlamentares e órgãos de governo. Além das articulações para audiências públicas com o poder legislativo e reuniões com o poder executivo de todos os entes federativos. Uma recente conquista que foi transmitida online com a participação híbrida (presencial e online) da PSR foi a audiência pública com o Supremo Tribunal Federal, em 21 de novembro de 2022, para tratar das demandas que vem sendo negligenciadas pelo poder executivo, violências e violações sofridas (Figura 18). Essa reunião histórica abre um canal de interlocução com a mais alta corte do poder judiciário do país e revela a potencialidade da organização do segmento para o reconhecimento de suas pautas (Figura 22). Representantes do MNPR estão também participando das reuniões com os grupos de transição do governo recém eleito no país e já obtiveram o compromisso do novo presidente em garantir demandas urgentes como o benefício de transferência de renda e a retomada de programas de habitação popular.

### **3.5. Rompendo a invisibilidade: o V Congresso Nacional do MNPR**

No processo de organização do MNPR foram realizadas incontáveis reuniões, atos públicos, seminários e fóruns. Precedidos pelos encontros nacionais foram os congressos nacionais que mobilizaram pessoas de diferentes cidades do país e se tornaram a instância máxima de deliberação do movimento. O primeiro

Congresso Nacional organizado pelo MNPR foi realizado em Salvador (BA), nos dias 19, 20 e 21 de março de 2012 com apoio do Comitê Interministerial e da Pastoral do Povo de Rua. Nos dias 28, 29, 30 e 31 de maio de 2014, aconteceu o II Congresso do MNPR na Associação Banestado, em Pontal do Paraná (PR), para um público estimado de 300 pessoas com o tema “O Direito a ter Direitos”. Entre os dias, 16 e 19 de agosto de 2016, realizou-se a terceira edição do congresso do MNPR, que reuniu representantes de 13 estados e aconteceu no Centro Mineiro de Referência em Resíduos, em Belo Horizonte, Minas Gerais. O quarto congresso aconteceu nos dias 22 a 25 de maio de 2018 na colônia de férias do Sindicato dos Metalúrgicos em Cidreira, no Rio Grande do Sul (RS) (Lemões, 2019).

O V Congresso Nacional do MNPR realizado entre os dias 21 a 23 de setembro de 2022 na cidade de Maceió com o tema “Democracia: Direito à Cidade com a População de Rua”, concentrou as atividades nas dependências Estádio Rei Pelé, a maior praça esportiva do estado e a abertura no Teatro Deodoro, patrimônio histórico da cultura alagoana. A observação participante do quinto congresso se tornou especialmente relevante para este estudo pela importância da pesquisa de campo de forma presencial, o que não foi possível durante o período crítico da pandemia de Covid19. A dinâmica de desenvolvimento do congresso foi apreendida pela participação direta da pesquisadora, enriquecida pelos apontamentos constantes no relatório produzido pela comissão de relatoria, que resultou num registro mais ampliado das formas de organização, desafios e possibilidades construídas pelo MNPR. Esse mergulho por dentro do universo pesquisado propiciou desvendar parte da dinâmica interna do movimento, conflitos e convergências, disputas internas, mas, principalmente, o nível de autonomia e empoderamento alcançado. As interlocuções potentes estabelecidas com autoridades governamentais, representantes do poder judiciário e entidades de defesa de direitos humanos propiciaram debates nivelados, com um diálogo horizontal, sem intimidação ou sujeição por parte dos integrantes do movimento.

Com mais de 250 participantes de 16 estados do país, o V Congresso Nacional do MNPR contou com oficinas e mesas de debates protagonizadas pela

própria PSR e respaldo de uma rede de apoiadores. De acordo com a relação de inscrições para acomodação no alojamento haviam 150 inscritos: 46 da Bahia, 02 do Ceará, 16 do Distrito Federal, 03 do Espírito Santo, 07 do Maranhão, 02 de Mato Grosso, 12 de Minas Gerais, 8 de Pernambuco, 23 do Rio Grande do Norte, 4 de São Paulo, 5 de Sergipe, 1 de Goiás, 02 do Rio de Janeiro, 1 do Rio Grande do Sul, 1 do Paraná, 17 de Alagoas. Além dos participantes albergados e hospedados em hotéis, pousadas e outras acomodações. As primeiras caravanas chegaram na véspera do evento, muitas tendo enfrentado mais de um dia de viagem, sendo o número de participantes maior que o informado na lista de inscritos, o que inicialmente provocou problemas de acomodação, contudo, a solidariedade e a resiliência da PSR permitiram superar essas dificuldades iniciais. Além do espaço do alojamento foi preciso redimensionar a quantidade da alimentação. Essa situação gerou preocupação entre os órgãos públicos por conta do orçamento previsto, mas revela a forma de vida desse segmento marcada pelo imprevisto, pela adversidade, pelo alheamento quanto à um planejamento orçamentário porque não faz parte da lógica de quem está acostumado a enfrentar a luta diária pela sobrevivência.

As caravanas dos 16 estados participantes contaram com apoio de órgãos governamentais, entidades de direitos humanos, centrais sindicais e organizações não governamentais para o deslocamento até a cidade sede do evento. Dois dias antes do congresso, o coordenador do MNPR que é conselheiro nacional de direitos humanos chegou na cidade sede do congresso para articular reuniões com entidades de direitos humanos de Alagoas e visitas nos serviços voltados à PSR de Maceió. Essa importante articulação da liderança do MNPR com entidades da sociedade civil e órgãos de direitos humanos busca conter as constantes violações e violências contra a PSR local e denunciar as condições precárias dos serviços públicos que prestam assistência ao segmento. No decorrer dos demais dias, o congresso se desenvolveu garantindo o debate dos temas que foram definidos na programação, mas com a “desordem” e criatividade peculiar de um movimento que representa um segmento que está excluído da maior parte dos códigos de conduta

e da ordenação social dominante. As expressões artísticas tiveram espaço privilegiado e dialogaram com as demandas sociais da população em situação de rua. A arte tem grande apelo junto a PSR, sendo a forma mais eloquente de comunicação com o segmento, que se reconhece na linguagem contida na música, no teatro e na dança.

Na manhã do dia 21 de setembro, a programação contou com a Conferência Livre de Saúde Mental e Pop Rua, preparatória para V Conferência Nacional de Saúde Mental. A oficina de Educação ao Letramento Digital com a Pop Rua não aconteceu devido à ausência do facilitador. A metodologia da oficina foi uma mesa redonda, composta por militantes do MNPR, usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), profissionais das áreas de saúde mental e representantes da Secretaria de Saúde de Maceió, Conselho Federal de Psicologia e Conselho Nacional de Saúde.

Durante a realização desta mesa, houve vários depoimentos da PSR como usuária da RAPS. Destaque para o depoimento da liderança da cidade do Rio de Janeiro sobre a experiência como usuária da RAPS, trazendo questões sobre o cuidado e o atendimento a partir de uma escuta ativa do usuário e como esse cuidado foi determinante no seu tratamento. Outra liderança do Rio Grande do Sul pontuou a importância do Consultório na Rua (CR) no acesso da população em situação de rua à RAPS e toda a rede de saúde, entendendo o CR como uma porta de entrada. Esses depoimentos evidenciaram a importância dos serviços da RAPS na superação da dependência química e dos processos de adoecimento mental.

A discussão da redução de danos como a estratégia mais efetiva para o cuidado com a PSR foi adotada nos Centros de Atenção Psicossocial, serviços de saúde de caráter aberto e comunitário, especificamente criados para atendimentos de pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental decorrentes do uso de álcool, crack e outras substâncias – Caps AD. Estes centros fazem parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). As pesquisas sobre o perfil da PSR apresentadas no segundo capítulo deste estudo apontam os transtornos mentais e a dependência

química como fatores que levaram a situação de rua. Ao trazer essa temática para o congresso, o movimento entende a necessidade de superar o adoecimento mental e drogadição de parte significativa da PSR através de cuidados que não estejam sob o julgo moral de tratamentos convencionais proibicionistas, que não consideram o controle e uso moderado e decrescente das substâncias psicoativas lícitas e ilícitas.

No período da tarde foi realizada a abertura oficial do congresso sob a coordenação do representante do MNPR em Alagoas (Figura 12), entidades convidadas e gestores do poder público estadual, a apresentação das caravanas dos estados, uma palestra magna (Figura 13), o lançamento do livro “Mulheres da Maloca” e apresentação da performance “A Rua Tem Voz” com o grupo teatral Gigante Rua do MNPR-AL (Figura 11). O acolhimento aos participantes começou com uma saudação às caravanas dos estados e a apresentação da companhia de Teatro Gigante Rua e do batuque “Som da Rua”, seguida da homenagem a Maria Lucia Pereira, falecida em 2018, líder do MNPR na Bahia, que se tornou uma referência nacional para o movimento pela potência da sua voz em defesa da PSR. Tendo vivido em situação de rua, Maria Lúcia transitou por órgãos governamentais e não governamentais, promovendo debates, seminários e audiências públicas. Sua trajetória inclui a participação na reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU em março de 2016, ocorrida em Genebra, para discutir as recomendações da Relatoria Especial de Moradia Adequada.

Estiveram presentes na abertura do Congresso a representação do Conselho Federal de Psicologia-CFP, do Conselho Nacional de Saúde-CNS, do Conselho Nacional de Direitos Humanos-CNDH, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de representantes do governo estadual, do legislativo estadual, do legislativo municipal, do poder judiciário, lideranças e coordenadores do MNPR. Essa ampla representatividade confere prestígio e reconhecimento ao MNPR. Todas as intervenções foram na direção do fortalecimento das políticas públicas e na denúncia do aumento da vulnerabilidade social e da fome no Brasil. Nessa abertura a representante do governo do Estado entregou a cópia da Lei

8.702 de 2022 que institui a Política Estadual de Atenção Específica para a População em Situação de Rua e o Comitê Gestor Estadual Intersectorial – Comitê Pop Rua, composto por representantes dos órgãos do poder executivo, legislativo e judiciário e integrantes da sociedade civil, contando ainda como apoiadores e convidados os núcleos de pesquisa e extensão de universidades públicas e privadas. Esse comitê tem como finalidade o acompanhamento e monitoramento das ações a serem desenvolvidas no âmbito estadual. Essa conquista foi importante para a institucionalidade das articulações que vinham acontecendo junto as diferentes áreas de governo no Estado, mas que não contavam com esse respaldo legal. Nesse sentido, o MNPR avaliou como muito positiva a escolha de Alagoas para sediar o V Congresso, pelo alcance do reconhecimento do poder público face as demandas da PSR.

Na fala de abertura, o representante do MNPR de Alagoas Rafael Machado, como anfitrião do congresso, denuncia a tentativa de invisibilização do potencial das pessoas que estão na rua “as pessoas acham que por fazerem faculdade podem botar a gente no bolso [...] e a gente vai lá e mostra nosso conhecimento, empoderamento”. Ao dizer sobre a luta para ocupar os espaços da cidade concluiu “[...] a gente conseguiu, aos trancos e barrancos, colocar a população em situação de rua nesse teatro [...] nós também podemos sentar nessas cadeiras de veludo, porque é nosso”.

No dia 22 de setembro, iniciando as atividades com mais intervenções culturais protagonizadas por artistas da PSR, a programação contemplou uma mesa de análise de conjuntura com o MNPR e entidades parceiras (Figura 14). Nessa mesa, a presidente do Conselho Nacional de Assistência Social destacou a importância da PSR ocupar os espaços de controle social e a legitimidade da luta que precisa ser travada de forma coletiva. O coordenador do Movimento Policiais Antifascista incitou a reflexão sobre que polícia queremos, o acompanhamento da atuação da polícia que precisa de formação para lidar com os movimentos sociais, uma formação que privilegie o diálogo, a escuta, criticando a militarização dos profissionais de segurança pública. O representante do Tribunal de Justiça de

Alagoas tratou sobre o racismo estrutural, criticou o estímulo ao uso de armas pelo governo federal que promove uma política higienista, assinalando a percepção da população brasileira sobre a necessidade de um estado forte capaz de combater as desigualdades e que resoluções e políticas são consequências da luta, da organização coletiva. O apoiador Matheus Barros falou da rebeldia própria desse movimento e do sentido freiriano da palavra “esperançar”, enquanto capacidade de se mover para alcançar uma utopia e não da pura espera, da construção de novas tecnologias sociais e do surgimento de uma nova área de estudo a “ruologia”, que sinaliza um saber específico que nos ajuda a compreender as particularidades dessa vivência. Por último houve a fala da autora do livro “Mulheres da Maloca”, um relato da condição da mulher em situação de rua, as violações de direitos que acontecem não só nas ruas mas também nas unidades de saúde. A autora é militante e ativista do MNPR na Bahia e o livro é fruto da sua pesquisa de mestrado, inspirando a adoção de medidas no âmbito da saúde pública para além do Estado como a “Cartilha do Cuidado à Pessoa em Situação de Rua: fluxos de atendimento na Rede de Atenção Primária” na cidade de Aracaju-SE, onde atua como enfermeira da equipe do Consultório na Rua (Relatório do V Congresso do MNPR, 2022).

A tarde começou com uma oficina para discussão em grupos sobre as vivências dos estados na luta por moradia (Figura 15), havendo posteriormente a apresentação dos relatos de experiências e as estratégias de cada região. Em Salvador vem se desenvolvendo o projeto “Moradia Assistida: Reinventando Caminhos” com 20 casas que serão distribuídas entre famílias e pessoas que também serão acompanhadas por uma equipe técnica. Em Maceió existe o aluguel social mas não contempla a população LGBT, apenas as famílias com filhos, além da dificuldade para ter acesso aos programas de habitação pela ausência da documentação exigida, sendo encaminhada essa demanda aos equipamentos sociais. Em Feira de Santana 100 casas estão sendo construídas para distribuição entre a pop rua, mas falta acompanhamento pelo poder público e maior transparência quanto aos critérios de acesso. Em Recife está sendo travada uma

luta para ampliar o número de pessoas assistidas pelo aluguel social. Em Fortaleza houve a conquista do aluguel social para a pop rua, atendendo em torno de 30 pessoas, no entanto, o censo da Pop Rua do município apontou 2700 pessoas em situação de rua, expondo que não haverá cobertura suficiente da demanda. A cidade de Natal, possui um abrigo 24h e um albergue noturno, tendo sido concedido o aluguel social, mas por um período curto. Cuiabá não possui projetos de moradia. No Paraná possui o projeto *Moradia Primeiro*, iniciado em 2018 com cinco pessoas e atualmente estão com 8 pessoas, não há parceria com a prefeitura, mas com a igreja católica e o Ministério Público Estadual, com um projeto para que 10 pessoas tenham acesso ao Moradia Primeiro e que sejam acompanhados por uma equipe técnica. O Distrito Federal (DF) relatou a existência do projeto “Cuidando de quem cuida”, que encaminhou a PSR a um condomínio social mas sem contar com acompanhamento das políticas sociais.

Atualmente existe o esboço de um projeto no DF baseado no *Moradia Primeiro*, mas o movimento alerta para que não haja o aparelhamento deste pelas igrejas. O Rio Grande do Sul tem o Auxílio Moradia e o MNPR vem lutando pelo retorno de um comitê presencial para barrar o retrocesso nos projetos voltados à moradia da PSR no estado, denunciando que os investimentos no Programa Minha Casa Minha Vida de moradia popular foram reduzidos. No Rio de Janeiro tem abrigo, tem albergue, tem Centro Pop, porém todos estão precarizados e o projeto Minha Casa Primeiro aloca os assistidos em locais muito distantes do centro da cidade, criando barreiras à permanência, em virtude da dificuldade de acesso à região central, onde as pessoas conseguem seu sustento. Em Belo Horizonte não tem aluguel social, nem projetos de moradia popular que alcance a PSR. Em São Paulo (Diadema) existe o auxílio moradia com validade de 2 anos, com o relato da peregrinação para acessar esse benefício (Relatório do V Congresso do MNPR, 2022).

Nessa oficina e nos demais debates, observou-se a centralidade para a discussão sobre a luta pela moradia como condição primeira para superar a vulnerabilidade e riscos extremos. Nos relatos de experiências, representantes de

diferentes estados falaram sobre a luta por moradia desde o auxílio moradia, como benefício eventual do SUAS, às ocupações de imóveis sem função social que se encontram em situação de irregularidade, com o intuito de pressionar as autoridades pela desapropriação desses imóveis, a locação social que garante à moradia sem o direito de propriedade particular, a facilitação ao crédito para aquisição de unidades pelo programa social Minha Casa, Minha Vida e casas construídas em sistema de mutirão, a partir da doação de terrenos públicos ou pertencentes a entidades religiosas. A luta da moradia retoma o debate sobre os preconceitos que vem sendo reproduzidos e narrativas que reforçam a visão estigmatizada da incapacidade de adaptação desse segmento à vida em um lar. “Quem está há muitos anos na rua não consegue acostumar-se dentro de uma casa; A população de rua está acostumada com a liberdade da rua; Quanto mais tempo uma pessoa permaneceu na rua é mais difícil de ela se acostumar em uma casa” (Brasil, 2019, pp. 98-99).

Acompanhando as pautas prioritárias do MNPR, o congresso deu ênfase na construção de um programa de moradia que seja sustentável economicamente e socialmente. As propostas focaram na habitação como primeira condição e os aportes sociais sendo ofertados conjuntamente para possibilitar a permanência nas casas e a retomada da sociabilidade, da vida comunitária. Essa luta do MNPR soma-se à luta dos movimentos urbanos pela moradia, mas esses movimentos ainda caminham em separado, com resistências a participação desse segmento populacional nas ocupações, conforme os depoimentos das lideranças nas entrevistas realizadas durante esta pesquisa.

No final da tarde do segundo dia, foi possível dialogar presencialmente com uma liderança feminina do MNPR, uma lacuna das entrevistas on-line, que só conseguiu alcançar o público masculino pelas questões já foram apresentadas neste estudo. MS, mulher negra, moradora da cidade do Rio de Janeiro, relata que a situação de rua foi motivada pelo desemprego. Era auxiliar de enfermagem, prestando serviço numa instituição pública estadual, sendo demitida em função de uma reforma administrativa do governo que repassou à iniciativa privada a gestão

das unidades hospitalares da região. MS contou que se sentiu humilhada e não teve coragem de retornar para casa pela impossibilidade de contribuir nas despesas domésticas. Permaneceu na situação de rua por três anos, onde foi vítima de violência sexual e maus tratos. Durante esse período, dormia no albergue municipal e exercia trabalhos informais. Utilizando os espaços das bibliotecas públicas para estudar, conseguiu ser aprovada no curso superior de Serviço Social. Na universidade conheceu o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), durante as reuniões do Fórum de Usuários do SUAS. Assumiu a coordenação estadual do movimento, devido ao envolvimento com as lutas pelas demandas do segmento. Atualmente é beneficiária do programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida* e reforçou a importância da moradia como necessidade primeira para se alcançar a autonomia financeira e dignidade humana. Sobre as dificuldades de mobilizar as pessoas que estão nas ruas da cidade, MS aponta que a maioria busca ganhos financeiros imediatos e tem pouca crença na luta. Na sua avaliação, o segmento está sendo “cooptado pelo Auxílio Brasil”, um benefício financeiro emergencial criado pelo governo federal, que vem sendo pago de forma descontinuada e sem um planejamento de longo prazo. Credita essa desmobilização à ausência de um trabalho de base, que era feito em parceria com a igreja católica, citando a falta das reuniões que aconteciam na Catedral Metropolitana e a fragilização do *Projeto Resgate*, que realizava reuniões sistemáticas com foco na capacitação e inserção da PSR no mundo do trabalho.

Na sua condição de mulher, MS cita que as mulheres em situação de rua sofrem assédio sexual e desvalorização, até mesmo dos próprios companheiros. Falou sobre as dificuldades das mulheres para fazer a higiene pessoal pela escassez de banheiros públicos e instituições como os *Centros Pops* nos bairros periféricos e região central das cidades, condição extremamente necessária, principalmente, durante o ciclo menstrual. Recentemente, o MNPR encampou a luta contra a pobreza menstrual com a distribuição de absorventes na rede pública de saúde, mas isso não é suficiente para atender ao problema. Quanto às potencialidades da organização da PSR, enxerga que o sistema de justiça está

mais sensível às suas demandas, que a internet proporcionou uma articulação com atores do poder público e da sociedade civil, citando o exemplo de um grupo de mulheres com vivência de rua, criado via aplicativo de mensagens instantânea, com participação de mulheres de diferentes partes do mundo, que socializam as experiências e conquistas, enfatizando o envolvimento das mulheres da Costa Rica e Londres.

O livro *Mulheres da Maloca: cuidado, gestação e situação de rua*, de autoria de Keila Cristina Costa Barros e Rita de Cássia Rocha Moreira lançado na abertura deste V Congresso do MNPR, traz outras reflexões sobre a vivência das mulheres na rua, denunciando uma dupla exclusão: por ser mulher e por estar em situação de rua. Sendo o contexto das ruas hegemonicamente masculino, as mulheres ficam expostas a inúmeras violências como estupro, utilização do corpo como mercadoria, racismo, sendo a maioria delas negras, além das situações limite de sofrimento durante a gestação, sendo discriminadas e sem um tratamento humanizado nos serviços de saúde. As autoras relatam as singularidades das experiências destas mulheres durante a gestação, situações degradantes que se configuram uma violação da dignidade humana (Barros & Moreira, 2022). Fica evidenciada a necessidade do MNPR encampar, como prioritárias, as questões que afetam mais gravemente as mulheres que estão em situação de rua. A presença de lideranças femininas em estados importantes como Rio de Janeiro, Bahia e Distrito Federal estão trazendo essa pauta para dentro dos debates do movimento.

No último dia, 23 de setembro, houve uma reunião específica da coordenação do MNPR com uma pauta fechada. Essa hierarquia vem sendo construída para manter uma linha de comando e organização das demandas, havendo o consenso entre os coordenadores e coordenadoras da necessidade de formação de novos líderes e maior qualificação para o exercício da liderança. Em alguns momentos foi perceptível uma rivalidade regional que precisa ser trabalhada para se evitar fraturas no movimento, como também a hegemonia das lideranças masculinas e de líderes mais antigos que participaram da criação do movimento,

sendo uma preocupação externada por eles próprios em ampliar a participação feminina e formar novos quadros.

Na manhã deste último dia de congresso, realizou-se ainda uma reunião com apoiadoras e apoiadores que atuam com a Pop Rua (Figura 16). Nessa reunião de apoiadoras e apoiadores foram construídos alguns encaminhamentos a serem aprovados pelas lideranças do MNPR: fortalecimento da participação das mulheres e da população LGBTQI+; priorizar o trabalho de formação de lideranças emergentes locais e nacionais; reconhecer a PSR enquanto sujeito das pesquisas acadêmicas; criação de um grupo de whatsapp de militantes e apoiadores com os coordenadores para facilitar a comunicação e traçar estratégias; realizar reuniões periódicas entre militantes e apoiadores; revisão da terminologia sobre a palavra "apoiadores"; pensar o trabalho em rede para imigrantes e refugiados, incluindo as diferentes etnias; discutir a importância de construir ações para efetivação de programa de moradia; criar núcleos de arte nos estados; montar uma rede de comunicação nacional que integre os estados; repensar o papel dos apoiadores e apoiadoras; integrar a população em situação de rua, na Política Nacional de Segurança Alimentar de modo a contemplar suas especificidades; pensar a formação da Polícia Militar para atuar com a PSR; criação de delegacias específicas para grupos vulneráveis; incentivar a participação e protagonismo das mulheres do movimento; estimular e qualificar a participação da PSR, nos conselhos de políticas públicas; criação de mais comitês intersetoriais, contemplando todos os estados, para pautar demandas da PSR pós pandemia (Relatório do V Congresso do MNPR, 2022).

No período da tarde, as oficinas abordaram a saúde integral da População em Situação de Rua e a garantia do acesso sem preconceitos e a oficina sobre os Direitos das pessoas LGBTQIA+ nas políticas públicas. Na oficina sobre os Direitos das pessoas LGBTQIA+ nas políticas públicas, a abordagem foi centrada nas violações geradas pela homofobia com o relato de que a rua é um ambiente hostil, machista, onde crescem os crimes de ódio motivados pela intolerância às questões de gênero e que a situação de rua por vezes é motivada pela rejeição familiar à

homossexualidade. Houve esclarecimento sobre os diferentes aspectos da orientação sexual da PSR e a necessidade de se promover mais espaços para discutir as demandas da população trans. Houve um relato sobre a conquista de um espaço específico em abrigo, um quarto LGBTQIA+, que suscitou o debate sobre garantir esse direito para a PSR que se encontra albergada.

A oficina com a participação de profissionais dos serviços de saúde que atendem a PSR evidenciou problemas de desfinanciamento e desmonte da área que já foram apontados no segundo capítulo deste estudo. A fala da representante do Consultório na Rua chamou a atenção para o atendimento às pessoas em situação de rua também na rede hospitalar, sobretudo no momento da alta hospitalar, porque não há serviços para cuidados pós alta, sendo necessário garantir o cuidado continuado por uma rede de atenção intersetorial. Levantou também a problemática da prescrição de medicamentos, já que o Consultório na Rua não dispõe de orçamento para compra de medicamentos, que devem ser ofertados pelas farmácias do SUS. Por último, destacou o desafio da descontinuidade das ações que são geradas pelas mudanças de gestões, havendo a substituição de equipes que já foram capacitadas e que já construíram vínculos e acumularam experiência, obrigando refazer o trabalho de sensibilização e capacitação dos novos integrantes, consumindo o tempo necessário para avançar nas demandas de saúde da PSR .

A autora do livro “Mulheres da Maloca” direcionou a sua fala para a saúde das mulheres em situação de rua, com ênfase no pós-parto quando é negado o direito de ficar com seus filhos. Relatou casos que acompanhou na cidade de Aracaju/SE, mas que são comuns em todos os estados. Na realidade dessas mulheres, não há diálogo se elas desejam cuidar dos seus filhos, amamentar e ficar abrigada com eles, porque são apartadas de seus filhos e filhas assim que nascem. Também reafirmou sobre a importância do cuidado em rede porque é comum profissionais da saúde referirem que essas usuárias são da competência específica do Consultório na Rua, desconhecendo a universalidade do cuidado em que toda a rede de saúde deve se responsabilizar pelo cuidado integral e continuado dessas

mulheres. Sobre a política de saúde mental, a palestrante denunciou o desmantelamento das ações de redução de danos para privilegiar comunidades terapêuticas que, historicamente, caminham na direção contrária ao que preconiza a luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica. A representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS) finalizou a oficina convidando os presentes a participar dos espaços de formação, controle social e participação popular, destacando a importância de qualificar os trabalhadores para cuidar do povo de rua (Relatoria do V Congresso do MNPR).

A Plenária Final apresentou o resumo dos grupos de trabalho e os encaminhamentos das mesas de debate e oficinas (Figura 17). De acordo com os registros da equipe de relatoria, as falas reforçaram as dificuldades de acesso da PSR às Unidades Básicas de Saúde e a importância das equipes de Consultório na Rua como estratégia efetiva. O coordenador nacional do MNPR falou sobre a rotina da PSR muito mais precarizada do que a população que se encontra domiciliada, destaca que o racismo institucional se manifesta nos serviços de saúde, que reproduzem a estrutura do Estado, permeada pelo preconceito de classe, raça e cor. Enfatizou que para romper essa estrutura é preciso um movimento organizado, lembrando que todas as pautas perpassam pelo direito à saúde. Além disso, citou que o movimento está construindo uma escola nacional de formação em parceria com a Fiocruz e que são necessários observatórios da Pop Rua a serem criados em todos os estados do país.

A organização desse congresso vinha sendo desenhada há quase um ano com a construção da programação pela coordenação nacional do MNPR e os coordenadores estaduais. Em Alagoas, estado sede do congresso, foi criado o Comitê Gestor Estadual Intersetorial da Política Nacional para a População de Rua, com entidades governamentais e não governamentais, com diversas comissões de trabalho para garantir a logística para a realização do evento. Essa logística refere-se à hospedagem, alimentação, transporte para o traslado dos participantes, auditório, tendas, sistema de som e material didático para as oficinas e para as mesas de abertura. Esse comitê não interferiu no conteúdo programático do

congresso e respeitou a autonomia e protagonismo do MNPR. O movimento definiu toda programação, a composição das mesas e convidou os representantes dos órgãos de justiça, de conselhos de direito, gestores públicos e pesquisadores da área.

O tema escolhido “Democracia: Direito à Cidade com a População de Rua” dialoga com a forma com que a PSR vem sendo colocada à margem dos projetos urbanísticos, onde a arquitetura das cidades é hostil a esse segmento. A democracia que vem sendo discutida no movimento se refere à democratização social do Estado com maior acesso às políticas públicas, com geração de oportunidades e com distribuição de riquezas que permita a redução das desigualdades sociais.

A construção da invisibilidade social da população em situação de rua, a deslegitimação de suas demandas e sua incapacidade de ser sujeito da sua história podem e devem ser questionadas face ao observado durante o processo desse congresso. A realização do V Congresso Nacional do MNPR numa conjuntura tão adversa, com desfinanciamento das políticas públicas e retração das iniciativas na área social é a prova da capacidade de resistência de um movimento que vem desafiando o que parecia improvável. Esse movimento ainda tão recente já acumula conquistas significativas. Atualmente o MNPR tem assento nos conselhos de políticas públicas em nível nacional e local, com representação no Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional de Direitos Humanos interferindo diretamente no desenho dessas políticas com a criação de serviços voltados ao segmento.

O tema que o V Congresso adotou “Democracia: Direito à Cidade com a População de Rua” revela a consciência do desafio gigantesco que o MNPR tem que enfrentar. Mas o movimento é isso: um eterno mover-se na luta por direitos, por justiça social, pelo reconhecimento da sua autonomia.

## Considerações finais

A presente investigação sobre o Movimento Nacional de População de Rua que emerge no Brasil e sua potencialidade para romper com a invisibilidade social, teve a intencionalidade de trazer para os estudos globais, as estratégias de resistência que estão se desenhando por esse grupo populacional, a reivindicação da emancipação social, a complexidade que envolve o fenômeno e os desafios face à exclusão social desse segmento. A análise dos resultados da pesquisa aponta para um processo organizativo que se caracteriza como um movimento translocal, com seus reflexos e influências que superam as fronteiras nacionais.

Face aos efeitos danosos da globalização neoliberal, vão se constituindo os movimentos contra hegemônicos que, em sua maioria, têm origens locais, mas vão se espalhando e construindo identidades transnacionais. Esses movimentos influenciam e são influenciados por outros, construindo uma teia de relações e trocas que possibilita a adoção de estratégias de resistência e criação de novos espaços de poder, como alternativa a lógica de exploração e dominação capitalistas.

O Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) e suas articulações locais e translocais se insere num debate mais plural, no que Boaventura de Sousa Santos (2002) chama *movimentos da globalização contra hegemônica*, movimentos que se organizam em contraposição aos processos excludentes impostos pela globalização mercantil dominante e suas trocas desiguais, por meio da contestação social e resistência, buscando-se a construção de formas solidárias de relações de poder.

O MNPR sofre influências destes movimentos contra hegemônicos que se espalham pelo mundo, a medida que os conflitos e antagonismos afloram, com o fim do emprego formal e a superexploração do trabalho. Junto com o movimento de catadores de recicláveis, dos movimentos por moradia e dos movimentos pela terra, o MNPR encampa a luta por direitos fundamentais, com pautas diferentes das lutas operárias dos anos 80, focadas nas condições de trabalho, uma vez que

a população economicamente ativa está alijada do mundo do trabalho, acumulando necessidades básicas de moradia, saúde, educação, entre outras.

Retomando as questões que balizaram este estudo é possível afirmar que a invisibilidade social afeta a realidade da população em situação de rua, no sentido do “não reconhecimento”, da rejeição, do apagamento, da negação de direitos e desfiliação social. Essas pessoas não são invisíveis, no sentido de não serem vistas, ao contrário, elas se tornam uma presença incômoda, indesejada. Então, a invisibilidade da condição humana desses sujeitos alcança níveis de exclusão social perversos, que se traduz na multiplicação de um exército de subcidadãos, sobrantes do mercado formal de trabalho, ocupando a rabeira do círculo de produção e consumo, sem acesso ao trabalho protegido, à moradia, à saúde e à educação. Muito tem-se discutido no Brasil sobre a *aporofobia*, um comportamento de rejeição ou aversão aos pobres, sendo a população de rua o maior alvo dessa patologia social.

Apesar da situação de rua ter contornos e graus diferenciados em países desenvolvidos e países periféricos, configura-se como um fenômeno global da contemporaneidade, presente nas grandes capitais do mundo, como resultado de processos de gentrificação, do desemprego estrutural, da falência do Estado Providência, da criminalização e exploração dos movimentos migratórios, do esgaçamento da solidariedade, com uma nova pobreza em situação de insegurança habitacional, residindo em espaços públicos, ruas, praças e calçadas, em moradias improvisadas com barracas e papelões ou ocupando de forma precária prédios abandonados.

Diante de cenários mundiais adversos, o surgimento do Movimento Nacional de População de Rua no Brasil apresenta-se como uma potente organização social de um país semiperiférico que ousou desafiar o improvável. A insurgência destes “esfarrapados”, produz um movimento de “baixo”, uma alternativa contra hegemônica, formando lideranças em praticamente todas as capitais brasileiras, superando desafios gigantescos, com articulações que ultrapassam a esfera local, com possibilidades de intervir nas dinâmicas globais e, ao mesmo tempo, ser

influenciado por estas. A riqueza que representa esse fenômeno não deve ser desperdiçada pelo campo das ciências sociais e humanas, para os que se interessam por alternativas à globalização neoliberal e à mercantilização da vida. A intencionalidade do presente estudo é trazer esta experiência para os estudos globais.

Sobre esse campo, vale considerar a globalidade de um movimento que alcançou capilaridade num país de dimensões continentais, chegando a todas as regiões, que atravessa fronteiras nacionais, iniciando um diálogo com países da América Latina e Europa, a exemplo das articulações com a *ONU Habitat* na luta pelo direito à moradia, com a *Red Calle*, uma rede de cooperação entre Brasil, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Chile e Costa Rica para a construção de políticas públicas para população em situação de rua e migrantes. Outro exemplo, são as trocas que o Movimento Nacional de População de Rua estabeleceu com o coletivo uruguaio *Ni todo está perdido*, formados por pessoas em situação de rua, mediado pela Faculdade de Ciências Sociais de Montevideu.

Apesar das visitas realizadas por lideranças do MNPR aos países europeus (França, Inglaterra e Portugal), o estudo não identificou a construção de articulações com outros movimentos de população de rua nos países visitados, nem foi possível atestar a existência destes, mas foram produzidos vínculos com organismos internacionais, como a ONU, a UNESCO, entre outras entidades que atuam na área dos direitos humanos, que estão apoiando a elaboração de projetos e programas para a população de rua.

A complexidade do fenômeno pesquisado faz deste estudo um processo inconcluso, que deve instigar novas pesquisas e interpretações diversas quanto ao que foi produzido até aqui. Sem cair na armadilha de diagnosticar os problemas da realidade pesquisada, nem conjecturar sobre o caminho que deve ser trilhado, a contribuição da presente investigação concentrou-se na visibilidade das potencialidades do Movimento Nacional de População de Rua brasileiro e sua inserção entre os fenômenos da globalização.

Os sujeitos da pesquisa são pessoas que, pelo envolvimento com a situação de rua, seja pela condição de ser da rua ou como apoiadores do movimento, estão engajados na luta pela construção de políticas públicas que alcancem esse segmento. Os interlocutores que são da rua não aceitam uma condição passiva e reclamam participação direta no desenho dessas políticas. Se tornaram lideranças do movimento e têm um lugar de fala legitimado pela experiência vivida, sendo eles próprios também produtores de conhecimento “sobre a rua” com contribuições significativas na elaboração de documentos, políticas e programas sociais, portanto, são sujeitos ativos do processo de conhecimento sobre essa realidade. Alguns já têm um domínio da linguagem, se expressam de forma articulada e desenvolveram um saber forjado nas experiências na rua, são os “maloqueiros intelectuais”, cuja sabedoria desafia o preconceito de uma sociedade segregadora.

A Covid19 impôs uma situação de insegurança sanitária, com adoecimento e mortes da PSR, mas a criação de novos espaços de abrigo que surgiram em decorrência disso, oportunizou que houvesse a aproximação dos que se encontravam dispersos, promovendo o reconhecimento de identidades coletivas. Moradores de rua que até então desconheciam o MNPR passam a ter contato com as lideranças que estavam na gestão dos abrigos. Isso provocou uma adesão da população albergada, ampliando a participação nas atividades promovidas pelo movimento, ainda que se observe que não há uma regularidade de participação ou permanência no movimento. Parte da PSR só aparece quando são promovidas ações assistenciais, mas não se envolve nas tarefas de organização do movimento.

A urgência de necessidades básicas termina por gerar descrédito na força do movimento, quando a demanda por moradia, emprego e alimento não consegue ser resolvida no curto prazo. O tempo da luta briga com o tempo da fome. E isso é o que faz do MNPR um movimento improvável, que desafia todas as lógicas. Paradoxalmente, a maior fraqueza é também a sua maior força. As histórias de vida das lideranças entrevistadas são exemplos de resiliência, de capacidade de se enxergar no “fundo do poço” e ter coragem para se erguer e brigar por si e por um coletivo, encontrando no movimento a razão para viver.

Outro elemento a ser considerado como desafio ao fortalecimento do MNPR é a formação política e educacional das pessoas em situação de rua. Dados do Cadúnico que serviram de base para o censo da PSR de alguns estados apresentam a baixa escolaridade e o desconhecimento dos direitos e formas de acessá-los. O projeto em andamento da Escola de Formação da PSR em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Universidade Aberta do SUS (UNASUS) pode representar um grande avanço, tanto para fortalecer a reivindicação das demandas, como para ofertar possibilidades de autonomia e emancipação para essas pessoas, com o reconhecimento de sua condição enquanto sujeitos de direito.

O papel dos apoiadores foi fundamental no início do processo de organização. As vozes silenciadas puderam se expressar pelos intelectuais orgânicos, religiosos, profissionais da rede e militantes de direitos humanos. O aporte financeiro e orientação técnica da Pastoral do Povo de Rua e do Comitê Interministerial, instituído no primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, criaram as condições para que despontassem lideranças em todas as regiões do país, além de intercâmbio de experiências com outros países. Atualmente, existem ONGs que contam com a participação direta de lideranças da PSR que conseguem captar recursos para os projetos auto gerenciados, mas ainda insuficientes para a demanda. Embora tenha crescido o número de apoiadores e mais pessoas se coloquem à serviço do movimento, ainda há muitas dificuldades em relação à sustentabilidade financeira e governabilidade do MNPR, existindo uma dependência de apoio institucional para as atividades, o que prejudica sua autonomia.

Há um processo de emancipação em curso, que não aceita o tutelamento, repudia a cooptação das lideranças e não permite que haja uma apropriação da fala, com a defesa de que nada deve ser planejado para a população de rua sem o seu consentimento, mas isso esbarra na condição de pobreza ou extrema pobreza das pessoas que integram o MNPR, muitas vezes, se vendo obrigadas a ceder às exigências de entidades governamentais e não governamentais. A luta por uma

renda básica por meio de programas de transferência de renda tem garantido o atendimento mínimo de necessidades básicas das lideranças, mas não é suficiente para cobrir os deslocamentos para participar de reuniões, audiências, seminários e outras atividades de mobilização e organização da PSR.

Sobre a relação com outros movimentos, as entrevistas e a observação participante revelam muitas fraturas. Ainda que a história do MNPR tenha iniciado com a do Movimento de Catadores de Recicláveis, esses dois movimentos caminham separadamente. Os movimentos de luta pelo direito à habitação apresentam resistências em aceitar a população de rua nos acampamentos que se caracterizam como “ocupações”, com o desconhecimento das formas de sociabilidade e descrença na potencialidade organizativa desse grupo populacional. A solidariedade entre os movimentos ainda é muito frágil, poucas conexões foram estabelecidas, reforçando divisões e fraturas que só interessam a um projeto neoliberal que promove o enfraquecimento dos sujeitos coletivos, que aprofunda desigualdades sociais, mantém privilégios de uma minoria em detrimento da redução de direitos da maioria. O sentido de coletividade vem se desintegrando pela intensificação do individualismo. No horizonte está a construção de articulações potentes entre os movimentos sociais, via articulação em redes solidárias para o enfrentamento aos problemas gerados pelo capital global, como *movimentos da globalização contra hegemônicos* que podem representar uma resistência alternativa, que construa mecanismos de democracia participativa, relações multiculturais, ecológicas, de direitos humanos, que aposte na reinvenção da emancipação social.

Numa posição de observação privilegiada, porque também interagindo com o universo da pesquisa, foi possível acompanhar a capacidade organizacional, relações interpessoais, debates e embates desse grupo populacional durante o V Congresso Nacional do MNPR. Foi possível constatar um nível de organização interna que não segue os padrões estabelecidos convenientemente por um modelo de sociedade excludente, mas que tem uma lógica própria que respeita o tempo da rua. Durante o congresso foi possível como as lideranças estabelecem o diálogo

com a base, nem sempre tão horizontal, mas com o esforço de aceitar os efeitos da drogadição, a falta de higiene, a dificuldade de cumprimento de regras.

O MNPR vem construindo relações locais promissoras com representantes do poder executivo de muitos estados e municípios, apesar das violações, violências, retirada de direitos, desfinanciamento de serviços socioassistenciais e intimidações impetradas entre 2016 e 2022, principalmente, pelo governo federal neoliberal e neofacista deste período. Governadores, prefeitos e secretários de Estado abrem agenda para discutir diretamente com a população de rua, elaboram projetos e participam de atividades do segmento. No poder legislativo, a aproximação tem gerado audiências públicas e participação na definição do orçamento público, além de apoio nas reivindicações e demandas da rua. No poder judiciário, a Defensoria Pública e Ministério Público integram comissões de trabalho em defesa dos direitos da PSR, com a abertura do diálogo com a suprema corte do país, o Supremo Tribunal Federal, para denunciar as violências e violações sofridas, a subtração dos direitos sociais e humanos.

Embora tenha ocorrido intercâmbio de experiências com países da América Latina e Europa, patrocinado por órgãos de governo e entidades da sociedade civil, além da interlocução com redes internacionais, sobretudo, a partir de uma relação mais consolidada com organizações no Chile e no Uruguai, que estão articulando projetos de emancipação humana e programas de moradia, há um longo caminho a ser percorrido e as dificuldades linguísticas e de aportes financeiros limitam o desenvolvimento dessas relações para além das fronteiras nacionais, sem negar a potencialidade das conexões translocais estabelecidas.

A invisibilidade social vai sendo rompida pela resistência e resiliência de um movimento que vem desafiando o improvável. O MNPR insiste para que a pessoa em situação de rua seja vista e reconhecida social e politicamente, essa teimosia atravessa espaços que não foram pensados para acomodar suas demandas. Marcada por estigmas que são impostos pela sociedade e pelos poderes públicos, o silenciamento desse grupo populacional vai sendo quebrado pelo grito sonoro de

um movimento que não aceita mais que falem em nome dele. Reivindicam o seu lugar de fala, o reconhecimento de suas potencialidades, a sua condição enquanto sujeitos de direitos e autores da própria história.

Apesar dos avanços conquistados pelo MNPR, os primeiros dados divulgados pelo Censo Demográfico realizado em 2022 no Brasil ainda corroboram a falta de reconhecimento social da população de rua, uma vez que a pesquisa censitária alcançou apenas a população domiciliada. Ainda é preciso alcançar outros atores sociais e espaços de debate para superar o ocultamento desse grupo populacional. Este estudo pretendeu trazer luz aos sujeitos “invisíveis”, porque invisibilizados, que foram empurrados para fora do círculo produtivo – consumo e produção – para que seja reconhecida a sua potência social e política.

A articulação entre entidades de direitos humanos, do poder público e da sociedade civil, incluindo os organismos internacionais, instituições religiosas e movimentos sociais otimizam as condições para que a invisibilização venha sendo rompida pelo reconhecimento dos direitos, o que exige um esforço contínuo, que avança a medida que as pessoas da rua vão ocupando espaços de poder e se capacitando politicamente para intervir na conformação de políticas públicas. A relação orgânica que vai sendo tecida entre o movimento e apoiadores militantes é potente para a construção do domínio da linguagem, o conhecimento das leis e formas de acessá-las, o reconhecimento de direitos, a emancipação e a autonomia desses sujeitos que, coletivamente, vem afrontando a hierarquia dos poderes constituídos e subvertendo elementos de autoridade e inclusão periférica.

Almeja-se ampliar o conhecimento sobre este fenômeno no âmbito dos estudos globais, com o desafio de que essa experiência possa ser objeto de novas investigações, sobre como as pessoas em situação de rua de outros países tem vocalizado suas demandas, se a constituição das suas políticas públicas tem considerado a participação desses sujeitos sociais, quais as possibilidades de surgimento e ampliação de outros coletivos da PSR mundo afora.

Diante de uma nova conjuntura política no Brasil, com um governo do campo democrático e popular, como serão os próximos passos do MNPR no país? Com a retomada de espaços de participação social haverá avanços nas demandas por moradia e trabalho, com maior representatividade do movimento nas instâncias colegiadas e na definição de prioridade de investimentos? São questões que suscitam a continuidade dos estudos nessa área.

Como resultado do estudo buscou-se visibilizar essa realidade, ampliando a compreensão desse fenômeno no campo dos Estudos Globais, considerando sua natureza interdisciplinar, transversalizando as ciências políticas, sociais e humanas, as ciências da saúde, as ciências ambientais, a antropologia, a economia, as dimensões culturais, as artes, caminhando para a desconstrução de estigmas e preconceitos na sociedade, revelando novas interações humanas. Essa visibilização tem potencial para influenciar políticas públicas, construir novos pactos sociais, desenhar modelos alternativos de desenvolvimento social, que levem em conta as vozes desses indivíduos e sua capacidade deliberativa, reconhecendo-os como sujeitos da sua história.

Além da produção deste estudo acadêmico, buscam-se outros resultados, que alcancem diferentes públicos, com uma produção cultural e audiovisual que possa dialogar para além do espaço acadêmico, como exibição de vídeo-documentário, exposição fotográfica, intervenções artísticas, resgatando histórias e memórias do Movimento Nacional de População de Rua favorecendo suas articulações no Brasil e no mundo.

## Referências:

- Abrantes, P. e Lechner, E. (2022). O que é fazer investigação em estudos globais. In P. Abrantes e E. Lechner (eds.), *Nós Globais: Investigações em curso sobre Questões da Globalização* (pp. 7-22). Coleção de Estudos Globais. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- AHAR (2019). *The 2019 Annual Homeless Assessment Report (AHAR) to Congress*. In: <https://files.hudexchange.info/resources/documents/2019-AHAR-Part-1.pdf>
- AHURI (2018). *How has homelessness changed between 2011-2016?* In: <https://www.ahuri.edu.au/research/brief/how-has-homelessness-changed-between-2011-2016>.
- Barbier, R.(2002). *A pesquisa-ação*. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro.
- Barros, K. C. e Moreira, R. C. R. (2022). *Mulheres da Maloca: cuidado, gestação e situação de rua*. Autografia Editora.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade* Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.
- Bauman, Z. (2005). *Vidas Desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.
- Bauman, Z. (2007a). *Tempos Líquidos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.
- Bauman, Z. (2007b). *Vida Líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.
- Bauman, Z.(2009). *Confiança e medo na cidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.
- Baumgarten, B. (2013). *O movimento por justiça global – resistência aos modelos econômicos de globalização*. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 14, n.2. jul./dez. p. 324 – 359. In: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724614272013324/3024>
- BBC Brasil (2018). *Skid Row: como a maior cracolândia dos EUA se mantém há décadas 'nos fundos' de Hollywood*. In: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46256850>
- Boulos, G. (2012). *Por que ocupamos? Uma Introdução à luta dos Sem Teto*. Editora Scortecci. São Paulo.
- Bourdieu. P., Passeron, JC. e Chamboredon, JC. (1999). *A Profissão de*

*Sociólogo*. Petrópolis: Vozes.

- Brasil (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar*. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília/DF. In: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf)
- Brasil (2010). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil: balanço e desafios*. - Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.
- Brasil (2012). Ministério da Saúde. *Portaria Nº 122 de 25 de janeiro de 2012*. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua, previstas pela 44 Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que atualiza a Política Nacional de Atenção Básica.
- Brasil (2013). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres*. / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH.
- Brasil (2014). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. Decreto nº 7.053/2009. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF.
- Brasil (2019). Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *É possível Housing First no Brasil?: experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil*. Brasília: MMFDH.
- Castel, R. (1997). *A Dinâmica dos Processos de Marginalização: da Vulnerabilidade a “desfiliação”*. Cadernos CRH, n.º 26 e 27.
- Castel, R (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. (tradução da obra: *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1996)
- Castel, R. (2004). “As armadilhas da exclusão”. In: Castel, R; Wanderley, L. E. W.; Belfiore-Wanderley, M. *Desigualdade e a questão social*. EDUC. São Paulo.
- Castro, J. A. e Pochmann, M. (2020). (organizadores). *Brasil: Estado social contra a barbárie*. Fundação Perseu Abramo. 613p. São Paulo.
- CFP (2018), Conselho Federal de Psicologia. *Comunidades terapêuticas violam direitos*. Lançamento do Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas. In: <https://site.cfp.org.br/inspecao-em-comunidades-terapeuticas-revela-violacoes-de-direitos-humanos/>
- Chandran, R. (2018). *Manila’s homeless set to move into more empty homes if official*

*handover delayed*. Reuters. In: <https://www.reuters.com/article/us-philippines-landrights-lawmaking/manilas-homeless-set-to-move-into-more--empty-homes-if-official-handover-delayed-idUSKBN1H41L7>

- Clandinin, D. J. e Conelly, F. M. (2011). *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. EDUFU. Uberlândia.
- Costa, A. P. M. (2005). *População em Situação de Rua: contextualização e caracterização*. Revista Virtual Textos & Contextos, n 4. Porto Alegre. In: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993/773>
- Costa, F. B. (2004). *Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social*. Editora Globo. São Paulo.
- Costa, L.C. (2017). *A seguridade social sob a ameaça do ajuste recessivo no Brasil*. Emancipação, v17(1). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. In: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.17i1.0001>
- Coulon, A. (2005). *La etnomedotología* (3a ed.). Madrid: Cátedra.
- Cunningham, A. (2017). *Violent evictions, homelessness are the cost of Lagos, Nigeria's mega-city*. CBC News. In: <https://www.cbc.ca/news/world/lagos-nigeria-megacity-1.4409032>
- Denzin, N. K. (2009). *Qualitative inquiry under fire: toward a new paradigm dialogue*. California.
- European Commission (2013) Social Investment Package. *Confronting Homelessness in the European Union*. Comité Económico e Social Europeu (Comission Staff working document). Bruxelas. In: [file:///C:/Users/A%20N%20A/Downloads/SWD\\_Confronting-homelessness\\_en.pdf](file:///C:/Users/A%20N%20A/Downloads/SWD_Confronting-homelessness_en.pdf)
- FEANTSA (2017). *Homelessness Monitoring in Europe*. In: <https://www.feantsa.org/download/2017-updates6135680558050588840.pdf>
- FEANTSA (2020). *Fifth Overview Of Housing Exclusion In Europe 2020*. FEANTSA, Fondation Abbé Pierre. In: [https://www.feantsa.org/public/user/Resources/OHEE/2020/Fifth\\_Overview\\_of\\_Housing\\_Exclusion\\_in\\_Europe.pdf](https://www.feantsa.org/public/user/Resources/OHEE/2020/Fifth_Overview_of_Housing_Exclusion_in_Europe.pdf)
- Fernandes, F. (1968). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- Ferraz, C.P. (2019). *A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line*. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.12, n.35, p. 46-69. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

- (PUC-SP). In:  
[https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/issue/view/2282/pdf\\_1](https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/issue/view/2282/pdf_1)
- Foucault, M.(1979). *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Edições Graal. Rio de Janeiro.
- Franco, J. E. (2016). *Da globalização à glocalização: Educar para uma globalização de rosto humano. Proposta de sete princípios para a utopia do mundo unido*. Revista Brotéria 182.271-282 p. Universidade de Lisboa.
- Frangella, S. M.(2004). *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. 361p. Tese (doutorado).
- Frank, A. G. e Fuentes, M. (1989). *Dez teses acerca dos movimentos sociais*. Lua Nova n. 17. São Paulo. In: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a03n17.pdf>
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- Fröhlich, S. (2019). *South Africa: From the ashes of apartheid*. Deutsche Welle, 26 de abril. In: <https://www.dw.com/en/south-africa-from-the-ashes-of-apartheid/a-48462055>
- Fundação Gente de la Calle (2021). *Datos calle*. Registro Social. Site Oficial. In: <https://www.gentedelacalle.cl/personas-en-situacion-de-calle/>
- Gaetz, S. et al. (Orgs.) (2016). *The State of Homelessness in Canada 2016*. Toronto: Canadian Observatory on Homelessness Press. In: [https://homelesshub.ca/sites/default/files/SOHC16\\_final\\_20Oct2016.pdf](https://homelesshub.ca/sites/default/files/SOHC16_final_20Oct2016.pdf)
- Garfinkel, H. ([1967] 2018). *Studies in ethnomethodology*. 2. ed. Routledge Press. London. Traduzido em Português. Editora Vozes.
- Goble, P. (2017). *Russia has as many as 5 million homeless, not the 64,000 Rosstat reports*. Euromaidan Press, 8 de julho. In: <https://euromaidanpress.com/2017/07/08/russia-has-as-many-as-5-million-homeless-not-the-64000-rosstat-reports-euromaidan-press/>
- Godoy, E. (2012). *Mexico's homeless are targets of "social cleansing"*. Inter Press Service News Agency, 1 de novembro. In: <http://www.ipsnews.net/2012/11/mexicos-homeless-are-targets-of-social-cleansing/>
- Gohn, M. G.(2008). *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. Cortez. São Paulo.
- Guerra, A. (2017). *Pesquisa estima que 101.854 pessoas vivem em situação de rua no Brasil*. Fundação Perseu Abramo. <https://fpabramo.org.br/2017/05/30/pesquisa-estima-que-101-pessoas-vivem--em-situacao-de-rua-no-brasil/>

- Haberl et al, (2011). H., Fischer-Kowalski, M., Krausmann, F., Martinez-Alier, J. Winiwarter, V. *A Socio-metabolic Transition towards Sustainability? Challenges for Another Great Transformation*. Sustainable Development, 19: 1–14. DOI: 10.1002/sd.410.
- Habitat Brasil (2020). Habitat para a Humanidade Brasil. *Relatório Anual de 2020*. In: <https://habitatbrasil.org.br/relatorio-anual-20/>
- Harambee Africa (2019). *Social reintegration of homeless children – Lomé, Togo*. Harambee. In: <https://www.harambee-africa.org/en/progetti/social-reintegration-of-homeless-children-lome-togo>
- Honneth, A. ([1992] 2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. Editora 34. São Paulo. 296 p.
- Hus Forbi (2017). Hvad er en hjemløs. In: <https://husforbi.dk/undervisning/hvad-er-en-hjemloes/>
- Ianni, O. ([1995] 2001). *Teorias da globalização*. 9ª ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
- Instituto Pólis (2010). *Cartilha para formação política do Movimento Nacional da População de Rua: Conhecer para lutar*. São Paulo.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos*. Texto foi originalmente publicado como capítulo do livro Bolsa Família 15 Anos (2003-2018). In: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2499.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf)
- ITE (2018). International Tribunal of Evictions. Sétima Sessão. Relato de caso. *Despejar os despejados: reordenamento urbano e higienismo social contra pessoas em situação de rua*. Autoria de Leonildo José Monteiro Filho, liderança do MNPSR. Salvador, Brasil. In: <https://por.tribunal-evictions.org>
- Klasra, K. (2018). ‘Shelter homes’: Understanding Imran Khan’s initiative for Pakistan’s homeless. Al Arabiya News, 13 novembro. In: <https://english.alarabiya.net/features/2018/11/13/-Shelter-homes-Understanding-Imran-Khan-s-initiative-for-Pakistan-s-homeless>
- Lemões, T. (2019). *Hierarquia, contestação e igualdade: a produção da militância política para a população de rua no Brasil*. Civitas - Revista De Ciências Sociais, 19(1), 123-141. In: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30356>
- Lucena, L. (2020). *Entenda por que São Paulo não liberou nenhuma vaga em hotel para a população em situação de rua*. Revista Digital Esquinas. Laboratório da Faculdade Casper Líbero. São Paulo. In: <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/politica/movimentos->

sociais/nenhuma-vaga-em-hotel-para-a-populacao-de-rua/

- Marable, M. (2011). *Malcolm X: A Life of Reinventions*. Penguin Books. New York.
- Martins, J. S.(2002). *A Sociedade Vista do Abismo. Novos Estudos Sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais*. RJ, Vozes, 2002.
- Martins, J. S.(2012). *Exclusão social e nova desigualdade*. Ed. Paulus, 5ª edição. São Paulo.
- Matienzo Puerto, M. (2020). *Ser indigente en Cuba en tiempos de coronavirus*. CubaNet, 14 de abril. In: <https://www.cubanet.org/destacados/ser-indigente-en-cuba-en-tiempos-de-coronavirus/>
- Mattos, R. M.; Ferreira, R. F. (2004). *Quem vocês pensam que (elas) são? representações sobre as pessoas em situação de rua*. Psicologia & Sociedade n. 16. São Paulo.
- Maza, C. (2017). *Survey counts homeless youth*. The Phnom Penh Post, 7 de fevereiro. In: <https://www.phnompenhpost.com/national/survey-counts-homeless-youth>
- Marx, K. e Engels, F. (1848). *Manifesto of the Communist Party*. In: Marx & Engels Collected Works (vol.6). 1848. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Manifesto.pdf>
- Mbembe, A.(2021) *Brutalismo*. Tradução Sebastião Nascimento.1ª edição; N1 Edições, 256p. São Paulo.
- Mckirdy, A. (2019). “No one wants to be homeless”: A glimpse at life on the streets of Tokyo. The Japan Times, 2 de março. In: <https://www.japantimes.co.jp/news/2019/03/02/national/social-issues/no-one-wants-homeless-glimpse-life-streets-tokyo/>
- Mendes, J. M. O. (2003). *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Menezes, F. L. (2008). *Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: o caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres*. Lisboa: ISCTE. Tese de doutoramento. In: <http://hdl.handle.net/10071/2369>.
- Minayo, M. C. S. (2004). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23 ed. Vozes. Rio de Janeiro.
- Minayo, M.C. S.(2012). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14ª edição. HUCITEC-ABRASCO. São Paulo-Rio de Janeiro.
- Nobre, M. T. et al (2019). Org. *Vozes, imagens e resistências nas ruas: A vida pode mais!* EDUFRN. Natal.

- Nobre, M. T., Moreno, N. S., Amorim, A. K. de M. A. & Souza, E. C. de. (2018). *Narrativas de Modos de Vida na Rua: histórias e percursos*. Psicologia & Sociedade, 30. In: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30175636>
- OCDE (2020). *Better data and policies to fight homelessness in the OECD*. Policy Brief on Affordable Housing, OCDE, Paris. In: <http://oe.cd/homelessness-2020>.
- Okita, H. (2007). *Homossexualidade: da opressão à libertação*. Editora Sundermann. São Paulo.
- Oliveira, O. M. (2005), *Teorias globais: elementos e estruturas*. Volume 1. Editora Unijuí. Rio Grande do Sul.
- ONU (2015). *Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto*. Geneva: Office of the High Commissioner of United Nations for Human Rights. In: [https://terradedireitos.org.br/wp-Relatório\\_População- -em-situação-de-rua.pdf](https://terradedireitos.org.br/wp-Relatório_População--em-situação-de-rua.pdf)
- ONU (2020). *ONU-Habitat: Favelas e comunidades são próxima frente de batalha contra coronavírus*. ONU News, 10 de maio. In: <https://news.un.org/pt/story/2020/05/1713052>
- ONU HABITAT (2005). *Financing Urban Shelter. Global Report on Human Settlements*. In: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/GRHS2005.pdf>
- Pacheco, M. R. (2017). *A rua e a casa: estratégias e táticas do movimento nacional de população de rua e seus impactos sobre a implementação da política de habitação social*. O Público e o Privado nº 30. In: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2155>
- Paugam, S. (2003). *Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza* (C. Giorgetti, T. Lourenço, Trans.). Educ & Cortez. São Paulo.
- Pinto, C. R. J. (2010). *Feminismo, História e Poder*. Revista de Sociologia e Política, vol. 18, nº 36, pp. 15-23. Curitiba. In: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>
- Plataforma DHESCA (2017). *Relatório sobre o Impacto da Política Econômica de Austeridade nos Direitos Humanos no Brasil*. In: [https://austeridade.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2017/11/publicacao\\_dhesca\\_baixa.pdf](https://austeridade.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2017/11/publicacao_dhesca_baixa.pdf)
- Ricoeur, P. (2004) *Parcours de la reconnaissance*. Trois études. Stock. Paris.
- Robertson, R. (1992). *Globalization: Social Theory and Global Culture*. SAGE Publications Ltd. London.

- Santos, A. M. e Carneiro, V. G. (2008). *O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade*. e-cadernos: Novos mapas para as ciências sociais e humanas. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. In: <http://journals.openedition.org/eces/1260>.
- Santos, B. S. (2004). *Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. Madison, Wisconsin, EUA. In: <https://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>
- Santos, B. S. (2006), *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Cortez Editora. São Paulo.
- Santos, B.S. (2002). *Os processos de globalização*. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Ed. Afrontamento. Porto.
- Santos, B.S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Boitempo. São Paulo.
- Santos, M. (2004). *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4.ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Santos, M. (2006). *O Mundo Global Visto do Lado de Cá. Encontro com Milton Santos*. Filme de Silvio Tendler. Brasil. In: <https://youtu.be/ifZ7PNTazgY>
- Santos, M. (2008). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15ª ed: Record. Rio de Janeiro.
- São Paulo (2019). Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. *Relatório Final da Pesquisa Amostral do Perfil Socioeconômico da População em Situação de Rua*. Censo 2019. Executor: Qualitest Inteligência em Pesquisa.
- São Paulo (2021). Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. *Relatório Final da Pesquisa Amostral do Perfil Socioeconômico da População em Situação de Rua*. Censo 2021. Executor: Qualitest Inteligência em Pesquisa.
- Sarmiento, M. (2016). *Crece el número de familias en situación de calle*. Crónica Uno, 1 de dezembro. In: <https://cronica.uno/crece-numero-familias-vive-calles/>
- Sassen, S. (2010). *Sociologia da Globalização*. 1ª. Porto Alegre: Artmed. Tradução de: Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre.
- Sawaia, B. (Org.). (1999). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Senra, R. (2018). Skid Row: Como a maior cracolândia dos EUA se mantém há décadas “nos fundos” de Hollywood. Publicado no BBC News Brasil, 21 de novembro de 2018. In: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional->

46256850

- Silva, M. L. L. (2006). *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil / 1995-2005*. 220 f. Universidade de Brasília (UnB). Brasília.
- Silva, M. L. L. (2009). *Trabalho e população em situações de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Silva, M.C. (2010). Coordenador. *Guia prático para a educação global: um manual para compreender e implementar a educação global*. Editado pelo Centro Norte Sul do Conselho da Europa. Lisboa
- Silveira, J. S. (2017). *A inviabilização e o desmonte do SUAS em tempos de aumento da demanda por assistência social*. Revista IHU ON-LINE. Entrevista. In: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/572155-a-reducao-orcamentaria-e-uma-nova-proposta-de-assistencia-social-residual-e-nao-estatal-entrevista-especial-com-jucimeri-isolda-silveira>
- Slee, T. (2017). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. Tradução de João Peres; notas de edição Tadeu Breda, João Peres. Editora Elefante. São Paulo.
- Snow, D.A. e Anderson, L. (1998). *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Souza, J. (2003) *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Editora da UFMG. Belo Horizonte.
- Souza, J. (2006). Org. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Editora da UFMG. Belo Horizonte.
- Souza, J. (2009) *A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive*. Belo Horizonte, Editora da UFMG. In: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>
- Stédile J.P. e Fernandes B.M.(2012). *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2. ed. Perseu Abramo. São Paulo.
- Telesur (2019). *Más de 7 mil personas están en situación de calle en Argentina*. TelesurTV.net, 8 de julho. In: <https://www.telesurtv.net/news/censo-personas-situacion-calle-argentina-20190708-0014.html>
- Thiollent, M.(1997). *Pesquisa-Ação nas Organizações*. Atlas. São Paulo.
- Thiyagarajan, A. et al. (2018). *Homelessness: An emerging threat*. International. Journal of Healthcare Education & Medical Informatics. Volume 5, Pg. 18-20. In: <https://ighhub.org/resource/homelessness-emerging-threat>
- Tomás, J. (2012). *Social invisibility: a theoretical framework* ((In Portuguese: A invisibilidade social: uma construção teórica), Congresso Internacional A

Crise da(s) Socialização(ões). Universidade do Minho. Braga.

Tsing, A. (2009). *Supply Chains and the Human Condition*. Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society, 21:2, 148-176. Published online. <http://dx.doi.org/10.1080/08935690902743088>

Vieira, M. da C.; Bezerra, E. M. R.; Rosa, C. M. M. (Orgs.)(1999). *População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?* São Paulo: Hucitec.

Vladisavljevic, A. (2018). *A former homeless Croat is now conducting “anti-tours” of the capital, Zagreb, where people can learn a lot about this hidden phenomenon*. Balkan Insight, 28 de agosto. In: <https://balkaninsight.com/2018/08/28/novel-tour-reveals-secret-life-of-croatia-s-homeless-08-24-2018/>

White, R. (2018). *Shelter briefing: General debate on housing*. Shelter, abril. In: [https://england.shelter.org.uk/professional\\_resources/policy\\_and\\_research/policy\\_library/shelter\\_briefing\\_general\\_debate\\_on\\_housing](https://england.shelter.org.uk/professional_resources/policy_and_research/policy_library/shelter_briefing_general_debate_on_housing)

Williamson, L. (2018). *Homeless in Paris: Is there a solution?*. BBC News, 29 de janeiro. In: <https://www.bbc.com/news/world-europe-42831785>

World Bank (2012). *The World Bank In Haiti. Haiti is extremely vulnerable to natural disasters*. In: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>

Yamamoto, O.H.; Oliveira, I.F. (2014). *Definido o campo de estudo: as Políticas Sociais Brasileiras*. In: OLIVEIRA, I. F.; YAMAMOTO, O. H. (org.). *Psicologia e Políticas sociais: temas em debate*. EdUFPA, p.21-46. Belém.

Yaouancq, F. et al. (2013). *L'hébergement des sans-domicile en 2012: Des modes d'hébergement différents selon les situations familiales*. INSEE Première, 1455, juillet, 1-4. In: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/1281324>

Yaron, L. (2018). *Hundreds of homeless israelis died on the street in last 15 years, study says*. Haaretz, 23 de novembro. In: <https://www.haaretz.com/israel-news/premium-hundreds-of-homeless-israelis-died-on-the-street-in-last-15-years-study-says-1.6679288>

### **Canais de TV, blogs, sites:**

Agência Câmara de Notícias (2021). Publicado em 07/06/2021, 21h06. *Movimentos de direitos humanos alertam para o aumento de pessoas em situação de rua*. In: <https://www.camara.leg.br/noticias/769293-movimentos-de-direitos-humanos-alertam-para-o-aumento-de-pessoas-em-situacao-de-rua/>

Agência Brasil (2021), EBC. Exibido em 9/08/2021, 20h23. *Pandemia aumenta número de moradores em situação de rua no Rio*. In: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/pandemia-aumenta->

numero-de-moradores-em-situacao-de-rua-no-rio

Agência Brasil (2022). Publicado em 24/01/2022, 12h45. *SP: população em situação de rua cresce 31% em 2 anos, mostra censo.* In: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/populacao-de-rua-cresceu-31-em-dois-anos-indica-censo>

CNN Brasil (2021). Publicado em 13/01/2021, 08h00. *Mais mulheres e crianças engrossam população de rua.* In: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/especialistas-veem-aumento-de-populacao-de-rua-mas-nao-ha-dados-oficiais/>

G1, Fantástico (2022). Exibido em 23/01/2022, 21h59. Em dois anos, população de rua em São Paulo aumenta mais de 30%. In: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/23/em-dois-anos-populacao-de-rua-em-sao-paulo-aumenta-mais-de-30percent.ghtml>

### **Home page dos webnários:**

Controle Social e Movimento Nacional de População em Situação de Rua, realizado em 25 de junho de 2020. Instituição promotora Pró Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Alagoas. Ufal Conectad@ (Home page: <https://youtu.be/igp5phKK2Gk>).

Histórias e conquistas do MNPR, 2020

Instituição Promotora: Pró reitoria de Graduação da Universidade Federal de Alagoas. Ufal Conectad@. Home page: <https://youtu.be/cNS55Glrh90>

Diálogos Insurgentes - população em situação de rua: problema ou fenômeno? 2020. Instituição Promotora: ONG Canto da Rua Emergencial (Minas Gerais). Home page: <https://m.facebook.com/pg/comunidadecantodarua/videos/>

A cidade, a praça e a casa: direitos da população em situação de rua, 2020. Instituição Promotora: Mídia Caeté/ Circuito Urbano/Apoio ONU Habitat. Home page: <https://youtu.be/agEGhzD7PQ4>

## **ANEXOS**

Figura 1

Criação do Fórum Estadual de Usuários do SUAS do Estado de Alagoas



Data 02/09/2016. Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (Seades). Maceió. Imagem Pública. Fonte: Alagoas 24 Horas.

Figura 2

Fórum Social Mundial



Data 14/03/2018. Salvador/BA. Arquivo pessoal.

Figura 3

Conferência Municipal de Assistência Social de Maceió



Data: Julho 2017. Maceió. Arquivo Pessoal.

Figura 4

Encontro do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social (Fonaceas)



Data: 23/04/2019. São Paulo. Arquivo pessoal.

Figura 5

Reunião para elaboração do relatório sobre os homicídios de pessoas em situação de rua em Maceió.



Data: 30/07/2019. Arquivo Pessoal.

Figura 6

Mobilização para o Dia Nacional de Luta



Data: 19/08/2021. Maceió. Imagem cedida pelo MNPR.

Figura 7

Vacinação contra a Covid19 da População em Situação de Rua



Data: 25/05/2021. Imagem Pública. Fonte: Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Figura 8

Encontro Nacional do MNPR



25/05/ 2022. Imagem pública. Rio de Janeiro. Fonte: Redes sociais do movimento.

Figura 9

Ato Público do Dia Nacional de Luta da PSR



Data: 19/08/2022. Maceió. Imagens cedidas pelo MNPR.

Figura 10

Dia Nacional de Luta: atividades culturais e socio-assistenciais



Data: 19/08/2022. Imagens cedidas pelo MNPR. Maceió.

Figura 11

Ato Cultural do V Congresso Nacional do MNPR: Grupo teatral *Gigante Rua*.



Data: 21/09/2022. Teatro Municipal de Maceió. Imagens cedidas pelo MNPR.

Figura 12

Mesa de Abertura do V Congresso Nacional do MNPR



Data: 21/09/2022. Teatro Municipal de Maceió. Imagens cedidas pelo MNPR.

Figura 13

Palestra de Abertura do V Congresso Nacional do MNPR.



Data: 21/09/2022. Teatro Municipal de Maceió. Arquivo Pessoal.

Figura 14

Mesa redonda: Análise de conjuntura no V Congresso Nacional do MNPR



Data: 22/09/2022. Estádio Rei Pelé. Maceió. Imagem cedida pelo MNPR.

Figura 15

Oficina “A luta do MNPR por Moradia” do V Congresso Nacional do MNPR



Data: 22/09/2023. Estádio Rei Pelé. Maceió. Imagem cedida pelo MNPR.

Figura 16

Reunião dos apoiadores e militantes no V Congresso Nacional do MNPR



23/09/2023. Estádio Rei Pelé. Maceió. Imagem cedida pelo MNPR.

Figura 17

Votação de propostas e encaminhamentos do V Congresso Nacional do MNPR



Data: 23/09/2023. Estádio Rei Pelé. Maceió. Imagem cedida pelo MNPR.

Figura 18

Audiência do MNPR no Supremo Tribunal Federal



21/11/2022. Brasília. Imagem pública. Fonte: Reporter Brasil.

## Luto e luta da População em Situação de Rua de Maceió

**Em tempos de pandemia de Covid-19, o MNPR Alagoas teve um papel fundamental na criação dos abrigos provisórios para a população em situação de rua**

Ana Tojal

Frentes Nacional em defesa do SUAS e da Seguridade Social

**N**a semana em que o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) fez grandes atos públicos pelo país, em Maceió (AL) tivemos uma caminhada no centro da cidade que chamou a atenção para as demandas da população em situação de rua, ao mesmo tempo que presenciamos o brutal assassinato de Thiago Rogério, um dos integrantes do movimento no estado.

Entre a euforia e a dor, Rafael Machado, coordenador do MNPR no estado de Alagoas, começou a semana dando entrevistas e comemorando a visibilidade alcançada pelo ato público e logo em seguida teve que ir reconhecer o corpo do seu companheiro, que sofreu espancamento até a morte.

Desde 2017, o MNPR de Alagoas vem denunciando as mortes violentas sem nenhuma investigação e punição dos culpados. Neste mesmo ano foram contabilizadas mais de 40 mortes. As mortes invisíveis são genericamente atribuídas à guerra do tráfico, sem que tenha havido uma apuração das ocorrências, tampouco a confirmação de envolvimento das vítimas, pessoas em situação de rua, com o tráfico.

O MNPR de Alagoas surge pela iniciativa da sua maior liderança, Rafael Machado, ex-morador de rua. Essa trajetória começa com a participação de Rafael na 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, em 2015, quando foi eleito como articulador nacional para criação dos fó-



MNPR faz caminhada em Maceió (AL) e chama a atenção para as demandas da população em situação de rua

runs estaduais e municipais de usuários no país. Desde então, Machado começa a participar de outros eventos nacionais e, contando com o apoio de lideranças de outros estados, participa ativamente da criação do Fórum Estadual de Usuários do SUAS junto ao Conselho Estadual de Assistência Social do Estado.

No ano seguinte, dedica-se à criação do MNPR em Alagoas. Inicialmente uma cruzada quase solitária, vai ganhando musculatura com o apoio de trabalhadores dos serviços da rede de proteção social à população em situação de rua e religiosos que desenvolvem ações com esse segmento.

Agora em 2020, em tempos de pandemia de Covid-19, o MNPR Alagoas teve um papel fundamental na criação dos abrigos provisórios para a população em situação de rua. Foram abertos dois abrigos em Maceió para idosos e pessoas do grupo de risco, com capacidade para 40 e 200 pessoas. Diariamente, o Movimento arrecada mantimentos para os abrigos e luta para que eles continuem funcionando e garantindo alimentação e condições de higiene, além de máscaras, álcool em

gel e exames para detecção do vírus. Apesar do sucateamento de serviços da rede na capital, principalmente os Centros POP e Consultório na Rua, o MNPR Alagoas contabiliza algumas conquistas significativas.

Em 2018 foi criado o Comitê Gestor Estadual da Política Nacional para a População em Situação de Rua, órgão formado por representantes de movimentos sociais e instituições públicas, responsável pela elaboração de um plano estadual para a população de rua com o objetivo de assegurar o acesso amplo a essa população aos programas sociais de políticas públicas e realizar a contagem oficial da população em situação de rua em Alagoas, através do censo populacional que deve acontecer em 2021.

Em 2019 o MNPR Alagoas alcança a presidência do Conselho Estadual de Assistência Social e lidera o processo conferencial democrático que se desenrolou na Política Nacional de Assistência Social neste ano.

Entre o luto e a luta, o MNPR de Alagoas resiste e desafia o que parece ser impossível. O ato do último 19 de agosto em Maceió foi marcado pela

defesa dos direitos humanos e justiça social, percorrendo as ruas centrais da cidade, onde as pessoas aplaudiam e se juntavam à caminhada. Hoje, no velório de Thiago Rogério, a palavra de ordem era "justiça".

Ainda cabe sonhar...



Thiago Rogério, um dos integrantes do movimento no estado, foi brutalmente assassinado

### Confira os vencedores do Prêmio Direitos Humanos de SP

Projetos de Pessoas Jurídicas: 1º lugar "Separados somos mais fortes: Rede e prevenção à COVID-19 para População em Situação de Rua" do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. 2º lugar "Quarentena Solidária" do Movimento Estadual da População em Situação de Rua e 3º

lugar "Construção coletiva de ações pedagógicas sobre a COVID-19 para população em situação de rua" da É de Lei. Menção Honrosa: "Tenda Franciscana" do SEFRAS. Pessoas físicas: 1º lugar Carmen Lopes de Almeida, com o "Coletivo Tem Sentimento"; 2º lugar Vanessa Labigalini,

com o "Banho para geral"; 3º lugar Geraldo Elisio da Silva, do "Pãozinho Solidário". Simone Mendes recebeu a menção honrosa com "Ação Emergencial da família Abayomi – tempos de distanciamento – acolher mesmo a distância vocês não estão sós".

São Paulo, 1 a 15 de Setembro 3

## Figura 20

### Notícia veiculada no Portal do Ministério Público de Goiás

30/01/23, 17:16

Notícias :: Página Principal :: Portal do Ministério Público do Estado de Goiás

#### COMUNICAÇÃO

- [NOTÍCIAS](#)
- [PODCAST MPGO NO AR](#)
- [TERMOS DE USO DAS REDES SOCIAIS](#)
- [TOUR GUIADO](#)
  
- 06/02/2015
- 20h26
- Direitos Humanos
- 15 Visualizações

### Adesão de população de rua em Goiás a Movimento Nacional é oficializada em seminário no MP-GO



Promotora recebe reivindicações das pessoas em situação de rua

Goiás tornou-se hoje (6/2) o 12º Estado brasileiro a integrar o Movimento Nacional dos Moradores de Rua. A adesão oficial à organização foi anunciada durante o encerramento do II Seminário “Povos de Rua: Políticas Públicas e Emancipação”, realizado durante todo o dia no auditório do Ministério Público de Goiás, em Goiânia.

A integração do grupo goiano ao movimento nacional é fruto de uma mobilização que teve início a partir da articulação do Ministério Público de Goiás com várias entidades públicas e do terceiro setor, que atuam direta ou indiretamente com as pessoas em situação de rua.

O movimento, em Goiás, terá à frente Eduardo de Matos, que será auxiliado por um grupo já definido durante os encontros realizados durante esta semana (*leia sobre a mobilização feita durante a semana no Saiba mais*). “Tenho muito orgulho de representar uma população que tem tantos anseios e necessidades. E sei que não estamos sozinhos”, afirmou.

Durante a cerimônia de oficialização, Eduardo entregou à promotora Melissa Sanchez Ita, coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e do Cidadão do MP-GO, as principais reivindicações já levantadas pelo colegiado recém-constituído. Entre os apontamentos estão a necessidade de criação de um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Pop Rua) e melhorias estruturais na Casa de Acolhida.

## Figura 21

### Notícia veiculada no site do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis

30/01/23, 17:27

Termina o 3º Congresso do Movimento Nacional da População de Rua



Pesquisar no site



## Termina o 3º Congresso do Movimento Nacional da População de Rua

Márcio Martins / Insea

Publicado 01/09/2016 11:20 – Última modificação 04/10/2021 15:31

Termina hoje o 3º Congresso do Movimento Nacional da População de Rua. O encontro aconteceu entre os dias 16 e 19 deste mês no Centro Mineiro de Referência em Resíduos – Rua Belém, 40, Pompeia, Belo Horizonte, Minas Gerais e contou com a participação de representantes de vários estados brasileiros. O encontro se faz de alta relevância levando em consideração o atual momento político que vivemos em que os direitos básicos estão cada vez mais ameaçados por um governo golpista e autoritário.



No terceiro dia do Congresso o Projeto Empreendendo Vidas promoveu a oficina “Metodologia para geração de empreendimentos solidários com a população de rua”. Na parte da manhã foi uma troca de experiências entre os projetos de economia solidária com a população de rua, que estão sendo executados em algumas capitais do país.

Gabriela Cunha, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), iniciou fazendo uma contextualização sobre os projetos de Economia Solidária e População de Rua e falou da importância da construção do processo formativo junto aos usuários do projeto.

Após a fala da representante da SENAES foram feitos relatos das experiências dos cinco estados que desenvolvem o projeto: CEFURIA – Projeto Coopera Rua (Curitiba/PR), CAMP – Projeto EcoSol PopRua (Porto Alegre/RS), INSEA – Projeto Empreendendo Vidas (Belo Horizonte/MG),

<https://www.mncr.org.br/noticias/artigos/termina-o-3o-congresso-do-movimento-nacional-da-populacao-de-rua>

1/4

Figura 22  
Notícia veiculada no site do STF

30/01/23, 17:37 Supremo Tribunal Federal

Gestão de Pessoas | Fale com o STF | Transparência

---


**STF** SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

☰

Institucional | Processos | Repercussão Geral | Jurisprudência | Publicações | Estatística | Comunicaçã

Segundo o ministro Alexandre de Moraes, o objetivo da reunião é recolher propostas concretas e viáveis para atenuar o problema, principalmente no inverno.

21/11/2022 16h09 - Atualizado há



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu, na tarde desta segunda-feira (21), a audiência pública sobre as condições de vida das pessoas em situação de rua no Brasil. “Todos sabemos que o tema é extremamente complexo. A questão é trazer subsídios e construir a possibilidade de medidas concretas, levando a cada ente federativo, no âmbito de suas competências, propostas de possível execução”, afirmou.

A questão foi levantada pela Rede Sustentabilidade, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976. Eles pedem que o STF determine aos governos e aos demais Poderes, em todas as esferas federativas, que adotem providências para atender à população que vive de forma desumana nas ruas. Segundo eles, essas omissões estruturais descumprem o disposto no Decreto 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

### Direitos fundamentais

Figura 23

Notícia veiculada na Rede SUAS

20/03/23, 16:08 Missão Red Calle, visita técnica nos municípios brasileiros. – Secretaria Nacional de Assistência Social

**Rede SUAS**

Acesso à Informação | Apoio Técnico | Regulação | Emergências | Rede Privada | Sistemas | Vigilância

Educação | **Missão Red Calle, visita técnica nos municípios brasileiros.** | Pesquisa

**FALE COM O MINISTÉRIO**

Horário de Atendimento da Central de Relacionamento: de 7h00 até 19h00 (horário de Brasília)

121

CHAT: de 8h00 até 18h00 (horário de Brasília)

Formulário Eletrônico do MC – Novos Gestores Municipais

Como acessar o Formulário – Novos Gestores Municipais

**MISSÃO RED CALLE**  
VISITA TÉCNICA NOS MUNICÍPIOS DE BRASÍLIA, FORTALEZA E SÃO PAULO.

Palco: Carlos Castro

**Eventos**  
Não há eventos futuros

**Vídeos da SNAS**  
COMUNICA SUAS

O Brasil junto com a Colômbia, Paraguai, Uruguai, Chile e Costa Rica participaram da Missão Red Calle, do programa **Adelante**. Com o objetivo de trocar experiências e promover o debate entre gestores públicos e sociedade civil sobre as Políticas Públicas para População em Situação de Rua e Migrantes.

## Figura 24

### Notícia veiculada no site Ponto Jornalismo

30/01/23, 18:22 Movimentos sociais questionam aumento de 53% no povo de rua - Ponto Jornalismo

**ponte** apóie a ponte bol

# Movimentos sociais questionam aumento de 53% no povo de rua

31/01/2020 7h01  
Arthur Stabile

Compartilhe este conteúdo

[Início](#) » [Geral](#)

## Entidades apontam falhas em levantamento da Prefeitura de São Paulo com população fixada em 24 mil pessoas



Anderson Puccetti, do Movimento Estadual da População de Rua de SP (à esq.) e Anderson Lopes Miranda, coordenador municipal do Movimento Nacional da População de Rua | Foto: Paulo Eduardo Dias/Ponte

Representantes de movimentos sociais ligados à [população de rua](#) consideram "um fiasco" os números do censo feito pela Prefeitura de São Paulo. Estatísticas divulgadas pelo prefeito, Bruno Covas (PSDB), mostram aumento de 53% da população, que seria de 24.344 pessoas, total questionado por quem atua com este público.

Segundo a pesquisa realizada pela empresa Qualitest, o aumento de 53% tem como base as 15.905 pessoas contabilizadas em 2015. Em 2000, a cidade de São Paulo tinha 8.706 pessoas vivendo nas ruas. Para as entidades, que se baseiam em cadastros de pessoas em situação de vulnerabilidade junto a órgãos públicos para atendimentos sociais, a atual quantidade passa de 30 mil.

Realizada durante 10 dias no mês de outubro de 2019, a pesquisa entrevistou 12.651 nas ruas da cidade e outras 11.693 pessoas enquanto pernoitavam em albergues, segundo a Prefeitura. A discordância está presente na metodologia utilizada, que excluiu, por exemplo, pessoas que vivem em habitações precárias ou pequenas favelas. Na visão dos movimentos ouvidos pela reportagem, estas pessoas deveriam ser contadas como moradoras em situação de rua que necessitam de habitação.

"É um fiasco. Nós chegamos em malocas (como os moradores apelidaram onde vivem), em lugares em que estavam o cobertor e o papelão todo arrumadinho e o morador de rua não estava. O morador de rua tinha sido retirado. Barraco ou palafita é morador de rua", argumenta o coordenador municipal do Movimento Nacional de População de Rua, Anderson Lopes Miranda, 44 anos.

Um exemplo citado por ele é o do viaduto Alcântara Machado, ocupação de barracos na zona leste de São Paul, não incluída na pesquisa e criada depois do censo de 2015. "Hoje ela existe por pessoas que foram tiradas de outros lugares. Elas são moradoras em situação de rua. Então, para nós é triste que a prefeitura mentiu no censo de rua", critica Miranda.

O coordenador atuou na pesquisa realizada no ano passado, quando diz ter visto diversos problemas durante os trabalhos e reclamou de "não ter sido ouvido", além de ter contar problemas no contato com o povo de rua. "Por exemplo, morador de rua quando vamos abordar sala correndo e a polícia, com arma na mão, mandava parar com mão na cabeça".

Figura 25

Notícia veiculada no portal da UNISANTOS

30/01/23, 17:17

UNISANTOS



Universidade Graduação Pós-Graduação Pesquisa Extensão Biblioteca Editora  
Internacional Editais

## EXTENSÃO – LÍDERES DO MOVIMENTO NACIONAL POPULAÇÃO DE RUA VISITAM A CLÍNICA INTEGRADA DE SAÚDE DA UNISANTOS

13 de Março de 2019 - Por: Departamento de Imprensa Católica de Santos



Líderes do MNPR visitaram a Clínica Integrada de Saúde e conheceram o atendimento realizado no espaço

conheceram a infraestrutura da Universidade e os serviços oferecidos pela Clínica Integrada de Saúde (CIS) da UNISANTOS, que atende pessoas em situação de rua.

Para Darcy, a iniciativa da Universidade deve ser exemplo para outras instituições e para toda a sociedade. Ele explica que encontrar locais para obter cuidados relativos à saúde é um dos maiores desafios para as pessoas em situação de rua. “Isso é uma grande

**X**  
Olá! Estamos aqui para te ajudar!



<https://www.unisantos.br/portal/noticias/extensao-lideres-do-movimento-nacional-populacao-de-rua-visitam-a-clinica-integrada-de-saude-da-unisa...> 1/3

## Figura 26

### Notícia veiculada no portal Terra de Direitos

30/01/23, 17:25

Líder do Movimento da População em Situação de Rua vai ao Conselho de Direitos Humanos da ONU - Notícias | Terra de Di...

English (en) | Español (es)

Notícias / Notícias (/noticias)

#### Líder do Movimento da População em Situação de Rua vai ao Conselho de Direitos Humanos da ONU

25/02/2016

Assessoria de comunicação Terra de Direitos (lacervo/autores/assessoria-de-comunicacao-terra-de-direitos/11)

(https://www.facebook.com/share/ishare.php?https://twitter.com/intent/tweet? (https://plus.google.com/share? Movimento da População em Situação  
unitas://terradedireitos.org.br/noticias/noticia/2016/02/25/Lider-do-Movimento-da-Populacao-em-Situacao-de-Rua-Vai-Ao-Conselho-de-Direitos-Humanos-da-ONU-19800  
do-movimento-da-populacao-em-situacao-de-rua-vai-ao-conselho-de-direitos-humanos-da-ONU-19800) +https://3a%2F%2Fterradedireitos.org.br/https://3a%2F%2Fterradedireitos.org.br/2fnoticias/2016/02/25/Lider-do-Movimento-da-Populacao-em-Situacao-de-Rua-Vai-Ao-Conselho-de-Direitos-Humanos-da-ONU-19800  
do-movimento-da-populacao-em-situacao-de-rua-vai-ao-conselho-de-direitos-humanos-da-ONU-19800) do-movimento-da-populacao-em-situacao-de-rua-vai-ao-conselho-de-direitos-humanos-da-ONU-19800) do-movimento-da-populacao-em-situacao-de-rua-vai-ao-conselho-de-direitos-humanos-da-ONU-19800



Foto de Vânia Galvão

(http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Vania-Galvao1.jpg)

Com 48 anos de idade, dos quais 16 foram vividos nas ruas, Maria Lucia Santos Pereira da Silva, da coordenação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), levará à cúpula da mais alta organização de direitos humanos do planeta – o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), a voz e a experiência de quem sabe o que é não ter direitos.

Membro do Conselho Nacional para o Acompanhamento e Monitoramento da Política de Pessoas em Situação de Rua, Maria Lucia foi eleita como representante pelo próprio MNPR para comentar as recomendações da Relatoria Especial de Moradia Adequada, que traz nessa edição a discussão relacionada ao *homelessness* (termo inglês que equivale ao que compreendemos por 'população em situação de rua'), no próximo dia 4 de março, em Genebra.

Militante desde 2008, a liderança se prepara junto ao movimento para reunir o material que levará à ONU. Segundo Maria Lucia, a visibilidade que a oportunidade traz é crucial para fortalecer o movimento e fomentar a discussão acerca dos direitos da população em situação de rua invisibilizada em todo o mundo. "Não é exclusividade do Brasil", como destaca.

O objetivo maior, segundo a liderança, é conquistar a articulação política necessária para a realização de um seminário que fomente o debate à nível internacional.

"Com todos esses imigrantes fugindo de guerras, é melhor começarmos a pensar no que fazer, porque as ruas não vão suportar tanta gente", ressalta Maria Lucia.

#### Os *homeless* e a questão da moradia adequada



(http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/02/20150819\_161556.jpg)O relatório produzido pela relatora especial Leilani Farha analisa como a falta de moradia adequada se configura como uma violação de direitos humanos. O material foi construído a partir das respostas de 25 representantes dos Estados-parte e da sociedade civil, durante encontro realizado em Buenos Aires, em 2015. A **Terra de Direitos** contribui para a construção do documento.

O relatório aponta que o aumento da população em situação de rua – constatado no mundo todo – está diretamente relacionado com a crise global de direitos humanos e com o aumento da desigualdade na riqueza e propriedade. O documento perpassa questões de gênero, etnia, saúde mental e relata diversas violações as quais essa população

está submetida.

Além da evidente situação de violência e insalubridade, a população em situação de rua não acessa diversos outros direitos básicos e essenciais à vida digna devido à falta de moradia adequada. Segundo o relatório de Farha, mesmo nos Estados em que existem recursos adequados para solucionar a situação dos *homeless*, o

problema é raramente tratado como uma violação dos direitos humanos que exige medidas positivas para eliminá-lo e para prevenir a sua recorrência. Utilizamos cookies para oferecer melhor experiência, melhorar o desempenho, analisar como você interage em nosso site e personalizar conteúdo.

"A questão da habitação é central por que dela depende várias outras. Não se tem acesso a saúde ou trabalho sem que se tenha pra onde retornar no fim do dia", avalia Maria Lucia. Contrariando o estigma de que as pessoas estão na rua por falta de liderança do MNPR resgata sua própria vivência nas ruas e afirma que o problema está na falta de políticas públicas específicas para essa população.

Saiba Mais (política-  
de-privacidade)

https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/lider-do-movimento-da-populacao-em-situacao-de-rua-vai-ao-conselho-de-direitos-humanos-da-ONU/... 1/3

Figura 27

## Notícia veiculada no portal G1 São Paulo

30/01/23, 19:41 Movimentos sociais fazem ato em frente à Prefeitura de SP no Dia de Luta da População em Situação de Rua | São Paulo | G1

g1 SÃO PAULO

fique por dentro Carnaval Fantástico Daniel Alves Tragédia Yanomami Acidente con >

Anúncio fechado pela Google

### Movimentos sociais fazem ato em frente à Prefeitura de SP no Dia de Luta da População em Situação de Rua

Manifestantes pedem ampliação de programas de moradia e emprego, maior oferta de alimentação e banheiros, e melhores condições nos centros de acolhimento.

Por G1 SP  
19/08/2021 14h49 · Atualizado há um ano

[f](#) [t](#) [w](#) [e](#) [in](#) [s](#)



Movimentos sociais realizaram assembleia em frente a sede da Prefeitura de São Paulo na manhã desta quinta-feira (19) por políticas públicas para os moradores de rua — Foto: Júlia Lima/Arquivo Pessoal

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

PROSEGUIR

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/19/movimentos-sociais-fazem-ato-em-frente-a-prefeitura-de-sp-no-dia-de-luta-da-populacao-...> 1/11

Figura 28

Notícia veiculada no portal da Defensoria Pública de Salvador

30/01/23, 19:45 VOZES POP RUA: "a pandemia escancarou um problema social que existe há tempos e não há alternativa para a saída das r...

ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DI  
VER MAIS INFORMAÇÃO

129

Defensoria Pública BAHIA

COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO > NOTÍCIAS

### VOZES POP RUA: "a pandemia escancarou um problema social que existe há tempos e não há alternativa para a saída das ruas", diz Laércio Santos

0/2020 17:21 | Por Tunísia Cores - DRT/BA 5496

f t w

Acessibilidade A- A+



*Dirigente nacional da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade, na Bahia, Laércio Santos passou cerca de oito anos nas ruas e hoje*

Considerado por si como um lutador a favor das minorias, Laércio Santos é dirigente nacional da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade na Bahia, um movimento que busca a reforma agrária, visa assegurar os direitos sociais e também atua em prol do trabalho, da moradia, da terra e da liberdade.

Entrevistado desta edição da [série Vozes Pop Rua](#), Laércio Santos conta que passou cerca de oito anos na rua, mas conhecer o Movimento Nacional da População de Rua foi fundamental para compreender que se tratava de uma situação momentânea, não

<https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/vozes-pop-rua-a-pandemia-escancarou-um-problema-social-que-existe-ha-tempos-e-nao-temos-alterna...> 1/5

## Figura 29

### Notícia veiculada no Portal Uol

## COTIDIANO

### Massacre da Sé completa 18 anos em meio a mortes invisíveis do povo de rua



População de rua na praça da Sé, no centro de São Paulo; órgãos públicos não souberam informar os números de pessoas em situação de vulnerabilidade que morreram na região entre 2021 e o começo deste ano  
Imagem: 18.mai.2022 - André Porto/UOL

Fernanda Pentead Balera\*

19/08/2022 04h00

PUBLICIDADE

Figura 30

Notícia veiculada no portal G1 Rio de Janeiro

30/01/23, 19:59 Voluntária cita mudança de perfil de moradores em situação de rua: 'Muitas mães com filhos chorando dizendo que é a primei...

g1 RIO DE JANEIRO

fique por dentro Carnaval Fantástico Daniel Alves Tragédia Yanomami Acidente com >

Anúncio fechado pela Google

## Voluntária cita mudança de perfil de moradores em situação de rua: 'Muitas mães com filhos chorando dizendo que é a primeira vez'

Nesta quarta-feira (28), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou o Mapa da Nova Pobreza, um retrato da miséria no Brasil. Só no RJ, 22% da população vive abaixo da linha da pobreza.

Por Ben-Hur Correia, Bom Dia Rio  
30/06/2022 10h21 · Atualizado há 7 meses



Ação de distribuição de quentinhas do Só Vamos — Foto: Reprodução

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/06/30/voluntaria-cita-mudanca-de-perfil-de-moradores-em-situacao-de-rua-muitas-maes-com-f...> 1/11

Figura 31

Notícia veiculada no site da Defensoria Pública do Paraná

30/01/23, 20:03

DPE-PR e outras instituições relatam violações de direitos humanos da população em situação de rua à ONU | Defensoria Pú...

DEFENSORIA (EDITORIA/DEFENSORIA)

## DPE-PR e outras instituições relatam violações de direitos humanos da população em situação de rua à ONU

05/04/2022 - 14:01



Há, hoje, ao menos 9.025 pessoas em situação de rua no Paraná. O dado foi levantado pelo **Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH)**, da **Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR)** com base em informações do Cadastro Único, um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil, e assim utilizar essas informações para a formulação de políticas públicas voltadas a essas pessoas. Estima-se, no entanto, que o número seja muito maior porque, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), só 47% das pessoas nestas circunstâncias estão contempladas no Cadastro. Esses dados são uma amostra do imenso desafio que o país tem pela frente para avançar nos direitos da população

<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/DPE-PR-e-outras-instituicoes-relatam-violacoes-de-direitos-humanos-da-populacao-em-situacao>

1/3

Figura 32  
 Notícia veiculada no site da Arquidiocese de Curitiba

30/01/23, 21:50      Arquidiocese de Curitiba presente no Seminário Internacional sobre moradia para população em situação de rua - Arquidioces...

Comissão da Dimensão Social   Notícias

## Arquidiocese de Curitiba presente no Seminário Internacional sobre moradia para população em situação de rua

Publicado em 5 de dezembro de 2019   Arquidiocese

A Arquidiocese de Curitiba esteve presente no **Seminário Internacional sobre Moradia para a População em Situação de Rua**, realizado nos dias 3 e 4 de dezembro, em Brasília. O padre Danilo Pena, coordenador da Dimensão Social da Arquidiocese, participou do evento junto com a assistente social da Casa de Acolhida São José, Eliane Bettiato, o antropólogo e coordenador do Instituto Nacional de Direitos Humanos para a População em Situação de Rua (Inrua), Tomás Melo, e o representante do CIAMP – Comitê Intersetorial de

- Contribua com a Arquidiocese de Curitiba
- Assembleia Arquidiocesana Caminho Paroquial de Opções Pastorais I
- IAFFE 2023 INSCREVA-SE
- SOS Família
- CÁRITAS ARQUIDIOCESE DE CURITIBA
- IDE
- Assistência à População de Rua Orientações na Arquidiocese de Curitiba
- TRIBUNAL ECLESIASTICO Dúvidas sobre Nulidade Matrimonial

**Eventos**

12/02	SOS Família:
08:00	Formação para

arquidiocesedecuritiba.org.br/arquidiocese-de-curitiba-presente-no-seminario-internacional-sobre-moradia-para-populacao-em-situacao-de-rua/      1/3

Figura 33

## Notícia veiculada no site Diálogos UE-Brasil

20/03/23, 16:21 Diálogos Setoriais. Estudo avalia possibilidade de implementação do Housing First no Brasil

ACESSO AO SISTEMA (HTTP://SISTEMA.SECTORDIALOGUES.ORG/LOGIN) EN C/INC

Diálogos UNIÃO EUROPEIA - BRASIL Financiado pela União Europeia

INÍCIO (/INDEX.PHP) INICIATIVA DIÁLOGOS SETORIAIS PROJETOS BIBLIOTECA CONTATOS

NOTÍCIAS (/noticias.php) BUSCAR

INÍCIO (/) > Notícias (/noticias.php) > Estudo avalia possibilidade de implementação do Housing First no Brasil

### NOTÍCIAS


## Todas As Informações Sobre A Iniciativa

2020-03-16

### Estudo avalia possibilidade de implementação do Housing First Brasil

[/new/study-assesses-the-possibility-of-implementing-housing-first-in-brazil](#)

Publicação apresenta os resultados de modelo que prioriza o acesso de pessoas em situação de rua à moradia em alguns países da Europa, demonstrando a eficiência dessa abordagem e levantando experiências semelhantes adotadas em cidades brasileiras



O fenômeno das populações em situação de rua vai além do efeito visível de pessoas sem moradia circulando pelas cidades. Segundo o embaixador da União Europeia Ignacio Ybáñez, "é mais profundo e com consequências graves sobre o indivíduo e na sociedade, como a expectativa de vida reduzida, os problemas de saúde, o isolamento e as barreiras ao acesso a serviços e benefícios públicos básicos e ao mercado de trabalho".

<https://eubrdialogues.com/noticia.php/estudo-avalia-possibilidade-de-implementacao-do-housing-first-no-brasil?idtitulo=estudo-avalia-possibilidad...> 1/3

## **ROTEIRO GUIA DE ENTREVISTA COM AS LIDERANÇAS DO MNPR**

### **Perfil do entrevistado/a**

- Idade
- Orientação sexual/identidade de gênero
- Cidade
- Escolaridade
- Tempo de vivência na rua
- Situação laboral/ocupação/profissão
- Vínculos familiares e comunitários
- Uso de redes sociais
- Acesso a serviços sociais (uso de serviços da rede pública e/ou filantrópica)

### **Sobre a trajetória no MNPR**

- Como você chegou a situação de rua?
- Quando e como você começou a participar do MNPR?
- O que é o MNPR para você e como você avalia sua atuação junto a PSR?

### **Sobre a mobilização e organização**

- Como tem ocorrido a mobilização e organização da população de rua, na respectiva cidade/estado: quem participa e quem não participa? Quais os diversos grupos, interesses, motivações?
- Quais os mecanismos de organização e decisão internos?
- Que relações institucionais/orgânicas o MNPR construiu na sua cidade, no estado, no país ou fora do Brasil?
- Quais as mudanças sociais, políticas e económicas que têm tido maior impacto para a população em "situação de rua" na sua cidade/estado/país?
- Que conhecimento tem da população em situação de rua (e das suas demandas) noutras regiões do Brasil ou de outros países?  
Considera que o movimento tem articulado as lutas locais e nacionais deste segmento? Existem articulações com outros países?

## **ROTEIRO GUIA DE ENTREVISTA COM APOIADORES DO MNPR**

### **Perfil do entrevistado/a**

Idade

Cidade

Formação

Vínculo/atuação profissional

### **Relação com o MNPR e percepções**

- Qual sua relação com o Movimento Nacional de População de Rua? Quando iniciou? Experiências vividas? Relacionamento atual?
- Que aspectos históricos considera relevante destacar no processo de organização deste movimento?
- Como avalia a dinâmica do Movimento Nacional de População de Rua (conquistas alcançadas; fraturas e conflitos; perfil atual; avanços e dificuldades)?
- Quais as possibilidades e entraves observados no estabelecimento das articulações locais e translocais?